

# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

---

VOLUME 106.º



COIMBRA

1945

# INSTITUTO DE COIMBRA

## DIRECÇÃO

ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Presidente</i>
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL .	<i>Secretário</i>
GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO	»
JOSÉ PINTO LOUREIRO . . . . .	»
MAXIMINO DE MORAIS CORREIA . . .	»
AMADEU FERRAZ DE CARVALHO . . .	<i>Tesoureiro</i>
DIOGO PACHECO DE AMORIM . . . .	<i>Presid. da 1.<sup>a</sup> classe</i>
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS . . . .	» » 2. <sup>a</sup> »
MANUEL LOPES DE ALMEIDA . . . .	» » 3. <sup>a</sup> »

## COMISSÃO DE REDACÇÃO

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO (E. I. C. B.) — ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO (U. C. D. I. G.), *Presidente* — ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA (U. P.) — ANTÓNIO BAIÃO (D. A. N. T. T.), ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL (A. U. C.), *Secretário Geral* — Coronel BELISÁRIO PIMENTA — Almirante CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO — DIOGO PACHECO DE AMORIM (U. C.) — DOMINGOS FÉZAS VITAL (U. L.) — ELÍSIO DE MOURA (U. C.) — JOÃO GUALBERTO DE BARROS E CUNHA (U. C.) — JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS (U. C.) — JOSÉ MARIA DE QUEIROZ VELOSO (U. L.) — JOSÉ PINTO LOUREIRO (E. I. C. B., D. B. M. C.) — MANUEL DE SOUSA DA CÂMARA (I. S. A.).

## DIRECTOR DA BIBLIOTECA

Coronel BELISÁRIO PIMENTA

## REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Bairro de Sousa Pinto (Edifício de S. Bento) — Coimbra

**O INSTITUTO**

---

VOLUME 106.<sup>o</sup>



# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

---

VOLUME 106.º



COIMBRA  
1945

## COMISSÃO DE REDACÇÃO

### *Presidente*

Prof. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO, da U. C., D. I. G.

### *Secretário Geral*

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, do A. U. C.

### *Vogais*

AMADEU FERRAZ DE CARVALHO, da E. I. C. B.  
Prof. ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA, da U. P.  
ANTÓNIO BAIÃO, D. A. N. T. T.  
Almirante CARLOS VIEGAS GAGO COUTINHO.  
Prof. DIOGO PACHECO DE AMORIM, da U. C.  
Prof. DOMINGOS FÉZAS VITAL, da U. L.  
Prof. ELÍSIO DE MOURA, da U. C.  
Prof. JOÃO GUALBERTO DE BARROS E CUNHA, da U. C.  
Prof. JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS, da U. C.  
Prof. JOSÉ MARIA DE QUEIROZ VELOSO, da U. L.  
JOSÉ PINTO LOUREIRO, da E. I. C. B., D. B. M. C.  
Prof. MANUEL DE SOUSA DA CÂMARA, do I. S. A.

---

### REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

BAIRRO DE SOUSA PINTO (Edifício de S. Bento)

COIMBRA

## POLÍTICA PENINSULAR (1820-1822)

A CONCLUSÃO DE UM TRATADO ENTRE PORTUGAL  
E ESPANHA ENCARADA PELOS POLÍTICOS DE 1820

(Comunicação feita ao Con-  
gresso Luso-Espanhol de Córdova,  
de outubro de 1944).

### EXPLICAÇÃO PRÉVIA

Tôda a História de Portugal do século XIX, feita pelos românticos que a viveram, precisa de ser refundida em novos moldes e revista através de outros prismas.

Divididos pelas lutas fratricidas que ensangüentaram a Península durante tantas décadas, os homens não tinham a independência de espírito necessária para calarem as próprias paixões e deixar falar somente a voz da Justiça.

Mas quando, uma vez ou outra, apareceu quem, com mais superioridade, quis tratar os homens responsáveis e comentar os acontecimentos, viu a sua acção dificultada pela nebulosidade que envolveu a nossa política interna e externa, principalmente no primeiro quartel daquele século.

A falta de documentos, — perdidos uns com a viagem do Rei e do Governo para o Brasil, desaparecidos outros com incêndios que por vezes se atearam nas secretarias e nos arquivos, extraviados tantos pela vontade de quem não desejava que a História pudesse vir a tomar contas dos seus actos e das suas atitudes, ignorados ainda muitos porque

não tenham chegado à mão de pacientes investigadores, — é sem dúvida uma das causas que mais avulta entre as que determinam a deturpação da verdade, ao ser comentada a vida nacional dessa agitada época.

Todos os elementos que se possam vir a fornecer para lhe trazer nova luz são preciosos para a obra que a geração moderna empreendeu.

Porque os documentos, a que vamos fazer referência, se encontram ainda inéditos e se relacionam com a História de Portugal e da Espanha, encontramos a ocasião apropriada para os trazer ao conhecimento público, depois de os ter submetido à apreciação do Congresso Luso-Espanhol de Córdova, e sobre êles baseámos o nosso trabalho que reveste carácter exclusivamente histórico.

### AMBIENTE POLÍTICO

Estavam ainda longe de *cicatrização* as profundas feridas abertas no *corpo* da Nação pelas invasões dos exércitos napoleónicos, quando, naquele ano de 1817, por uma indiscrição do Alferes Cabral Calheiros, chegou ao conhecimento da Regência o plano de uma vasta conspiração dirigida pelo prestigioso e hábil general Gomes Freire de Andrade.

Era fácil aglutinar os conspiradores num movimento destinado a sacudir a intervenção inglesa nos negócios internos do país e, embora indirectamente, a obrigar o Rei a fixar a direcção do governo nacional em Lisboa para onde devia regressar depois da oportuna retirada ante as tropas de Junot.

O país estava descontente porque a penúria do erário público correspondia em perfeito equilíbrio à situação financeira e económica da nação inteira, e, uma coisa e outra, eram mensalmente agravadas com a saída para o Brasil do numerário indispensável ao pagamento do corpo de tropas de ocupação, e às rendas da Casa de Bragança e de tôdas as outras casas dos fidalgos que tinham acompanhado a Família Real.

O exército mantinha-se em permanente estado de irritação pela ocupação do Comando Supremo e de quasi todos os postos superiores por officiaes de nacionalidade inglesa que em Portugal tinham ficado depois da paz geral com a França.

A agravar os brios nacionais continuava na Regência o Ministro Inglês em Lisboa Carlos Stuart, dominando o chamado partido inglês, ou que fazia a politica inglesa, e era dirigido pelo Ministro de D. João VI, Conde de Linhares.

A este opunha-se o resto do partido francês ainda poderosamente influente, apesar da sombra napoleónica estar já a sumir-se entre as brumas de Santa Helena.

Foi portanto numa atmosfera de simpatia popular que Gomes Freire e os seus companheiros pagaram na fôrça a audácia do empreendimento.

Beresford, o general britânico a quem o país devia assinalados serviços prestados durante e depois da invasão dos franceses, e que, desde então, conservava o cargo de Comandante em Chefe do Exército, tinha vencido este primeiro embaraço à sua acção, mas logo entendeu que, sem a fôrça da autoridade real, nada podia contra a Nação e por isso partiu para o Brasil a expor pessoalmente ao Rei o estado geral do País e a solicitar a concessão de novos e mais latos poderes.

Foi neste quadro que se desenvolveu em todo o continente do reino a histórica revolução de 1820, destinada a fazer sair das fileiras os officiaes ingleses e a exigir do Rei o seu regresso immediato à metrópole; era este, pelo menos, o seu programa mínimo e a elle fácil foi associarem-se homens vindos de tôdas as correntes doutrínarias, desde os mais ferrenhos realistas até aos liberais mais exaltados.

De uma maneira geral os homens de 1820 eram honestos nos actos e nas intenções. Fernandes Tomás, Desembargador da Relação do Pôrto, e um dos mais activos dirigentes da Revolução, morreu pobre, sendo necessário que as Côrtes votassem, não sem custo, uma parca pensão para evitar à mulher e às filhas a miséria e a fome.

Braamcamp, outro dos corifeus do novo regime, enviou à Junta Governativa a carta que registamos como prova eloqüente da pureza das suas intenções.

«Il.<sup>mos</sup> Ex.<sup>mos</sup> Snrs.

Depois do passo que o povo portuguez acaba de vos fazer dar, todo o bom portuguez deve ajudar-vos na grande obra de que estaes encarregados. Não tenho a offertar-vos vastos conhecimentos, nem experiência consummada, mas um braço, uma vida: servi-vos d'elles. Não tenho dinheiro; a estagnação do género que fazia o principal rendimento da minha casa me priva de o offerecer à minha cara patria.

Nunca a sua falta me foi tão sensível; mas tenho equivalentes; tenho propriedades, tenho móveis, tudo ponho à vossa disposição: já não são meus.

Acceitai, pois, como primeira prova destes sentimentos, e em testemunho da confiança que tenho em vós, o pequeno offercimento de uma apolice de seis contos de reis, não valor immediatamente disponível como as circumstancias exigem, mas tanto mais real quanto a nova ordem de cousas faz crescente o crédito nacional.

Eguais sentimentos animam minha esposa: ella vos entrega já parte das suas jóias e põe também o resto à vossa disposição.

*Anselmo José Braamcamp de Almeida Castello Branco*

Lisboa, 16 de setembro de 1820.<sup>1</sup>

Mas, ao lado de um e outro, havia quem se tivesse vendido por dinheiro e quem encobrisse, sob o manto diáfano da doutrina política ou do amor pátrio, os mais tórpes desígnios e as mais descaradas ambições.

---

<sup>1</sup> Publicada no *Elogio Histórico de Anselmo José Braamcamp*, de Oliveira Martins, pág. 5.

O que é certo, porém, é que a Revolução triunfou plenamente, quasi sem efusão de sangue, e com o aplauso geral da nação.

Constituiu-se a Junta Governativa do Reino com os Condes de Resende e de Penafiel, o General Matias Azêdo e Hermano José Braamcamp da Cruz Sobral, e com êstes se devia governar o país até ao regresso do Soberano, ou até à reunião das novas Côrtes.

Efectivamente logo a 8 de dezembro, fizeram-se umas eleições por escrutínios successivos e em 24 de janeiro de 1821 reuniram-se as primeiras Côrtes escolhidas pelos novos processos, figurando nelas apenas os deputados do continente, pois não tinha havido tempo de esperar pelos que deveriam representar o Brasil e as outras províncias de Além-mar.

Apressaram-se as Côrtes a nomear a Regência do Reino, bem como o primeiro Ministério também eleito pelos deputados.

A Regência ficou composta pelos Condes de Castello-Melhor e de Sampaio, D. Frei Francisco de S. Luís, o Desembargador José da Silva Carvalho, e João da Cunha Souto Maior; o Ministério reuniu os nomes dos Desembargadores Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, no reino, e Francisco Duarte Coelho, na fazenda; Anselmo José Braamcamp de Almeida Castello-Branco, nos Estrangeiros; o general Teixeira Rebêlo, na guerra; e Francisco Maximiano de Sousa, na marinha.

Tinha havido o maior cuidado na escolha dos novos dirigentes da Nação, e, em boa verdade, não se pode dizer que tenha sido infeliz.

## NOTÍCIAS DA EUROPA

Já então em Espanha, em 1812, Riego e outros generais se tinham revoltado em Cádiz e tinham imposto uma constituição demasiadamente liberal e desorganizadora da vida nacional, o que tinha dado lugar à reacção de 1814, mas,

em 9 de março de 1820, Fernando VII teve de jurar novamente a constituição de Cádiz e de governar pelo sistema liberal.

O embaixador em Lisboa estava com a Côrte no Rio-de-Janeiro e por isso foi entregue a representação ao Ministro plenipotenciário D. José Maria de Pando, todo dedicado às idéias liberais, enquanto que o nosso embaixador em Madrid, D. António Saldanha da Gama, não quis obedecer à Regência Portuguesa, entregou a embaixada ao seu secretário, Joaquim Severino Gomes, e partiu para Viena, Troppau e Laybach, diligenciando junto da Santa Aliança o apoio externo indispensável para resistir à orientação que os negócios internos portugueses estavam tomando.

Ao mesmo tempo, a Junta Governativa envia a Madrid, como seu agente diplomático e representante em Espanha, o honrado e talentoso fidalgo beirão Manuel de Castro Pereira de Mesquita.

Êste diplomata, de acôrdo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, instalou postos de observação nas diferentes capitais da Europa, dado que a nossa representação diplomática se recusara geralmente a servir com o novo govêrno.

Para Paris foi o Dr. Francisco Solano Constâncio, Doutor em Medicina pela Universidade de Edinburgo e escritor de nomeada, e, por um significativo relatório enviado a Castro Pereira, que passamos a transcrever, podemos examinar a situação geral europeia nos princípios de 1821, pois aquêle documento tem a data de 29 de abril.

«Da política europea pouco tenho a dizer. Prepara-se huma grande tragedia em muitos actos, mas os actores ainda não receberão todos os seus papeis, e a peça mesma ainda não está terminada. O q̄ por ora he certo he q̄ a Russia domina a Austria, q̄ vai occupar a Italia e d'alli dar regras, e dispor as cousas para o q̄ mais lhe convier.

Não trata *imediatamente* de objecto algum em França, nem talvez nas provincias turcas, mas logo q̄

tiver tropas sufficientes nas fronteiras deste moribundo império, e às portas da França, então he q̄ fará conhecer as suas vontades supremas. He mais q̄ provavel q̄ antes de pensar na Península, q̄ nada interessa o Gabinete de S. Petersburgo, e q̄ lhe he impossivel querer occupar ou dominar, se occupe da França e q̄ effectue aqui cedo ou tarde huma revolução tal qual possa convir aos seus intentos ambiciosos, bem entendido, q̄ êste gabinete he o unico na Europa que pode jogar com opiniões políticas e favorecer, até as liberais, sem risco, usando d'ellas como há tantos seculos usam os politicos das ideias religiosas. Contudo, he manifesta a influêcia real e positiva da Russia logo que ella occupar o antigo assento do maior império conhecido.

Forças tamanhas em Italia devem causar receio a todas as nações da Europa; e he preciso que o Ministério inglez seja qual he hoje, dominado pelo cego amor da oligarchia; e illudido por uma politica estreita, fundada em considerações passageiras e pessoais, para não ter já procurado efficazmente oppor-se a huma preponderancia que pode vir a ser mais funesta à Inglaterra q̄ a de Napoleão. Estou certo que accorderá deste lethargo o gabinete de S. James; mas se tardar muito em abrir os olhos, talvez nem hum Ministério Whig possa remediar todo o mal. A sorte da Europa esta hoje, a meu ver, assim como já esteve ha poucos annos, no comportamento heroico da Península, e depois nos acontecimentos que se preparão em França. A potencia q̄ primeira souber favorecer aqui os principios liberais, hoje perseguidos e de todos os lados ameaçados mas q̄ nunca estiverão mais firmemente gravados no peito de quasi todos os francezes, essa potêcia, digo, dará hum golpe de mestre, e junta com a França regenerada dominarão a Europa. Em todo o caso, não vejo na luta que se prepara, perigo immediato, nem mui proximo para a Península. União,

firmeza, energia, severidade com justiça e vigilância, he tudo o que necessitamos contra os inimigos de dentro, e esmagados ou aterrados estes, pouco teremos que receiar das intrigas ou ataques dos exteriores.

Sobre tudo, não empreguemos homens duvidosos frouxos e medrosos. Essa gente he q̃ deita tudo a perder.»

Curiosa síntese que o desenrolar dos acontecimentos veio confirmar e que, em outras viragens da História, se poderia repetir, em tal linha de coincidências se desenvolvem, através os séculos, certas ambições dos povos que os seus dirigentes, da extrema esquerda até à última posição da direita, se propõem resolver, e parece que para essas periódicas crises a Europa tem de fatalmente procurar o remédio eficaz na Península ligada por frutuosa e fraternal amizade.

Também já assim o julgava o mesmo diplomata que, em outro capítulo do seu citado relatório, escrevia :

«Tive há poucos dias duas conferências com S. E. o Sr. Bardaxi de Azara, das quais fiquei extremamente satisfeito, e de q̃ concebi mui fausto presagio p.<sup>a</sup> a marcha futura das nossas cousas. Achei êste Ministro hum homem de mão cheia, franco e firme, em huma palavra d'aquelles poucos homens de estado com quem se pode tratar com plena confiança, e em cujas promessas se deve confiar. Achei-o em todo o sentido digno da sua reputação, conhecendo a fundo o estado político do mundo, e os verdadeiros interesses da Península, os seus recursos, os seus males e os remedios a elles. Foi p.<sup>a</sup> mim mui lisongeiro ver approvar por tão bom juiz algumas ideias q̃ lhe submetti sobre o pacto q̃ deve unir as duas nações, e que abaixo exporei. Terminou a nossa segunda conferencia com a promessa expressa feita por elle de em tudo marchar de acordo com os Portugueses.

Podem contar comigo sem reserva = foi a sua expressão, e eu fico convencido q̄ he sincera e será efficaz. Peço-lhe queira communicar immediatamente isto a seu cunhado excitando-o a fazer da sua parte com q̄ o M.<sup>terio</sup> espanhol guiado por hum homem capaz de o dirigir possa tambem plenam<sup>te</sup> contar comnosco. São tão identicos os nossos perigos e interesses, q̄ as duas nações devem unir-se entranhavelm.<sup>te</sup> se querem evitar os riscos q̄ de fora, e ainda mais de dentro, as ameação. Hoje não subsiste germe algum de rivalidade perigosa e tudo nos prescreve imperiosamente a mais cordial e activa fraternidade, conservando-se a independencia politica de cada huma das nações. Eu sei q̄ estas ideias são também as de V., porém nas circumstancias actuaes he preciso não deixar a menor duvida neste artigo de independencia, porq̄ tenho a certeza q̄ o conciliabulo anti-portuguez de Marialva, Saldanha, Sousas, e C.<sup>a</sup>, e os seus agentes em Portugal não cessão de espalhar aqui e lá, q̄ a Hespanha está intrigando p.<sup>a</sup> operar a união politica dos dois reinos, e q̄ p.<sup>a</sup> isso mandarão ultim.<sup>te</sup> um official superior com huma comissão secreta ao Norte de Portugal. Alguns diplomaticos até designarão Arco Agüero, e Mr. de Rayneval mo disse a mim m.<sup>mo</sup>. Do Porto sei igualmente, e por via de hum dos subalternos do conciliabulo, que lá se tem feito correr as mesmas vozes; e o Marquez de Anjeja já dizia o mesmo de Lx.<sup>a</sup>. O objecto he procurarem por este e outros meios promover discordia e dissidencia de opinião entre nós, afim de melhor triumpharem da nação. Eu não tenho grande receio delles nem das suas intrigas e manobras mas tambem as não desprezo, e quizera q̄ as nossas autoridades actuaes e as cortes não os deixassem por pé em ramo verde, e q̄ cortassem o mal pela raiz. Já lhe dice o meio q̄ eu acho o mais fácil e efficaz para prevenir as tramas dos contra revolucionários, fidalgos e eclesiasticos, e lhes tirar todos os meios de seduzir gente da plebe. Este meio *aureo*

em todo o sentido, é por a mão em tudo o que são bens da coroa e ordens, de rendim.<sup>to</sup> acima de certa somma, e sequestrar os bens dos conspiradores e refractarios, e depois de assignar sobre as rendas de cada hum alimento decente à familia e parentes q̄ delle dependem. Sobre as ordens religiosas e corpos de mão morta, devem impor-se a título de subsidio para os gastos urgentes do Estado, impostos fortes e proporcionados às faculdades dos tais corpos. Devem também auxiliar-se os credores dos fidalgos, e regular a bem dos primeiros as administrações das casas empenhadas.

Não esqueça a Universidade, q̄ he foco não desprezível de opposição, entre os theologos, juristas, canonicistas e entre todos os ignorantes e incapazes das mais faculdades. Mais q̄ tudo, he necessario que a tropa, a marinha e os credores do Estado vejam e sintão que todas as economias e suppressões redundão em proveito immediato delles, p.<sup>a</sup> q̄ tenham mais esse motivo de temerem o regime antigo.

Fallemos agora do tratado de alliança offensiva e defensiva e de commercio, pois já lhe disse q̄ supunha q̄ he tudo isto. Não repetirei aqui as razões já expostas na m.<sup>a</sup> antecedente p.<sup>a</sup> q̄ esta convenção seja promptamente assinada e publicada. O q̄ digo acima e corrobora ainda este meu parecer, e me faz desejar que no preambulo se insista com igual força nos seguintes pontos: 1.<sup>o</sup> — Urgencia de huma liga entre as duas nações cuja posição, interesses, identidade de instituições nascentes, requerem garantias recíprocas contra ataques de fora e intrigas de dentro, excitadas por inimigos exteriores; liga necessitada pela formal alliança das prim.<sup>ras</sup> e mais poderosas potencias continentais, cujas forças não tem proporção com os perigos, reais ou imaginários, q̄ lhe servem de pretexto, e q̄, apesar de quantas protestações de amizade e de tolerancia fizerem para com os negócios da Península, não podem deixar de nos inquietar, tanto mais que, subjugada a

Itália sem esforço, augmentão em vez de diminuir os exercitos que a occupão, e cuja proximidade à Hespanha não pode ser vista com indifferença, particularmente sendo manifesta a desapprovação dos principios constitucionais que tem adoptado a Península.

2.º — A ausencia do Rei expõe Portugal a grandes perigos, e justifica o tratado feito pela nação, cujo primeiro objecto é conservar a sua *independência*, e a *corôa à família reinante*; objecto que é impossivel conseguir sem haver em Portugal hum governo soberano, q̄ não receba ordens de outro algum, e q̄ não dependa para a sua legislação interna e relações exteriores, de consultar um soberano q̄ reside no outro hemisphério. Por estas razões e ainda pelas de parentesco, a Hespanha dá as mãos à nação Portugueza para q̄ conserve a sua liberdade, os seus direitos, a sua independencia, e a Casa de Bragança o seu trono em Portugal. Esse reino não pode ser governado por vice-Rei ou por Regencia dependente do Brasil; he preciso para a segurança da Hespanha e de Portugal que tenha este reino dentro de si a autoridade suprema; especialm.<sup>te</sup> em tempos tão criticos, em que tres potencias se arrogão o direito de decidir da sorte de qualquer outra, e em q̄ cada congresso ameaça a existência ou a tranquillidade de alguma nação menos preponderante.

Enquanto aos artigos do tratado, elles parecem-me obvios — garantia mutua de instituições, territorio, etc., contingente reciproco de tropas e vasos, tanto no caso de guerra exterior como de sublevações anti-constitucionais interiores, — entrega de delinquentes politicos e de facinorosos e desertores; — a maior reciprocidade em direitos de Alfândega, etc., tanto por terra como por mar; e a admissão dos navios portuguezes em certos portos da possessão hespanhola da América, etc. Nós evidentemente nada podemos estipular pelo que toca ao Brasil; — protecção a Portuguezes nas côrtes estrangeiras onde não houver agentes acreditados

do governo constitucional de Portugal e onde os Ministros de ElRei recusem jurar e fazer jurar a constituição portuguesa, etc.

Hum artigo me parece importante e o S.<sup>r</sup> Bardaxi a quem o communiquei, foi da m.<sup>ma</sup> opinião; vem a ser q̃ a Hespanha offereça e nós aceitemos a sua mediação para com a corte do Brasil afim de determinar ElRei a decidir-se, a vir ou a mandar hum filho para ser o nosso chefe, mas chefe soberano, independente, elle e os seus descendentes; e para regular, como entre membros de uma m.<sup>ma</sup> familia as relações de todos os actuais Dominios portuguezes entre si. Alem de infinitas vantagens deste artigo, huma só basta enquanto a mim e he impedir que a Inglaterra se metta a mediação; o que seria a maior das desgraças. Como o Gabinete de S. James, não só pela inercia a q̃ se condemnou, mas tambem pela natureza mesma das suas actuais relações e tratados com o Brasil, não pode formar com Portugal hum pacto, estamos livres d'este receio, por ora; mas he necessário ir à mão ao que os Inglezes possuem vir propor-nos de accordo com D. João VI. Esta he a principal esperanza dos fidalgos de cá e de lá, e he, a meu ver, o nosso principal risco, se bem que não julgue fácil de realizar. Em todo o cazo, só a liga cordial e franca com os honrados Hespanhois nos pode salvar.

Ponha pois a ultima mão à obra, e apenas chegue o novo e digno Ministro apresse-se em assignar hum tratado q̃ lhe fará honra, e que consolidará o nosso edificio social ainda mal assente, aterrando os inimigos da patria, e alentando os q̃ tem contribuído a tira-la da antiga e vergonhosa abjeção em q̃ jazia.»<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Este documento foi enviado, por cópia, ao Ministro Português pelo Encarregado de Negócios em Madrid e é a essa cópia, arquivada com a correspondência official, que fazemos referência.

Entretanto o Embaixador Inglês em Madrid, ao retirar-se à sua Côrte, assegurava ao govêrno de Sua Magestade Católica de que a Inglaterra se não intrometeria nos negócios internos da Espanha a não ser que êste país promovesse «alguma medida ostensivel tendente a promover a união de Portugal» ou «tentasse alguma coisa contra a vida de El-Rey ou de qualquer individuo da familia Real», e, dêste facto, nos dá notícia Castro Pereira, pois que com a carta particular dirigida a seu cunhado o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Anselmo José Braamcamp, documento que tem a data de 27 de abril, e que se encontra, como todos os outros a que fazemos referênciam, no arquivo da Biblioteca de Santarém, lhe envia também cópia de outra importante carta por êle escrita a um amigo.

Mas na mesma carta se fazem interessantes observações, sôbre a marcha da política europeia, que aqui vamos transcrever, pois delas se tiram as primeiras e mais graves razões que levaram Castro Pereira a instar constantemente com a Regência do Reino e, depois do regresso de D. João VI, com o seu Govêrno, para que se desse andamento rápido às infindáveis e intrincadas negociações que deveriam levar os dois governos peninsulares à assinatura do almejado tratado de aliança ofensiva e defensiva.

Escrevia assim Castro Pereira:

«A Áustria está emfim senhora de Nápoles, do Piemonte e por consequencia de toda a Italia. As tropas Russas marchão apezar disso, e entrarão já na Hungria, e não me consta que tenham recebido contra ordem apezar de que muito se falla disso. A Russia precisa de hum apoio no Occidente p.<sup>a</sup> poder realizar os seus vastos projectos, que por óra se limitão, a meu vêr, à Grecia e à Turquia; este apoio só a França lho pode dár, não a França, tal qual está, governada por hum homem de talento mas debil, e por huma facção que tem contra si, como V. sabe, as três quartas partes da sua povoação: a Inglaterra quisera disputar à Russia

a influencia que esta pertende ter na França, mas a Inglaterra quer conservar os Borbõens e estes não deixão de porteger e fomentar as pertençõens da facção dominante, assim a Inglaterra, que de certo não muda de política a este respeito, pôde sim contar com o Governo frances porem não com a França. A facção dominante em França deseja muito que voltem alli as tropas do norte, e hade dár azos aos revoltosos p.<sup>a</sup> que se mechão e justifiquem o Govêrno a admitir as ditas tropas: se assim acontecer a Russia estabelece, a meu vêr, sua preponderancia em França, e poem no trono daquella nação o Principe de Orange ou o Duque de Orleaens ou talvez outro, que reunindo em si grande actividade e força com capa de proteger os interesses da maioridade da nação estabeleça nella hum Govêrno Militar forte e a unidade de acção, de que a Russia carece para os seus fins.

A Inglaterra hade vêr isto com ciume, mas quando quiser oporse já não hade poder. Dentro em dois meses creio que devemos vêr claro a este respeito.»

Apesar da attitude aparentemente conciliadora da Europa para com a Península e das declarações officiais dos seus diplomatas, em Madrid há manifestações de desagrado quando o Monarca sai a passeio com os infantes, e, da devassa feita immediatamente pelo Govêrno, vem a certeza de que os instigadores e principais autores do desacato contra a Família Real, eram estrangeiros: «hum é italiano e outro hum intrigante francês que anda por Hespanha há muito tempo e que também figurou na exposição de Kollia Valencey».

A Inglaterra vai fazendo o seu jôgo e furtando os países da Península à influênciã da Santa Aliança, de que aliás fazia também parte, visto que, depois das declarações terminantes do seu Embaixador em Madrid, aconselha, por intermédio do seu representante no Rio, segundo consta ao Ministério Espanhol, «o nosso Monarca a transigir com o

Govêrno actual de Portugal; e o mesmo Ministério presume que o inglês confia muito do Conde de Palmela para este objecto».

Era no entanto preciso desanuviar o horizonte diplomático fazendo declarações categóricas sôbre a questão da nossa independência política, para não dar motivos, a uns, e pretextos, a outros, de falsas interpretações da nossa attitude patriótica.

Assim fêz a Regência, por declarações formais aos Embaixadores da França e Inglaterra em Madrid, como se vê do officio dirigido pelo nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros ao seu representante naquela capital, com data de 7 de março de 1821, cuja cópia se encontra no lugar próprio como resposta aos que dali eram expedidos: «A Regencia aprovando a medida q̄ tomou a resp<sup>to</sup> dos Emb. de Fr. e In. reconhece a necessidade de se não poupar meio algum de adoçar esses dois Emb. fazendo-lhe principalm.<sup>te</sup> ver q̄ qualquer q̄ seja a discução das opiniões das nossas cortes e o seu resultado, nunca Portugal consentirá em perder a sua existência independente, nem a isso podem referir-se as deliberaçoens do Congresso, e a analogia das suas opinioens às de Hespanha.»

### NEGOCIAÇÕES INTERMINÁVEIS

A proposta do tratado de aliança é posta oficialmente ao gabinete espanhol por uma nota apresentada no Ministério dos Estrangeiros pelo representante diplomático da Regência, na qual afirma que «esta deseja em tudo obrar de acôrdo com o govêrno de S. M. C.» e por isso «quizera conhecer a opinião do vosso govêrno sôbre esta importante matéria afim de por-se em estado de cooperar com elle enquanto as circumstancias o permitem».

Uma ligeira indisposição do Ministro obstou a que êste desse pronta resposta à referida nota, mas Castro Pereira em 13 de Abril podia informar o Govêrno de Lisboa que «com tudo sei, que o Min.<sup>rio</sup> Hespanhol está firmemente

determinado a obrar de acordo conosco; porem quer primeiramente ver ahi provas de actividade e energia no governo, e se queixa da falta dellas, e diz q̄ logo q̄ as veja está resolvido a fazer huma alliança offensiva conosco, com as condições q̄ nós bem quizermos».

E em officio de 17, também de abril, ainda melhor esclarece as posições dos dois governos: «Agradeço muito a V. Ex.<sup>a</sup> a comunicação, que por ordem da Regencia teve a bondade de fazer-me da explicação franca, que há mesma Regencia pedira em nome do seu Governo o Encarregado dos negócios de Espanha.

A dita resposta e as demonstraçoens de energia, que a Regencia já começou a dar, e sem duvida continuará dando sempre que seja necessario, devem emfim determinar o govêrno de S. M. C. a reconhecer publicamente o nosso, ao q̄ me parece disposto, e farão accelerar certamente a conclusão do tratado de alliança deffensiva, que as ditas naçoens desejão, e de q̄ nas actuaes circunstancias tanto carecem para consolidarem seo actual systema politico, e para repelirem qualquer injusta aggressão estrangeira, que contra ellas se intente com o fim de destruir ou alterar o dito systema. Estou intimamente convencido de que o Govêrno de S. M. C. entrará neste tratado com a mesma franqueza, verdade e boa fé que a Regencia pertende: as explicaçoens q̄ tive com o Ministro passado e com o actual encarregado do Ministério dos Negócios Estrangeiros a este respeito, as conversaçõens q̄ tenho tido com varios deputados e influentes das cortes, e finalmente o estado das rellaçoens politicas desta monarchia com as outras potencias europeas devem tranquillizar-nos sobre os repetidos e antigos receios de que por parte da Hespanha se tenta por agora a união de Portugal, em q̄ nenhum Portuguez honrado poderá nunca consentir.»

O tratado é obsessão do Govêrno de Lisboa e do seu representante em Madrid.

Em officio de 20 de abril, volta êste a insistir «e a minha opinião he que o nosso tratado deve ser publico e

sem nenhum artigo secreto, para não dar lugar a mal fundadas suspeitas de união, que nos poderião envolver em mil desgraças. Deve haver grande segredo em a negociação, porem este deve cessar logo que esta se conclua e se publique.»

Mas a instabilidade ministerial em Espanha ia dilatando as negociações, pois que, primeiro que cada novo ministro tomasse o curso delas, gastava o tempo suficiente para dar o seu lugar ao respectivo sucessor.

As esperanças iam tôdas para Bardaxi de Azara, Embaixador em Paris, que recentemente tinha sido escolhido para Ministro dos Estrangeiros do Gabinete de Madrid.

No mesmo officio de 20 de abril Castro Pereira informa «Bardaxi devia sahir hoje de Paris, e chegará aqui no fim do mez; até o momento da sua chegada não he possivel saber com exactidão sobre que bazes pretende o Govêrno de S. M. C. estabelecer o tratado de alliança com nosco, para cuja epoca reservou o reconhecimento ostensivel do nosso govêrno.»

Por sua vez o Govêrno de Lisboa em 25 de abril informa o seu representante na capital espanhola «A Regência ficou sciente da necessidade de lhe mandar um novo diploma mas esperando que dentro em pouco se faça o reconhecimento desejado, e reciprocam.<sup>to</sup> vantajoso, reserva para então o remeter-lhe em forma um que o acredite publicam.<sup>to</sup> junto a S. M.<sup>e</sup>. Logo que este reconhecim.<sup>to</sup> tenha lugar a Regência estará prompta a principiar a negociação de um tratado de alliança defensiva debaixo dos princípios mencionados na resposta que aqui dêo ao Consul G.<sup>al</sup> da Hespanha, e tendo por base a franqueza, verdade e boa fé, e com toda a publicidade e confiança que taes sentim.<sup>tos</sup> inspirão.»<sup>1</sup>

Vai-se esperando a chegada do novo Ministro Bardaxi, mas êste «não chegará antes de 10, ou 15, do corrente, (ofi-

---

<sup>1</sup> É a minuta do citado officio que está no Arquivo de Santarém.

cio de 1 de maio) e sem que elle chegue nada se pode adiantar em as nossas pretensões, e nenhuma mudança se pode esperar do Ministro interino». Entretanto Castro Pereira não está inactivo e no citado officio acrescenta a seguir:

«Tenho procurado saber a opinião dos membros mais influentes do Conselho de Estado à cerca do futuro Tratado; porque estou certíssimo de que o Ministro, qualquer que elle seja, se não atreverá a fazelo sem a previa aprovação do dito conselho; e devo desde já prevenir a V. E. que todos aquelles, com quem até agora tenho fallado, são de parecer, que tal se não faça sem saber primeiramente a opiniação do Gabinete Inglês sôbre êste particular; porque pensão que seria imprudente e até muito arriscado dar ao dito Gabinete hum pretexto plausivel para intervir talvez hostilmente em os negócios da Península, o que com effeito seria mui fatal aos dois reinos, porque tolheria desde logo a facil communicacão de ambos com as suas respectivas provincias ultramarinas, e comprometteria depois nossa tranquillidade e segurança interior.

Os ultimos acontecimentos do Brasil e a adhesão de varias de suas provincias à causa de Portugal devem, em minha opinião, produzir mudanças essenciaes em a nossa politica exterior; e isto juntamente com o que todos sabemos do estado politico da Europa nos deve inspirar o desejo de não nos malquistarmos com o Gabinete Inglez. Sirva-se V. E. fazer à Regencia as competentes reflexoens sobre este importante assumpto; e se ella quizer que eu faça alguma communicacão a este respeito ao Ministro Inglez aqui, com quem conservo rellaçoens, o farei assim, e peço para isto instruçoens claras e positivas; e se fôr necessario escreverei ao que se foi, na certeza que elle cumprirá a palavra que me deo antes de partir.

Se este passo parecer essencial, prevejo que só a Regencia o poderá dar; pois tenho razoens para crêr,

que este Governo o não fará por motivos de amor proprio senão depois de saber o modo porque sua proposição será recebida. Com tudo sei que elle dezeja muito o Tratado, mas tambem creio que o não fará em quanto não souber como levará isso o Gabinete Inglez, excepto no cazo de ver preparativos de invasão contra nós ou contra si, o que sempre se hade saber a tempo de o poder verificar».

Mais interessantes são as reflexões que sôbre o almejado tratado faz Castro Pereira, no seu officio de 4 de Maio, ao mesmo tempo que dá conta da impressão produzida, em Madrid, pela noticia do juramento da Constituição Portuguesa, por parte de El-Rei D. João VI:

«A venturosa noticia de haver o nosso adoravel e Augusto Monarca jurado em Rio de Janeiro a Constituição, que se está fazendo em Portugal, fixou finalmente a nossa sorte, e nos abriu o caminho para restabelecer rellações directas com as duas potencias com quem mais precisamos viver em boa harmonia, que são a Hespanha e a Inglaterra. Nossa politica, a meo ver, deve reduzir-se a ligar-nos de boa fé por meio de um Tratado com a primeira a fim de conservar o Govêrno representativo, que pretendemos estabelecer e com a segunda conservar nossas antigas amistosas relaçoens a fim de assegurar nossa independencia nacional e a facilidade de correspondencia com as provincias portuguezas de ultramar. Para conseguir estes importantissimos objectos, muito conviria que do Tratado com a Hespanha fosse garante a Inglaterra e caso se renove e modifique o que temos com esta, devemos tratar de que a outra represente igual papel.

He bem certo, que nada disto se pode nem deve em minha opinião realizar até que chegue a Familia Real porem he preciso hir cuidando com tempo de tomar todas as possiveis medidas conducentes a este importante fim.

A feliz nova do juramento d'ElRei produziu aqui huma sensação muito agradavel em todos os homens de juizo e as pessoas que mais devem influir no Tratado são de parecer que se nos deve ceder Monte Video mesmo sem compensação, e acabar de huma vez e de boa fé todas as antigas disputas.

He preciso aproveitar esta boa ocasião, e ter tudo pronto para conseguir o que tanto nos convem ahi e aquí. Logo que chegar Bardaxi tratarei de sondar a sua opinião a êste respeito, e no entretanto cuidarei de saber a do Ministério.»

Como estava previsto o novo Ministro Bardaxi chegou finalmente da sua longa viagem de Paris e, em 25 de maio, Castro Pereira já pode informar:

«Tive emfim duas longas conferencias com Bardaxi das quais fiquei satisfeitissimo; elle está mui convencido da necessidade da conclusão prompta do Tratado e tem já vencido as difficuldades que aqui se oppunhão a isto; a explicação franca e satisfactoria, que eu lhe dei do estado interior do nosso reino, bastou para destruir o unico obstaculo, que elle encontrava para terminar este importante assumpto; que era o receio da pouca estabilidade no systema estabelecido entre nós.

A proxima chegada de S. M. he hum motivo mais para não perdermos tempo, afim de que tudo esteja pactuado e concertado no momento do desembarque, e que possa logo ser confirmado por ElRei nos primeiros dias da sua estada em Lisboa; para que isto se consiga, e visto que a Regencia quer confiar-me esta delicada operação, não obstante haver-lhe eu pedido que me dispensasse della por ter pouca confiança em minhas luzes, torno a rogar a V. E. se sirva mandar-me quanto antes as instruções claras e precisas, que por vezes tenho pedido e particularmente em o meu officio n.º 30.

Assim como lembrei a V. E. que seria muito util e prudente consultar sôbre êste negócio a commissão

politica das cortes, afim que a Regencia me possa enviar com o devido acerto e extensão as instruções que espero, do mesmo modo recomendo agora a V. E. que se lembre de ouvir as commissoens de commercio e Agricultura das mesmas Cortes, afim de me poder indicar nas mesmas instruções o que devo obrar rellativamente ao commercio dos Portos Seccos, que tanto nós como os Espanhois precisamos fomentar, e do qual naturalmente se fará menção em o Tratado.»

Com a notícia da chegada de D. João VI, a Regência vê para breve o fim da sua actividade governativa, bem como da dos ministros que trabalhavam em seu nome, pois certamente o Monarca, logo que se instale em Lisboa, nomeará ou, pelo menos, recomporá o Ministério. Levado por esta ordem de suposições, que os factos vieram confirmar, chegaram ordens a Madrid para sobrestar nas negociações do Tratado, o que o nosso representante levou ao conhecimento do Ministro Espanhol, não sem receio que êle mal recebesse tal resolução, mas, pelo contrário, Bardaxi «escutou-me com gosto e aprovou muito esta resolução» segundo se lê em officio de 8 de junho.

Era ainda a instabilidade governativa, agora da nossa parte, a prejudicar a conclusão das negociações.

#### REGRESSO DE D. JOÃO VI

Tudo se prepara em Portugal para receber D. João VI, e o próprio Govêrno Espanhol quiere associar-se ostensivamente à festa propondo a Fernando VII o nome do Conde de Revillajijedo para, em seu real nome, vir cumprimentar o Monarca português logo à sua chegada à Lisboa.

«O novo Enviado vai igualmente autorizado pelo Governo de S. M. C. a entender-se com o nosso em tudo o que dis respeito ao tratado de commercio e alliança, que os nossos respectivos governos dezejão concluir, e

que tão preciso he para promover a felicidade dêstes dois reinos.» (Officio de 19 de junho).

A Regência deve rodear-se de todos os informes e cuidados para que o Tratado resulte profíquo e por isso Castro Pereira escreve em 22 de junho:

«Torno a pedir a V. E. que insista com a Regencia, para que se tomem todas as medidas necessárias afim de reunir todos os dados possiveis sobre as rellaçoens de commercio entre Portugal e Hespanha; porque no caso de se fazer o tratado de alliança he preciso que esta se fomente e consolide por meio de commercio entre as duas naçoens; pois sem isso o dito tratado não seria mais do que hum papel escripto como outro qualquer».

Do officio de 3 de julho vê-se claramente que o Ministro Espanhol trabalhava, por seu lado, em preparar um tratado que realmente pusesse têrmo a todos os grandes e pequenos dissídios entre as duas nações, e assim se lê:

«No «Universal» do 1.º do corrente verá V. E. o interessante discurso de S. M. C. ao Congresso e a excelente resposta do Presidente das Cortes a S. M. Em o discurso do trono verá a Regencia a manifestação do dezejo q̄ tem este Governo de terminar amigavelmente todas as questoens que existem entre elle e o nosso, dezejo de que por muitas vezes tenho fallado a V. E., afim de que a Regencia se digne tomar a tempo as medidas necessarias, para poder concluir com o Gabinete de Madrid hum tratado de commercio e alliança, como a Regencia desejava, e do qual devem resultar às duas naçoens, Portugueza e Hespanhola, vantagens incalculaveis.

O Governo de S. M. C. está reunindo todos os dados que o podem esclarecer sobre este importante

assumpto; e tem muito em vista o promover a navegação do Tejo e Douro tanto quanto for possível; porem antes de começar seos trabalhos, deseja que a Regencia se sirva fazer-lhe constar com exactidão o estado da navegação dos ditos dois rios desde a sua barra até à raia de Hespanha. Rogo a V. E. se sirva responder-me com a possível brevidade a este respeito, para que eu possa animar este governo a emprehender os trabalhos projetados, dos quaes devem resultar às duas cidades de Lisboa e Porto lucros imensos, não só pelo transito das produçoens das provincias interiores de Hespanha, mas tambem pelo dos productos estrangeiros e pelos da America Hespanhola, que com muito mais facilidade podem vir às mesmas provincias por esse caminho, que pelos portos da Andalusia, Galiza e Costa da Cantabria, por onde tem sempre vindo até agora».

Não era pura fantasia de diplomatas êste desejo, constantemente manifestado, da assinatura de um tratado com a Espanha. Da correspondência particular também arquivada nos seus originaes na Biblioteca de Santarém, que pertenceu e foi legada a esta cidade pelo falecido escritor Anselmo Braamcamp Freire, e trocada entre o Ministro Anselmo José Braamcamp e seu primo e cunhado Manuel de Castro Pereira de Mesquita, se verifica a vontade de ambos levarem a bom têrmo umas negociações que julgavam imprescindíveis para a paz peninsular.

Em carta particular, com data da 19 de maio, Braamcamp manifesta claramente a sua opinião que também é seguida pelo seu colega espanhol, como se vê da carta que àquêle escreveu de Madrid, Castro Pereira em 19 de junho: «Não te posso assaz exprimir o quanto estou e deve estar contente de Bardaxi que em tudo procura inspirar-nos a mais ilimitada confiança, por sua franqueza, boa fé e decidida resolução em favor da boa causa dos dois reinos».

Surge uma notícia em Madrid que prejudica um tanto e atrasa sem dúvida a boa conclusão de tão importante negócio; logo dela se tem conhecimento em Lisboa com as seguintes informações do nosso representante: «A notícia mais notável e mais imprevista que aqui temos he a evacuação de Montevideo feita por ordem expressa dos Ministros de El-Rei antes da sua sahida do Rio de Jan.º, e a entrega da Praça feita segundo huns ao Gov.º de Buenos Ayres, e seg.º outros ao Cabildo Civil de MonteVideo. Êste Gov.º recebeu esta nova confidencialm.º; e a pessoa q̃ lha transmitio, lhe afiança q̃ o Ministério do Brasil se havia obrigado a reconhecer publicamente a independência de Buenos Ayres, Chile, etc., etc., a receber no Rio e em Lisboa agentes publicos acreditados por esses mesmos Governos!!!!

Esta medida, considerada abstractamente, demonstra huma tal inepecia e immoralidade, que não pode deixar de attribuir-se a vistas secretas, tendentes ao objeto *querido* de conservar o poder absoluto em alguma parte, para ver se depois se poderia restabelecer em o todo! Insensatos, brevemente verão quão absurdos erão em todo o caso os seus projetos!» (carta de 21 de agôsto).

Já a êsse tempo o rei D. João vi tinha substituído o ministério da Regência por um da sua nomeação com Inácio da Costa Quintela, no reino; o Conde de Barbacena, nos Estrangeiros; Teixeira Rebelo, na guerra; Duarte Coelho, na Fazenda; Joaquim José Monteiro Tôrres, na Marinha.

O Conde de Barbacena é realista de pura gema e por isso não admite as transigências com o sistema representativo e, para o provar, basta dizer-se que nunca dirigiu uma só ordem ao nosso representante em Madrid, o único que era de nomeação da Regência.

Breve, porém, é substituído pelo Dr. Silvestre Pinheiro Ferreira que retoma as negociações para o célebre tratado e dá instruções a Castro Pereira, nomeado agora Encarregado de Negócios da nossa Côrte junto da de Sua Magestade Católica.

O peor é que se começa a conhecer em Madrid com precisão a attitude do govêrno do Rio-de-Janeiro perante os acontecimentos da Argentina e a credencial do nosso Encarregado em Buenos Aires assinada pelo Ministro Silva Pinheiro.

Em 20 de Novembro, Castro Pereira queixa-se amargamente por carta dirigida a seu cunhado da situação falsa em que tão estranho acontecimento o coloca.

A falta de direcção única na nossa política interna e externa, a versatilidade de opiniões, a ausência completa de firmeza nos actos dos governantes que não tinham coragem moral para impor uma política de sadia administração, contrariasse ela fôsse quem fôsse, a fatal inclinação do poder perante os exaltados dos clubs jacobinos que, seguindo a moda francesa, começavam a irromper na capital e a dominar no Congresso, deu em resultado a fraquesa do govêrno interno, emprestou fôrça à reacção, exagerada na forma e na essência, e afastou a realização do tratado de aliança com a Espanha.

É certo que, ainda em 26 de Março de 1822, o nosso Encarregado de Negócios em Madrid remetia ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Sua Majestade Fidelíssima «cópia dos artigos em que devemos quanto antes fundar um tratado preliminar, para ajustar com este Gov.<sup>o</sup> nossas diferenças passadas nos dous mundos, e para por as bases de mutuo commercio e alliança; pois ajustadas estas facil he depois fazer convençoens em particular e circunstanciadas para cada cousa. Este he em minha opinião o unico modo de concluir, pois de outro modo nada se conseguirá ahi e muito menos aqui; e agora que estão reunidas ahi e aqui as Cortes he a ocasião propria de terminar este importantissimo negocio, e para mim sobre tudo mui proprio p.<sup>a</sup> provar que fiz q.<sup>to</sup> pude para fazer este bem ao nosso país. Pedi instruçoens ao nosso Gov.<sup>o</sup>; e ao daqui fiz a proposição, a q.<sup>1</sup> foi muito bem acolhida» (1).

---

(1) Extracto da carta particular dirigida a Anselmo Braamcamp.

O Ministro Português parece não dar grande andamento a este assunto mas, como Braamcamp é do Conselho de Estado e, com certeza, poderosamente influente na marcha da política, Castro Pereira insiste sempre, e na carta que lhe dirigiu, em 30 de abril, volta a profetizar mal da demora: «Se ahi não aproveitão já já esta boa occasião de concluir o tratado, vejo fataes as consequencias mesmo na demora; e Deus sabe se daremos aos nossos comuns inimigos o gosto de huma desarmonia equivalente a hum rompimento. Todos os constitucionais devemos trabalhar para que esse Gov.<sup>o</sup> aproveite sem demora esta boa occasião; eu bem claro fallo hoje ao Min.<sup>o</sup> em hum dos dous largos despachos que lhe dirijo».

### SÓ PASSADOS 100 ANOS...

Em 24 de maio entra o desânimo no espírito esclarecido de Manuel de Castro Pereira: «Peço por ultima vez instruções para o tratado de Alliança; averigua e avisa-me logo se vem prontamente ou se não; pois a não virem vou usar da minha licença, como tanto precizo, e só me demoro porq̃ prefiro sempre o serviço da Patria aos meus interesses».

As nuvens acastelam-se no horizonte internacional e Castro Pereira em 25 de junho avisa: «Escrevo hoje hum off.<sup>o</sup> com m.<sup>ta</sup> energia a resp.<sup>to</sup> do Tratado: D.<sup>s</sup> queira que não choremos o tempo perdido; a paz do Oriente parece certa, e o effeito moral que isto produz pode fazer perigar não só a liberdade mas até a independência de Portugal».

As coisas da política interna espanhola vão de mal a pior e o poder cai em breve nas mãos dos mais exaltados.

Em dois de julho prevê a crise de que se não sairá a não ser pelo despostismo da esquerda ou da direita e por isso a 6 de agôsto pode escrever: «Não havendo querido nenhum moderado entrar no ministério nomeou ElRei hontem à noite os 7 ministros que verás no Espectador de hoje que te remeto: o de Neg.<sup>os</sup> Estr.<sup>os</sup> he hum dos principaes redactores deste periodico. De hoje em diante não esperes noti-

cias publicas de mim, pois as não darei mais a ninguem, porque creio que m.<sup>as</sup> cartas serão abertas».

Em carta de 13 de agosto, Braamcamp dá conta a seu cunhado, que «Em uma reunião que houve hontem, em casa de Fernandez, de Deputados, Ministros liberais e eu, sube qual era o motivo porque se expedia hoje o Expresso Portador desta. O Plano do Silvestre era mandar-te ordem para princiar o Trat. e disso dar p.<sup>te</sup> pública às Cortes mas trabalhei q.<sup>to</sup> pude e afinal instou para que viesse aqui alguém para ser o tratado feito aqui. Deves conseguir isto a todo o custo . . . »

E finalmente a 24 de setembro é expedida para Madrid a ordem de substituição, há tanto pedida por Castro Pereira, que com ela rejubila por poder voltar à Pátria, ao seio da família que adora e a tratar dos seus negócios particulares.

É substituído pelo Major João Freire de Andrade Salazar e Eça que continua improfiquamente os esforços para a assinatura de um tratado que se não pode concluir entre governos, em contínua contradança, sujeitos, para mais, ao veredictum de assembléias irresponsáveis.

Foi necessário que passados cem anos de desvario político, as duas nações latinas arredassem do seu caminho, como insuportáveis tropeços, os fantasmas a que vulgarmente se chamam partidos políticos, e enveredassem por uma política sã, claramente nacional, para que um tratado pudesse ser concluído e servisse, desde logo, de salvaguarda ao património espiritual e artístico da península e contribuisse para a paz e organização da Europa.

EUGÉNIO DE LEMOS

REFFORMAÇÃO DO REAL MOSTEIRO  
DE SANTA CRUS DE COIMBRA, E SEUS  
PRIORES TRIENNAES, GERAES QUE  
SÃO DA CONGREGAÇÃO COM SEUS  
COLLEGAS, E CAPITULOS GERAES QUE  
DEPOIS DELLA SE CONGREGARÃO

*(Continuado do vol. 103.º)*

O Real Mosteiro de Santa Cruz da Cidade de Coimbra, com os mais Mosteiros da nossa Ordem Canonica Augustiniana, comessaraõ Liures sem dependerem huns dos outros, mais que das vontades do seu Prelado, com subordinaçãõ á Sée Apostolica, e fraternidade com os Serenissimos Reys de Portugal = Os quais pello discurso dos tempos, por Breues Apostolicos que foraõ alcansando dos Summos Pontifices, vieraõ a ser Padroeiros de todos elles, apresentando nelles Priores Mores, Comendatarios, e administradores perpetuos, clerigos Seculares, e alguns Bispos pessoas de sua Caza. Alguns dos mosteiros vierãõ a se extinguir de todo feitos Comendas para as Ordens Militares, outros forãõ dados a outras religioens. Os Conegos delles ainda que regulares viviãõ Como homens proprietarios, e com pouca, ou nenhuma obseruancia da regra que professauãõ. Considerando estas Cousas, sentindo as com piadoso affecto o Serenissimo Rey Dom João, 3º = tendo zello da regular obseruancia desta nossa religião Canonica, da qual era deuoto, e affeiçoado, principalmente deste Seu real Mosteiro de Santa Crus, desejando Vel lo no seu primeiro, e antigo estado, o

mandou refformar por Bullas Apostolicas que pera este effeito ouve do Papa Clemente, 1º, pera Cuja execução o mesmo Serenissimo Rey escolheo Refformador, e dimitio de Sí, e largou todo o direito do Padroado que delle tinha. E logo antes que Comessasse a refformação escreueo a França, e mandou vir da Uniuersidade de Paris Mestres de Gramatica, Grego, e de outras Sciencias, pera que neste seu real Mosteiro as ensinassem aos Religiosos Conegos refformados, pera o que mandou fabricar dous Collegios dentro neste real mosteiro, pera nelles Lerem, e ensinassem, Como se dira em seu Lugar —

¶ Auia já=398=annos=3 mezes=16—dias, que este Real Mosteiro de Santa Crus fora fundado em tempo do Serenissimo Princepe, Conde então de Portugal Dom Affonso Henriques, e nelle aquelles doze Apostolicos varoeñs, primeiros fundadores lançarão a primeira pedra no edificio = Quando o Refformador Apostolico em os, 13, dias do mes de Outubro, do Anno do Senhor de, 1527 = por Virtude do Breue de Sua Santidade áSima nomeado, fes o primeiro Capitulo, e Comessou sua refformação, que por sua muitos religiosos Conegos dos mais graues, e autorizados, não quizerão asseitar, Sairão se, e largarão o Conuento. Fora Prior Mõr Comendatario, o Senhor Infante Dom Henrique, que depois foy Cardeal, e Rey de Portugal. Prior Crasteiro do Conuento era o Conego Dom Bras Loppes, religioso graue, exemplar, e bom Letrado graduado na Uniuersidade de París, o qual largou logo o cargo, e foy hum dos que sairão. Dahi por diante em quanto corria a refformação, o Padre Refformador punha, e dispunha no gouerno, e administração ordinaria do conuento pello tempo que lhe parecia aos Conegos seguintes —

¶ A Dom Alvaro Fernandes, nomeou Vigairo, em 26, de Outubro; do mesmo Anno, 1527 = Seruio — 7 — mezes — e 22 — dias —

¶ A Dom Heitor Gonsalues, nomeou Vigairo, em — 18 — de Junho = do Anno de, 1528 = Seruio onze mezes —

¶ Neste Anno no principio do Mes de Outubro, Comessaram os Mestres que vierão de París, a ensinar, e dar Lição nos Collegios deste real mosteiro, com grande aproueitamento dos discipulos, que Corrêdo a fama destes estudos, muitos homeñs nobres, e fidalgos do reino mãdauão seus filhos a estes estudos —

¶ A Dom Fernando Correa, nomeou Vigairo em, 18, de Mayo, do mesmo Anno, de, 1529 = Servio, 4, mezes.

¶ A Dom Dionyzio de Moraes, nomeou Vigairo, em, 20, de Setembro, deste Anno, 1529 = Seruio, hum mes.

¶ A Dom Fernando Correa, nomeou, 2.<sup>a</sup>, ves Vigairo em, 20 de Outubro, Anno, 1529 = Seruio — 2 — mezes = 18 — dias —

¶ A Dom Diogo Nunes, nomeou Vigairo em os, 8 — de Janeiro do Anno de, 1530 = Seruio hum mes —

¶ Indo Correndo a refformação, com o gouerno da Sorte que asíma fica dito = O Padre Refformador Apostolico, em os, 8, de Feuereiro do Anno de — 1530 = fes ajuntar em capitulo a Som de Campa tangida os religiosos conegos que auia neste real mosteiro já refformados, e nele despois de lhe Louuar Seu bom propozito, e zello com que recebião a refformação, lhe mandou que de entre si, ellegessem por votos de Escrutinio Prior Crasteiro que os gouernasse os tres annos seguintes. Procederão logo á eleição e sahio eleito com todos os votos nemine discrepante.

¶ — I — O Padre Dom Dionyzio de Moraes. E foy logo Confirmado, e metido de posse do Priorado pello Padre Refformador, autoritate Apostolica.

¶ Neste mesmo Anno . 1530 = mandou edifficar defronte deste nosso mosteiro, dous Collegios, hum á São Miguel, outro a todos os Santos = (Aonde oje está o tribunal da Santa Inquisição =) e passou pera elles os mestres que tinham de França Com os Collegiaes que até então estudauão neste real mosteiro de Santa Crus.

O Padre Dom Dionyzio, foy Prior Crasteiro, 3, annos = 3, mezes = e 18 = dias = Foy depois disto, Vigairo deste real mosteiro, do primeiro Prior geral, donde Sahio eleito geral, 2º = no Anno de, 1542 = foy Collega no Anno de, 1548 = Como abaixo se verá —

¶—2—O Padre Dom Paulo Gauião Foy eleito Canonicamente Prior Crasteiro em, 11, de Mayo, do Anno de, 1533 = e foy logo Confirmado e metido de posse do Priorado, pello Padre Refformador autoritate apostolica = Foy Prior, 3, annos = e, 6, mezes. Foy depois no Anno de, 1538 = hum dos Refformadores do Mosteiro de São Vicente = e no Anno de, 1556 = foy o Sexto Prior deste Mosteiro. Como abaixo se dirá em seu Lugar —

¶—3—O Padre Dom Manoel de Araujo = Foy eleito Canonicamente Prior Crasteiro em, 11, de Nouembro, do Anno de, 1536 = e foy logo Confirmado, e metido de posse do Priorado pello Padre Refformador autoritate apostolica —

¶ No Anno seguinte = 1537 = O Serenissimo Rey Dom João 3º = mudou da Cidade de Lisboa, pera esta de Coimbra a Uniuersidade, da qual fes Cancelario ao Prior geral deste real mosteiro in perpetuum, como abaixo se dirá em seu Lugar Pagina = 43 — Anno = 1539 = O Padre Dom Manoel de Araujo, foy Prior Crasteiro — 2 — annos = 12 — dias = Assistio procurador no primeiro Capitulo geral = foy depois Collega no Anno de, 1542 como abaixo se dirá em seus lugares.

¶ No Anno de, 1538 — chegou o Breue do Papa Paulo, 3º = pera a União e refformação do mosteiro de São Vicente da Cidade de Lisboa, com este de Santa Crus de Coimbra. Pera se dar este Breue á execução partio logo o Padre Refformador, e com elle outo Conegos dos já refformados deste religioso Conuento e entrarão no de São Vicente em os, 4, — de Abril do sobre dito — Anno, 1538 = e por virtude do sobre dito Breue tomarão posse do dito mosteiro no mesmo dia, e logo se Comessou sua refformação como se dira abaixo = Pagina = 110 =

CAPITULO GERAL PRIMEIRO, E ELEIÇÃO  
DO PRIMEIRO PRIOR TRIENNAL DESTE  
REAL MOSTEIRO DE SANTA CRUS,  
GERAL PERA A NOSSA CONGREGAÇÃO—

Estando a refformação deste real mosteiro de Santa Crus, já no estado que aSima fica dito, (Avia doze annos que tinha Comessado) O Serenissimo Rey Dom João, 3º, impetrou do Summo Pontifice Paulo, 3º, nouo Breue de motu proprio, pera que o Priorado deste real mosteiro que até então era perpetuo, fosse daqui em diante, triennial, e o Prior fosse eleito por votos secretos dos Conegos do Convento, e que o mesmo fosse nos mosteiros da Ordem, os quais assim como se fossem refformando, Se fossem unindo em huma Congregação, cujo Geral fosse o Prior triennial deste real mosteiro de Santa Crus de Coimbra = Chegou este Breue no Anno de, 1539 =

¶ No mesmo Anno de, 1539 = em, 29, de Julho em Virtude do motu proprio, de que asima se fas menção, se Celebrou neste real mosteiro de Santa Crus de Coimbra, o primeiro Capitulo geral de eleição. Assistirão nelle

¶ O Padre Refformador Apostolico = Prezidente do Capitulo.

¶ O Padre Dom Francisco de Mendanha = Prior Crasteiro do mosteiro de São Vicente de Lisboa =

¶ O Padre Dom Bento de Abrantes = Prior mór apostolico do mosteiro do Salvador de Eccleziola.

¶ O Padre Dom Dionyzio de Moraes = Procurador, 1º, do Convento deste real mosteiro de Santa Crus =

¶ O Padre Dom Manoel de Araujo = Procurador, 2º, do Convêto deste real mosteiro; acabava o Prior a do Crasteiro.

¶ O Padre Dom Manoel de Britto = Procurador do Convento do mosteiro de São Vicente de Lisboa —

¶ O Padre Dom Thome Nogueira = Procurador do Convêto do mosteiro do Salvador de Eegresiola =

¶ Estes Padres asíma nomeados congregados em Capitulo, assentarão, se guardasse o sobredito Breve de motu proprio em tudo, ê por tudo o que nelle se contem: E que os Padres Piores que pello tempo em diante forem eleitos canonicamente nos mosteiros Vnidos, ê refformados, no fim do seu triennio, na Dominga de Pastor — bonus, segunda depois da Pascoa, se ajuntem todos em capitulo geral com seus procuradores neste real mosteiro de Santa Crus Cabeça da Congregação, pera nelle se tratar dos negocios principaes pertencentes ao bem Comum, ê governo de toda a Congregação, ê se fassa eleição de Prior triennial deste real mosteiro, geral pera a mesma Congregação, como dispoem o sobredito Breue =

¶ No dia seguinte, 30, de Julho, a som de Campa tangida, Se ajuntarão no Claustro os sobreditos Padres do Capitullo, e com elles os demais religiosos Conegos do Convento já refformados: Prezidirão na meza pera regularem os votos = O Padre Refformador Apostolico = O Padre Dom Francisco de Mendanha, Prior Crasteiro do mosteiro de São Vicente = O Padre Dom Bento de Abrantes Prior Môr do mosteiro do Salvador de Eccleziola = E votando todos os Padres por escurtinio (Avia, 407, annos = 6, mezes = 4, dias = que se tinha Celebrado a primeira eleição do primeiro Prior môr perpetuo deste real mosteiro, o Padre Santo Theotonio:) fizerão sua eleição canonica, Sahio eleito Prior triennial com todos os votos, nemine discrepante:

¶ — I — O Padre Dom Bento de Camoeñs, natural da Cidade de Coimbra = Conego professo deste real mosteiro de Santa Crus, filho de Antonio Vás de Camoeñs, ê de sua mulher Donna Guiomar Vás da Gama. E no mesmo dia, 30, de Julho foy confirmado no Cargo pello Padre Refformador = elegerão tambem Collega Secretario, o Padre Dom Jorge Barbosa.

¶ No mesmo Anno, 1539 = chegou o Breue do Papa, Paulo, 3º, da União e refformação do mosteiro do Saluador

de Eccleziola, que agora se chama Grijo = por virtude do qual, o Padre Prior Geral Dom Bento com o seu Collega, tomou posse do dito mosteiro, em os, 6, de Agosto do sobre-dito Anno = Pag = 133 =

### ¶ CAPITULO DE VIZITAÇÃO ¶

¶ No mesmo Anno de, 1539 = em o primeiro dia do mes de Dezembro, neste real mosteiro de Santa Crus, se celebrou o primeiro Capitulo de Vizitação geral, depois que comessou a União, ê refformação dos primeiros tres mosteiros = no qual assistirão os Padres Diffinidores do Capitulo = a saber =

¶ O Padre Refformador Apostolico = Prezidente do capitulo.

¶ O Padre Dom Bento de Camoens = Prior deste real mosteiro de Santa Crus = Geral da Congregação =

¶ O Padre Dom Francisco de Mendanha = Prior Crasteiro do Mosteiro de São Vicente de fora de Lisboa =

¶ O Padre Dom Thome Nogueira = Prior Crasteiro do Mosteiro do Salvador de Eccleziola =

¶ O Padre Dom Dionyzio de Moraes = Procurador do Convento deste real mosteiro de Santa Crus =

¶ O Padre Dom Manoel de Britto = Procurador do Convento do mosteiro de São Vicente da Cidade de Lisboa =

¶ O Padre Dom Izidoro de Freitas = Procurador do Convento do mosteiro do Salvador de Eccleziola =

¶ Neste Capitulo de Vizitação geral, se asseitarão as Leis, e Constituições que o padre refformador apostolico tinha ordenado na refformação deste real mosteiro, pera por ellas se aver de governar toda a Congregação = ainda que pello discurso do tempo se vierão a emendar, mudar, ê refformar = Ordenarão tambem que o Prior — Dom Bento de Camoens, que se intitulava, Prior Crasteiro, se chamasse daqui em diante, Prior triennial, ê Geral da Congregação = ê o mesmo fizessem seus Successores.

¶ Como o Serenissimo Rey Dom João 3º, mandasse refformar este real mosteiro de Santa Crus, e os religiosos delle ja refformados vivessem com grande observancia = Ordenou que o seu Prior triennal fosse Cancellario da Nova Universidade desta Cidade de Coimbra = e assim neste mesmo Anno, 1539 = fes merce ao Padre Prior geral Dom Bento de Camoens do officio de Cancellario da mesma Universidade, pera elle, e seus successores, por carta, e provizão sua, dada em Lisboa em os, 15, de Dezembro, estando ainda as escollas das sciencias neste real mosteiro de Santa Crus, como consta da mesma Carta de Doação, na qual dis el Rey estas formaes palavras = E bem assi avendo respeito ao dito mosteiro ser hora por minha ordenança tambem refformado, e estar em tanta obseruancia, e se fazer em elle tanto servisso a nosso Senhor, e os Collegios que em elle mandei fazer, tanto fruto, e proueito de meus reynos, e senhorios, em as Lingoas, Artes, e Theologia: pellas quais couzas recebendo eu muito prazer e contentamento: e querendo acrescentar, honrar, e fazer merce ao dito mosteiro de meu proprio motu, hej por bem, e me pras fazer merce como de ffeito fasso ao Prior do dito mosteiro, que hora he, e pello tempo for, do officio de Cancellario da Universidade da dita Cidade de Coimbra: do qual officio lhe fasso merce com todas as honras, e privilegios, antedencias, preferencias, e prerogativos, com que o tiverão, e delle uzarão sempre os Cancellarios que forão em esta Cidade de Lisboa até o tempo que della mudei os estudos para a dita Cidade de Coimbra. E por esta mando ao Reitor, Lentos, Conselheiros, Deputados, e estudantes da dita Universidade que hora são, e ao diante forem, que ajão pello sobredito modo o dito Prior que hora he, e os que pello tempo forem, por Cancellario da dita Universidade. etc

¶ Por esta provizão o Padre Prior geral Dom Bento de Camoens tomou posse na Universidade do officio de Cancellario della, no mes de Janeiro do Anno seguinte, 1540 = e como tal prezide aos autos grandes de Licencia-

dos por exame, mestres, ê doutores das quatro faculdades, ê mestres em Artes, ê lhe dá o Grao; ê tem outras muitas prerogativas.

¶ No mesmo Anno, 1540 = chegou o, 2º, Breue do Papa Paulo, 3º, em que declara, ê supre algumas Couzas que faltavão no primeiro Breue da União, ê refformação do mosteiro de São Vicente da Cidade de Lisboa: por Virtude do qual o Padre Prior Geral Dom Bento de Camoeñs, ê seu Collega Secretario D. Jorge Barboza, tomarão, 2ª, posse em, 24, de Mayo do dito Anno, 1540 = O qual mosteiro já se estava refformando. E no dia Seguente fizerão eleição canonica do seu primeiro Prior triennial: como abaixo se dira em seu Lugar, na Pag = 110 = v.

¶ No mesmo Anno — 1540 = em, 15, de Outubro, faleceo o Infante Dom Duarte, Comendador que tinha sido deste real mosteiro: por cuja morte o Padre Prior Geral Dom Bento, tomou posse de todo o gouerno assim espiritual como temporal pertencente ao Priorado.

¶ No Anno de — 1541 = O Cardeal Infante Dom Henrique Inquisidor Geral, instituhio o tribunal sagrado da Inquicissão de Coimbra: vierão os Primeiros Inquizidores por Carta sua pouzar a este real mosteiro de Santa Crus, aonde o Padre Prior Geral os agazalhou, ê estiuerão em quanto se não aparelhauão casas aonde pudessem nellas assentar aquele sagrado tribunal da feê — + Addicam — Pag = 243

¶ O Padre Dom Bento gouernou o generalado, 2, annos, ê, 8, mezes, com o seu Collega Secretario Dom Jorge Barboza. Viueo depois do generalado = 4 annos = e 8 — mezes = Faleceo em os, 2, de Janeiro do Anno de — 1547 =

### ¶ CAPITULO GERAL — 2º D

¶ No Anno de — 1542 = em os, 2, de Mayo: se Celebrou neste real mosteiro de Santa Crus, o, 2º, Capitulo geral = Assistirão nelle.

¶ O Padre Refformador Apostolico = Prezidente do Capitulo.

¶ Dom Francisco de Mendanha = Prior do Mosteiro de São Vicête, da Cidade de Lisboa = Com hum Procurador.

¶ Dom Thome Nogueira = Prior Crasteiro do Mosteiro do Saluador de Eccleziola = Com hum Procurador.

¶ Dom Bento de Camoeñs = que acabou o seu generalado.

¶ Dom Dionyzio de Moraes = Vigairo deste real mosteiro, e nelle eleito Procurador do Conuento pera este capitulo.

¶ Assentarão os Padres Congregados neste Capitulo = Que visto Serem poucos, Cada hũ dos mosteiros daqui em diante mande ao Capitulo dous procuradores, eleitos pello Conuento = e este de Santa Crus porque então não tem Prior, eleja tres Procuradores.

¶ Neste mesmo Capitulo elegerão dous Collegas pera o triennio: os Padres, D. Affonso Pereira = e D. Manoel de Araujo =

¶ E em os, 5 — do dito mes, foy eleito, e Confirmado Prior deste real mosteiro, o Geral pera a Congregação =

¶ O Padre Dom Dionyzio de Moraes = Conego professo deste real mosteiro = filho de Simão de Moraes Cidadão desta cidade de Coimbra, e de sua mulher Violante de Azãobuja = Tinha Sido o primeiro Prior Crasteiro da Reformação = Era Vigairo deste religiozo Conuento, Procurador, e Diffinidor neste Capitulo.

¶ No mesmo Anno = 1542 = no mes de Junho, chegou a Coímbra o Padre Mestre Símão Rodrigues, primeiro Provincial da Cõpanhia com onze companheiros, pera darem principio ao seu nouo Collegio desta Cidade: Por Carta del Rey Dom João 3º = os agazalhou em Santa Crus o Padre Prior Geral Dom Dionyzio = aonde estiuerão Cerca de tres Annos emquanto não tinhamo comodo no dito seu Collegio pera onde Se passarão =

¶ No Anno de — 1543 = em onze de Nouembro, faleceo na Cidade de Lisboa, o Senhor Dom Duarte, filho natu-

ral del Rey Dom João terceiro, Arcebispo de Braga, Prior môr Comendatario deste real mosteiro de Santa Crus, no qual lhe fizerão solemnes exequias = Acabadas ellas o Padre Prior Geral Dom Dionyzio de Moraes tomou posse das rendas do Priorado môr = Com as quais o mesmo Senhor Rey Dom João, 3º = fũdou a Universidade desta Cidade de Coimbra = O bispado de Leiria e o de Portalegre = deixando sómente a este real mosteiro refformado hum Conto de reis de renda =

¶ O Padre Dom Dionyzio gouernou o generalado o seu triênio, com os seus collegas = Viueo despois d'elle, 17, annos = e alguñs dias = Faleceo em os, 8, de Agosto — do Anno de — 1562 =

### ¶ CAPITULO GERAL — 3º ¶

¶ No Anno de — 1545 = no fim do mes de Julho = se Celebrou neste real mostrº de Santa Crus, o, 3º = Capitulo geral = Assistirão nelle

¶ O Padre Dom Lourenço Leite = Prior do mosteiro de São Vicente de Lisboa. Prezidente do Capitulo, com dous Procuradores —

¶ Dom Manoel de Britto = Prior do Mosteiro do Salvador da Serra de Villa-noua do Porto = com dous Procuradores =

¶ Dom Dionyzio de Moraes = que acabou o generalado = Com tres Procuradores deste real mosteiro de Stª Crus =

¶ Em os, 3, de Agosto = foy eleito, e Confirmado Prior triennial do real mosteiro de Santa Crus = Geral pera a Congregação =

¶ —3— O Padre Dom Affonso Pereira = natural da Villa da Feira = neto do Conde daquella villa por bastardia = Conego proffesso deste real mosteiro = acabava de ser Collega = Forão com elle eleitos seus Collegas, os Padres D. Damião e D. Felipe Pegado.

¶ No mesmo Anno, 1545 = O Papa Paulo, 3º, passou duas Bullas em favor dos Priores triennaes deste real mosteiro de Santa Crus —. Na primeira a petição del Rey Dom João, 3º, confirma aos ditos Priores no officio de Cancellario da Universidade, de que o dito Senhor Rey lhe tinha feito merce, como fica dito na Pagina = 43 — v =

¶ Na, 2ª, Bulla Concede aos mesmos Priores triennaes, todos os Privilegios, Graças, exenções, favores, indultos, e a jurisdição eccleziastica que tinham os Priores mores = E assim o Padre Prior geral Dom Affonso Pereira fes dar a execução estas duas Bullas, por Serem concedidas em Seu tempo, e foy o primeiro que depois da refformação Celebrou Missa em Pontifical, e deu Ordens menores a seus subditos.

¶ No Anno de, 1547 = O Serenissimo Rey Dom João, 3º, por carta sua pedio ao Prior Geral Dom Affonso, lhe largasse os dous Collegios de São Miguel, e de todos os Santos, pera nelles fundar as escollas menores: O que teve effeito, e os nossos Collegiaes com seus mestres se tornarão pera este seu real mosteiro.

¶ Governou o Generalado com seus Collegas o Seu triennio, que forão, 2, annos = 8, mezes = 15, dias = Viveo depois delle = 2, annos = 6, mezes e, 20, dias = Faleceo em, 10, de Novembro do Anno, 1550 =

#### ¶ CAPITULO GERAL = 4º = D

¶ No Anno de, 1548 = no mes de Abril = se Celebrou neste real mosteiro de Santa Crus = O Capitulo geral = 4º Assistirão nelle =

¶ O Padre Dom Francisco de Mendanha = Prior do mosteiro de São Vicente de Lisboa = Prezidente do Capitulo = Com, 2, Procuradores =

¶ Dom Manoel de Britto = Prior do mosteiro do Salvador da Serra de Villa nova do Porto = Com, 2, Procuradores =

¶ Dom Affonso Pereira = que acabou o Generalado = com, 3 — Procuradores eleitos deste real mosteiro.

¶ E em, 19, do dito mes de Abril = foy eleito, e confirmado Prior deste real mosteiro de Sta Crus = Geral da Congregação =

¶ - 4 — O Padre Dom Felipe Pegado = natural da Cidade de Elvas = filho de Mendo Pegado, e de sua mulher Caterina Cacella de Affonseca = Conego professo deste real mosteiro de Santa Crus, e acabava o seu officio de Collega = Elegerão tambem Com elle neste capitulo collegas pera o triennio, os Padres = D. Dionyzio de Moraes, e D. Alleixo.

¶ Governou o Padre Dom Felipe o generalado, o Seu triennio com os seus Collegas = Foy tres vezes a Roma a negocios da Ordẽ em diversos tempos = Viveo depois do generalado, 27, annos = e alguns dias = Faleceo Sendo Prior de Reffoys neste mosteiro de Santa Crus, em, 16, de Mayo, do Anno de, 1578 = no fim do Capitulo geral aonde assistira —

#### ¶ CAPITULO GERAL = 5º = ¶

¶ No Anno de, 1551 = no mes de Abril = se Célebrou neste real mosteiro de Santa Crus, o Capitulo geral = 5º = Assistirão nelle —

¶ O Padre Dom Manoel de Britto = Prior do Mosteiro de São Vicente Prezidente do Capitulo = Com, 2, Procuradores —

¶ Dom Clemente da Silua = Prior do mosteiro do Salvador da Serra de Villa noua do Porto = Com, 2, Procuradores =

¶ Dom Felipe Pegado = que acabou o generalado = Com, 3, Procuradores eleitos deste real mosteiro.

¶ E em, 21, do dito mes de Abril, foy eleito, e Confirmando Prior deste real mosteiro, geral pera a congregação =

¶ -- 5 — O Padre Dom Francisco de Mendanha = Conego professo do real mosteiro de Santa Crus = Filho de Galaor

de Mendanha Cidadão de Coimbra = e de sua mulher, Anna Vás de Azãobuja, filha de Vassallo Vás de Tavarede = — Foy hum dos outo que forão refformar o mosteiro do Martyr São Vicente da Cidade de Lisboa = e ahí o fizerão Prior primeiro = era neste Capitulo Procurador, e Diffinidor — Governou o Generalado o seu triennio Com os Collegas que no Capitulo forão eleitos, os Padres = F. Felippe Pegado, que acabava de ser geral = e D. João Nunes —

### ¶ CAPITULO GERAL = 6º = ¶

¶ No Anno de, 1554 = em = 9 = de Abril = se Celebrou o, 6º = Capitulo geral neste real mosteiro de Santa Crus = Assistirão nelle.

¶ O Padre Dom Jorge Barboza = Prior do mosteiro de São Vicente de Lisboa = Prezidente do Capitulo = Com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Thome Nogueira = Prior do mosteiro do Salvador da Serra de Vila nova do Douro = Com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Francisco de Mendanha = que acabou o generalado = Com — 3 — Procuradores eleitos deste real mosteiro —

¶ Ordenou se neste Capitulo, que o Padre Prior Geral Com seus Collegas, Vizitem duas vezes no triennio a Congregação — — ê elegerão logo Collegas, os Padres: D. Francisco de Mendanha ê Dom Simão de Christo —

¶ E em = 16 = do dito mes = foy eleito Prior deste real mosteiro de Sta Crus — e geral pera a Congregação, estando abzente.

¶ — 6 — O Padre Dom Clemente da Silva = natural Cidade de Lisboa = filho de Luis da Silva = ê de sua mulher — Dona Maria de Tavora = Conego professo do mosteiro de São Vicente — Leo alguns annos Theologia no real mosteiro de Santa Crus. — donde o tirarão pera Prior da

Serra do Porto = ê agora estava morador no de São Vicente de Lisboa, ahí o forão buscar = Veio ê foy Confirmado em — 28 — do dito mes de Abril — era lá vigairo =

¶ Governou o Padre Dom Clemente o generalado com os seus Collegas = Anno e meyo = Na Vizita do meyo do triennio, no fim do mes de Outubro do Anno seguinte, 1555 = derão em Culpa ao Padre Prior geral, fizera as Cazas da quinta da Ribella sem licença do Convento. Erão Vizitadores os Padres Dom Manoel de Britto, do mosteiro de São Vicente = e Dom Bras, do mosteiro da Serra = E ou fosse que estes vizitadores lhe — não eram bem affectos, como de feito assim era; ou se guardavão então as Leys da religião inviolavelmente, derão sentença contra elle, fosse desposto, e o privarão do officio, e Cargo de Prior Geral, e convocarão logo Capitulo geral —

¶ O Padre Dom Clemente, como era religioso exêplar, soffreo com sugeição; os capitulos geraes futuros o mandarão tres vezes a Roma a negocios da religião, aonde os tratou com grande satisfação, e credito.

¶ El Rey Dom João, 3º, o nomeou por vizitador, e reformador da Ordem de Santiago de Palmella; o Cardeal Infante Dom Henrique Legado á Latere neste Reyno, por bullas do Papa Paulo, 4º, lhe passou as Letras pera esta reformação —

¶ Foy hum dos refformadores do nosso mosteiro do Salvador de Moreira, e ahí o fiserão Prezidente, e o foy Cerca de quatro annos, até o de, 1567 = todas estas cousas teve depois que o despuserão de Prior Geral, Cargo que elle nunca mais quis ser por mais que com elle o rogavão — Faleceo fínalmente em, 24, de Janeiro do Anno de, 1571 =

### ¶ CAPITULO GERAL = 7º = ¶

¶ No Anno de, 1555 — em, 31 — de Outubro — se Celebrou o 7º = capitulo Geral neste real mosteiro = Assistirão nelle —

¶ O Padre Dom Vicente da Gama = Prior do mosteiro da Serra — Prezidente do Capitulo — Com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Jorge Barboza, que tinha acabado o Priorado do mosteiro de São Vicente = subrogado = com dous Procuradores —

¶ Dom Felipe Pegado = nomeado pello Padre Vigairo Dom Lourenço Leite, pera assistir em Lugar do Geral desposto, com tres Procuradores deste real mosteiro —

¶ Estes Padres do Capitulo virão os autos da visita culpas, e sentença de privação que os vizitadores passados derão Contra o Padre Dom Clemente, a aprovarão, e julgarão o lugar do Priorado Geral por vago = e se fizesse nova eleição —

¶ Neste capitulo se ordenou, que no Anno de 1557 = Se celebrasse neste real mosteiro, Capitulo de Junta, pera se reverem nelle as Constituiçoens que se andavão fazendo — e o Breviario proprio de Santa Crus = Elegerão tambem Collegas pera o triennio os Padres, D. Pedro da Assumpção = e D. Lourenço Leite que acabava de ser Vigairo —

¶ E em os, 7, de Novembro, foy eleito, e Confirmado Prior deste real mosteiro, e geral pera a Congregação =

¶ .I. O Padre Dom Francisco de Mendanha, a, 2<sup>a</sup>, ves = era Collega do Prior geral desposto, e neste capitulo Procurador deste real mosteiro, e Diffinidor.

¶ Governou o Generalado com os seus Collegas, o seu triennio que constou de dous annos, e meyo — Viveo depois do generalado = 3 — annos = 6 — mezes = 19 — dias — Faleceo em — os — 17 — de Novembro do Anno de, 1561 —

### ¶ CAPITULO DE JUNTA — ¶

¶ No Anno de, 1557 = terça-feira, 4, de Mayo: se Celebrou neste real mosteiro de Santa Crus Capitulo geral de Junta, Como ficou assentado no Capitulo geral proxime passado — Assistirão nelle —

¶ O Padre Dom Francisco de Mendanha = Prior geral = Prezidente do Capitulo = Com — 3 — Procuradores de Sta Crus —

¶ Dom Paulo Gavião = Prior do mosteiro de São Vicente de fora da Cidade de Lisboa = Com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Vicente da Gama = Prior do mosteiro do Salvador da Serra de Villa nova do Porto = Com — 2 — Procuradores —

¶ Neste Capitulo se revirão as Constituiçoẽs que de novo se fizerão, que forão as primeiras depois da refformação e depois de bem Vistas, examinadas, e aprovadas, as entregarão a hum religioso Conego de Santa Crus grande Letrado em Direito Canonico, que se chamava = Dom Ambrozio — pera que as puzesse em ordem, apontando nas margens dellas todos os lugares, e pontos de Direito, pera se mandarẽ a Roma aprovar por sua santidade — e tambem mandarão se imprimisse o Breuiario de Santa Crus, com seus acrescentamentos —

¶ Recolhidos os Padres da Junta a seus mosteiros, continuou o Padre Dom Francisco de Mendanha com o seu Priorado até o fim do triennio —

### ¶ CAPITULO GERAL = 8º = ¶

¶ No Anno de, 1558 = em, 25 = de Abril = se Celebrou o, 8º Capitulo geral neste real mosteiro de S. Crus = Assistirão nelle —

¶ O Padre Dom Paulo Gavião = Prior do Mosteiro de São Vicente de Lisboa = Prezidente do Capitulo = com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Bazilio da Silva = Prior do mosteiro do Salvador da Serra de Villa nova do Porto = Com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Thome Nogueira = Vigairo de Santa Crus = em Lugar de Dom Francisco de Mendanha, geral que acabava, e esteve em Lisboa doente = com — 3 — Procuradores —

¶ E em, 29, do dito mes: foy eleito, é confirmado Prior deste real mosteiro, é geral da Congregação —

— 8 — O Padre Dom Bazilio da Silva = natural da Cidade de Coimbra, irmão do Secretario da Universidade = Conego professo deste real mosteiro de Santa Crus, e Prior que era do mosteiro do Salvador do Porto = forão tambem eleitos no Capitulo os Padres Collegas = D. Damião = é D. Germão —

¶ Governou o Padre Dom Bazilio, o generalado o seu triennio = com seus Collegas —

### ¶ CAPITULO GERAL = 9 = D

No Anno de, 1561 = em 21; de Abril se Celebrou, o . 9º = Capitulo geral, neste real mosteiro de — S. Crus = Assistirão nelle —

¶ O Padre Dom Manoel de Britto = Prior do Mosteiro de São Vicente de Lisboa = Prezidente do Capitulo = Com — 2 — Procuradores.

¶ Dom Lourenço Leite = Prior do Mosteiro do Salvador da Serra de Villa nova do Porto = com — 2 — Procuradores.

¶ Dom Bazilio da Silva = que acabava o Generalado = com — 3 — Procuradores eleitos deste real mosteiro.

¶ Neste Capitulo Se apresentou, 2º, Breve de Confirmação das nossas Constituições, que passou o Papa Pio — 4º — e o Asseitarão —

¶ E em os, 25, do dito mes de Abril = foy eleito, é confirmado Prior deste real mosteiro de Santa Crus, é geral da Congregação.

— 9 — O Padre Dom Lourenço de Jezu, Leite = natural da Cidade do Porto = filho de João Leite, é de sua mulher Dona Izabel de Azevedo = Conego professo deste

real mosteiro = Era Prior do mosteiro da Serra do Porto  
 = Foy hum dos, 8, refformadores do mosteiro de São Vicente  
 = Elegerão neste Capitulo pera Collegas, os Padres, D. Vicente da Gama = é D. Pedro da Assumpção —

¶ Governou o Padre Dom Lourenço o generalado com seus collegas, o seu triennio =

¶ Neste triennio Asseitou o Santo Cardeal Carlos Boromeo ser Protector da nossa Congregação, por hum Breve que lhe passou o Papa Pio, 4º, seu tio, em, 21, — de Mayo = Anno = 1561 —

### ¶ CAPITULO GERAL = 10 = D

¶ No Anno de, 1564 = em, 17 = de Abril = Se Celebrou o = 10 = Capitulo Geral, neste real mosteiro = Assistirão nelle.

¶ O Padre Dom Jorge Barboza = Prior do Mosteiro de São Vicente = Prezidente do Capitulo = Com — 2 — Procuradores.

¶ Dom Henrique = Prior do Mosteiro de Villa nova da Serra do Porto, do Salvador = Com — 2 — Procuradores.

¶ Dom Lourenço Leite = que acabou o Generado = Com — 3 — Procuradores deste real mosteiro —

¶ Neste Capitulo por virtude de hum Breve do Papa Pio, 4º = em que manda tornar o mosteiro de Eccleziola ao seu primeiro estado, se dividirão as rendas igualmente entre este mosteiro velho do Salvador de Eccleziola, oje Grijó, é o novo do Salvador da Serra de Villa nova, pera que sejam dous mosteiros; é lhe assinarão moradores, é lugar no capitulo geral pera o seu Prelado, é Ordenarão que o Prior Geral que sair eleito, é confirmado neste Capitulo, vâ com seus Collegas eleger nelle Prior, é Conciliarios —

¶ Tambem neste Capitulo forão elleitos Collegas pera o triennio, os Padres = D. Cypriano = é D. Theotónio de Mello.

¶ E em os — 27 = do dito mes de Abril = sahio eleito, ê foy Prior deste real Mosteiro = ê geral pera a Congregação = Abzente =

¶ . 10 . O Padre Dom Manoel de Britto — natural do Murtal, na Comarca de Coimbra = filho de Pedro de Britto, ê de sua mulher Maria de Freitas = Conego professo deste real mosteiro, foy hum dos, 8 — Conegos que forão refformar o mosteiro de São Vicente, é nelle foy duas vezes Prior ê era lá atualmente Vigairo q mandaraõ no Chamar, veyo, ê foy Confirmado em Prior geral em os, 7,—de Mayo—

¶ No mesmo Anno, 1564 = o Padre Prior geral Dom Manoel Com seus Collegas, em os, 10, de Julho . fes a primeira eleição de primeiro Prior triennial no mosteiro do Salvador de Grijo, como no capitulo geral lhe foy encomendado — Governou o generalado — 2 — annos = ê alguns dias com seus collegas = Faleceo sendo Prior geral, em, 24, de Mayo do Anno de, 1566 — vagou o Generalado — 21 — di —

### ¶ CAPITULO GERAL = 11 = D

¶ No Anno de, 1566 — em os 8 — de Junho = se celebrou o = 11 Capitulo Geral neste real mosteiro de Santa Crus = Assistirão nelle —

¶ O Padre Dom Thome Nogueira = Prior do Mosteiro de São Vicente de Lisboa = Prezidente do Capitulo = Com -- 2 Procuradores —

¶ Dom Bazilio da Silva = Prior do Mosteiro do Salvador de Grijo = com — 2 — Procuradores =

¶ Dom Jorge Barboza = Prior do Mosteiro do Salvador da Serra de villa nova = Com — 2 — Procuradores =

¶ Dom Estevão = Vigairo do R. Mosteiro de — S. Crus = nõ Lugar do Geral deffunto = Com — 3 — Procuradores de Sta Crus —

¶ E em os — 13 — do dito mes de Junho=foy eleito, e Confirmado Prior deste R. mosteiro = e Geral pera a Congregação —

¶ — 11 — O Padre Dom Jorge Barboza = natural da Cidade de Coimbra = filho do Capitão Diogo Barboza da Azãobuja, é de sua mulher, Dona Maria Loba = Conego professo deste real mosteiro de Santa Crus = Prior que era do mosteiro do Salvador do Porto, é Diffinidor neste capitulo.

¶ Governou o Padre Dom Jorge o generalado o seu triennio Com os Collegas = D. Clemente = é D. Andre = que lhe forão eleitos.

¶ No Anno Seguinte = 1567 = Chegarão as letras do Papa Pio — 5º = da Vnião, e refformação de quatro mosteiros = a saber = Moreira = Nandim = Reffoyos = é São Jorge. Por virtude dellas o Padre Prior Geral com seus Collegas tomou posse dos ditos mosteiros, os Refformou, é fes eleição em cada hum delles do seu Primeiro Prior triennial — sam os seguintes —

¶ No de Moreira = em — 23 — de Julho = do Anno = 1567 —

¶ No de Nandim = em — 6 — de Agosto = do Anno = 1567 —

¶ No de Reffoyos = em — 12 — de Agosto = do Anno = 1567 —

No de São Jorge — em — 17 — de Agosto = do Anno = 1568 —

¶ Viveo o Padre Dom Jorge Barboza, depois do Generalado = 16 = annos = 3 — mezes = 27 — dias — Faleceo em, 19 — de Agosto = do Anno de — 1585 — e teve outros Cargos na Ordem —

### ¶ CAPITULO GERAL = 12 = D

¶ No Anno de=1569 = em — 25 — de Abril=Se Celebrou o = 12 = Capitulo geral neste real mosteiro de Sta Crus = Assistirão nelle —

¶ O Padre Dom Lourenço Leite = Prior do mosteiro de São Vicente de Lisboa = Prezidente do Capitulo = Com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Vicente da Gama = Prior do mosteiro do Salvador de Grijo = com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Constantino da Apresentação = Prior do mosteiro do Salvador da Serra de villa nova do Porto = Com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Gregorio = Prior do mosteiro do Salvador de Moreira da Maya = Com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Jeronimo de Santo Agostinho = Prior do mosteiro de Santa Maria de Nandim = Com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Theotonio da Crus = Mello — Prior do mosteiro de Sta Maria de Restoyos de Lima = Com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Nicolao de São Miguel = Prior do mosteiro de São Jorge de sobre o Mondego = Com — 2 — Procuradores —

¶ Dom Jorge Barboza = que acabou o Generalado = Com — 3 — Procuradores deste real mosteiro

¶ Neste Capitulo se assentou que o mosteiro de São Jorge não seja Priorado = seja Oratorio com rezidencia de dous religiosos Conegos, por não ter rendas bastantes pera mais —

¶ Ordenou se mais, que daqui em diante, não tragão os Priores a Capitulo mais que hum Procurador, ê o de Santa Crus, tenha dous — por auer ja muitos de capitulo —

¶ Elegerão tambem Collegas pera o triennio, os Padres = D. João das Neves = ê D. Gaspar Brandão —

¶ E em, 30 = do dito mes de Abril = foy eleito, ê confirmado Prior deste real mosteiro = ê Geral da Congregação —

— 12 — O Padre Dom Lourenço Leite = a 2<sup>a</sup> = Ves — Prior que era do Mosteiro de São Vicente de fora de Lisboa; é Prezidente que era neste capitulo — Governou o Generalado o seu triennio com seus Collegas —

¶ CAPITULO GERAL = 13 = ¶

¶ No Anno de, 1572 = em — 21 = de Abril = Se Celebrou o — 13 — Capitulo geral neste real mosteiro . S . ✠ . Assistirão nelle.

¶ O Padre Dom Theotonio da Crus Mello = Prior do mosteiro de São Vicente, Prezidente do Capitulo = com hum Procurador.

¶ Dom Bazilio da Silva = Prior do mosteiro do Salvador de Grijo, terra da Feira = com hum Procurador —

¶ Dom Andre dos Anjos = Prior do mosteiro do Salvador da Serra de Villa nova do Porto = Com hum Procurador —

¶ Dom Cypriano = Prior do mosteiro do Salvador de Moreira terra da Maya = Com hum Procurador —

¶ Dom Francisco de Santo Agostinho = Prior do mosteiro de Santa Maria de Nandim = Com hum Procurador —

¶ Dom Constantino da Apresentação = Prior do mosteiro de Santa Maria de Reffoyos = com hum Procurador.

Dom Lourenço Leite = que acabou o generalado = com — 2 — Procuradores deste real mosteiro.

¶ A este Capitulo não veio Prior de São Jorge pello não aver = ê ordenarão que este mosteiro torne a ser Priorado outra ves.

¶ Assentou se mais que se buscasse, ê comprasse sitio pera se fundar Collegio apartado de Santa Crus —

¶ Elegerão tambem Collegas pera o triennio, os Padres = D. Gabriel = ê D. Fulgencio —

¶ E em, 24 = do dito mes de Abril = foy eleito, é Confirmado Prior deste Mosteiro = é geral da Congregação =

¶ — 13 — O Padre Dom Bazilio da Silva = a, 2ª ves — Prior que era de Grijo = ê — 1º — Diffinidor neste Capitulo.

¶ Governou o generalado Com seus Collegas, o seu triennio = viveo depois delle, 21, — annos = 11 — mezes — Faleceo em, 18 = de Abril do Anno de, 1595 =

¶ CAPITULO GERAL = 14 = D

¶ No Anno de, 1575 = em — 18 — de Abril = se Celebrou o — 14 — Capitulo Geral neste R. mosteiro de S. Crus — Assistirão nelle —

¶ O Padre Dom Hilarião = Prior do Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa = Com hum Procurador —

¶ Dom Pedro da Assumpção = Prior do Mosteiro do Salvador de Grijo = terra da Feyra = Com hum Procurador —

¶ Dom Dionyzio de Santo Antonio = Prior do Mosteiro do Salvador da Serra de Villa nova = Com hum Procurador —

¶ Dom Jorge Barboza = Prior do mosteiro do Salvador de Moreira da Maya = Com hum Procurador —

¶ Dom Lourenço Leite = Prior do Mosteiro de Santa Maria de Nandim = com hum Procurador =

¶ Dom Affonso = Prior do mosteiro de Santa Maria de Reffoyos de Lima = Com hum Procurador =

¶ Dom Damiaõ = Prior do Mosteiro de São Jorge de sobre o Mondego = Com hum Procurador —

¶ Dom Bazilio da Silva = que acabou o generalado = com dous Procuradores deste real mosteiro de Santa Crus —

¶ E em — 22 — do dito mes de Abril = foi eleito, é confirmado Prior deste Real mosteiro = é geral da Congregação =

¶ —14— O Padre Dom Pedro da Assumpção = natural da Villa de Almada = filho de João Figueira e de sua mulher Maria da Costa = Conego professo do Mosteiro de São Vicente = Prior que era do Mosteiro de Grijó, é, 2º, vizitador neste Capitulo —

¶ Governou o generalado o seu triennio com Seus Collegas = D. Diogo das Chagas = é D. Matheos da Crus —

¶ CAPITULO GERAL = 15 = D

¶ No Anno de, 1578 = em — 14 — de Abril = Se Celebrou o — 15 — Capitulo geral neste real Mosteiro de — S. †. Assistirão nelle —

¶ O Padre Dom Theotonio do Espirito Santo = Prior do Mosteiro de São Vicente = Prezidente do Capitulo = Com hum Procurador —

¶ Dom Gaspar Brandão = Prior do Mosteiro do Salvador de Grijo = terra da Feira = Com hum Procurador —

¶ Dom Constantino da Apresentação = Prior do Mosteiro do Salvador da Serra do Porto = Com hum Procurador.

¶ Dom Lourenço Leite = Prior do Mosteiro do Salvador de Moreira, terra da Maya = Com hum Procurador —

¶ Dom Andre dos Anjos = Prior do Mosteiro de Santa Maria de Nandim = com hum Procurador —

¶ Dom Felipe Pegado = Prior do Mosteiro de Santa Maria de Reffoyos do Lima = Com hum Procurador =

¶ Dom Nicolau de São Miguel = Prior do Mosteiro de São Jorge de Sobre o Mondego = com hum Procurador =.

¶ Dom Pedro da Assumpção = que acabou o Generalado = Com Dous Procuradores deste real Mosteiro de Santa Crus.

¶ E em . 22 — do dito mes de Abril = foy eleito, é Confirmado Prior deste real mosteiro = é Geral da Congregação —

¶ — 15 — O Padre Dom Lourenço Leite = a — 3<sup>a</sup> — Ves — Sendo Prior do Mosteiro de Moreira = é — 1<sup>o</sup> — Vizitador neste capitulo.

¶ Governou o Generalado com seus Collegas = 2 — annos = é — 8 — mezes = D. João da Trindade = é D. Simão de Christo.

¶ Introduzio se neste tempo, Rey de Portugal, Dom Felipe o Prudente Rey de Castella = Como o Padre Prior

geral Dom Lourenço Leite, fora mestre do Senhor Dom Antonio que pertendia o Reyno; é o era tambem dos mininos seus filhos; Como tal se mostrou apaixonado nas suas alteraçõeñs = foy Com elle até a Cidade do Porto pera o embarcar, como fes; e se deixou ficar no mosteiro do Salvador da Serra de Villa Nova = Neste Comenos os Vizitadores do meyo do triennio deste mosteiro de Santa Crus, ou mal affectos ao Padre Prior geral, ou querendo Comprazer a Castella, formando lhe Culpas, o mandarão notificar ao mosteiro da Serra, que apparecesse pera responder diante delles, a Certos Cargos que lhe impunhão: elle nem huma, nem outra Couza quis fazer: Assentarão então os sobreditos Vizitadores, Com parecer de alguns outros Conegos, fosse desposto, é privado do generalado = E em —28— de Dezembro, do Anno, 1580 = forão a Capitulo, aonde lidas as Culpas, é Cargos que delle tinham com a sentença em que o absolvião, é despunhão do Cargo de Prior é Geral, mandarão Com penas, é Censuras que nenhum religiozo o reconhecesse por Prior Geral; é que o Padre Dom Jorge de Christo Vigairo deste real mosteiro de Santa Crus governasse o Mosteiro, como até então fazia, é a elle obedecessem todos: é Convocando Capitulo geral pera nova eleição, foram dous dos Vizitadores, á Cidade de Elvas aonde estava el Rey Dom Felippe q̄ vinha tomando posse deste reyno de Portugal: Derão conta do que tinham obrado, ao Cardeal Alexandre Riario legado á Latere neste reyno, o qual por suas letras apostolicas passadas em —19— de Janeiro do Anno de, 1581 = Ouve por boa, é aprovou a sentença da privação do Generalado Contra o Padre Dom Lourenço Leite — mandou sobestar o Capitulo geral até o tempo ordinario, é nomeou entretanto Vigairo Geral vizitador, ao Padre Dom Pedro da Assumpção Prior do mosteiro de São Vicente, pera que fosse vizitar toda a Provincia; como abaixo diremos —

¶ E finalmente ao Padre Prior Geral Dom Lourenço Leite, mandou el Rey Dom Felippe prender ao mosteiro da Serra de Villa nova do Porto aonde estava, por favorecer as Couzas ao Senhor Dom Antonio = é dahi o mandou degra-

dato pera o reyno de Lião, ao real mosteiro de Santo Izidoro, que era de Conegos Regrantés, é foy entregue ao Abbade, aonde viveo desterrado Cerca de tres annos, é meio; é ahi faleceo Com opinião de homem santo, em — 20 — de Novembro, do Anno de, 1583 = foy sepultado no lugar, é Com os seus religiosos Conegos daquelle real mosteiro —

### ¶ VIGAIRO GERAL — D

O Padre Dom Pedro de Assumpção = Prior que era do mosteiro de São Vicente = foy chamado á Cidade de Elvas, aonde el Rey Dom Felipe o Prudente, com o Cardeal Legado a Latere Alexandre Riario, o nomearaõ Vigairo Geral, é Vizitador apostolico, com outras muitas prehemencias, em Lugar do Padre Dom Lourenço Leite, geral desposto, é desterrado = é lhe ordenaraõ, que enquanto não chegava o tempo ordinario de se celebrar capitulo geral, vizitasse toda a Provincia, é congregaõ, pera o que o sobre dito Cardeal Legado lhe passou letras apostolicas em o primeiro dia de Fevereiro do prezente Anno de, 1581 = Tomou posse neste real mosteiro de Santa Crus, em os, 23, dias do mes de Fevereiro = é se partiu logo a fazer sua Vizita, escolhendo pera seus Collegas aos Padres = D. Antonio de jezu = é a D. Simaõ de Christo Cavaco, que atualmente o era, é a este fes secretario = E nesta sua Vizita pera fazer seu intento, despos dos cargos a alguns dos Priores, é fes eleger a outros Padres em seus lugares. Durou lhe este governo = 3 mezes = 3 — dias.

### ¶ CAPITULO GERAL = 16 = D

¶ No Anno de, 1581 = em — 29 — de Mayo = Se Celebrou o — 16 — Capitulo geral, neste real mosteiro de Santa Crus — Assistiraõ nelle —

¶ O Padre Dom Pedro da Assumpção = Prior do Mosteiro de São Vicente. Vigairo geral, é Vizitador apostolico = Prezidente deste Capitulo = Com hum Procurador do Mosteiro de São Vicente —

¶ Dom Bernardo do Espirito Santo = Prior do mosteiro do Salvador de Grijo — Com hum Procurador —

¶ Dom Manoel de São Joaõ = Prior do mosteiro de Santa Maria de Nandim =

¶ Dom Affonso de Santa Maria = Prior do mosteiro de Santa Maria de Reffoyos =

¶ Dom Theotonio da Crus Mello = Prior do mosteiro de São Jorge do Mondego = Com hum Procurador =

¶ Dom Jorge de Christo = Vigairo de Santa Crus = no lugar do Prior geral desposto = com — 2 — Procuradores deste R. M.

¶ Não quizeraõ vir a este capitulo por escurpulo Dom Gaspar do Prezepio Brandaõ = Prior do mosteiro do Salvador da Serra de villa nova = Dom Dionyzio de Santo Antonio = Prior do mosteiro do Salvador de Moreira = nem Procuradores destes dous Mosteiros = nem os Procuradores dos Mosteiros de Nandim, é Reffoyos = que se ficaraõ no mosteiro da Serra = é assim o Prezidente Dom Pedro da Assumpção, Como vizitador apostolico os ouve por privados, é se celebrou o Capitulo sem elles —

¶ elegeraõ Collegas pera o triennio seguinte, os Padres = D. Cypriano = é D. Felipe.

¶ E em os = 30 — do dito mes de Mayo, foy eleito, é Confirmado Prior do Mosteiro de Santa Crus = Geral da Congregação —

¶ — 16 — O Padre Dom Pedro da Assumpção, a 2<sup>a</sup> — ves Era Prior do mosteiro de São Vicente de Lisboa = Vigairo geral, é Vizitador apostolico, — é Prezidente desse Capitulo.

¶ Governou o Padre Dom Pedro o generalado — com os seus collegas, o seu triennio, é o foy outras duas vezes com outros cargos na religião —

¶ CAPITULO GERAL = 17 = ¶

¶ No Anno de — 1584 = em — 14 — de Abril — se Celebrou, o — 17 — Capitulo geral neste real mosteiro de Sta Crus = Assistiraõ nelle —

¶ O Padre Dom Theotonio da Crus Mello = Prior do mosteiro de Saõ Vicente de L. Prezidente do Capitulo = Com um Procurador.

¶ Dom Bernardo do Espirito Santo = Prior do mosteiro do Salvador de Grijo = com hum Procurador —

¶ Dom Bertolomeu dos Martyres = Prior do mosteiro do Salvador da Serra de Villa nova do Porto = Com hum Procurador —

¶ Dom Nicolao de Saõ Miguel = Prior do mosteiro do Salvador de Moreyra = Com hum Procurador —

¶ Dom Manoel de Saõ Joaõ = Prior do mosteiro de Santa Maria de Nandim = Com um Procurador —

¶ Dom Nicolao dos Santos = Prior do mosteiro de Santa Maria de Reffoyos de Lima = Com hum Procurador —

¶ Dom Cosme = Prior do mosteiro de Saõ Jorge por cima do Mondego = com hum Procurador —

¶ Dom Pedro da Assumpçaõ = que acabou o Generalado, com dous Procuradores, deste real mosteiro = Com — 2 — Procuradores —

¶ Elegeraõ neste capitulo Collegas pera o triennio os Padres = D. Pedro de Figueiró = é D. Joaõ das Neves —

¶ E em os — 19 — do dito mes de Abril = Foy eleito Prior deste real mosteiro = geral pera a Congregação —

¶ — 17 — O Padre Dom Simaõ de Christo Cavaco = natural da Villa de Amarante = filho de Pedro Teixeira Cavaco, é de sua mulher Catherina Gonsalves de Britto = Conego professo, é vigairo que era deste real mosteiro de Santa Crus, hum dos dous Procuradores, é Diffinidor neste Capitulo —

¶ O Cardeal Alberto Archiduque de Austria, Como Governador do Reyno, tinha escrito huma Carta ao Capitulo geral, não Confirmassem o novo eleito, sem primeiro lhe darem conta da eleição = é assim se fês = Foy então Confirmado em os — 3 — de Mayo Dia da jnvenção da Crus =

¶ Governou o Padre Dom Simão o Generalado Cõ os seus Collegas, o seu triennio = Viveo depois d'elle acabado, 31 — annos = 8 — mezes = Foy neste tempo — 3 — vezes Prior do mosteiro de Saõ Vicente = é huma do de Grijó, e outros Cargos que teve — Faleceo finalmente em os — 5 — de Janeiro, do Anno de — 1619 —

### ¶ CAPITULO GERAL = 18 = ¶

¶ No Anno de — 1587 = em — 11 — de Abril = Se Celebrou, o — 18 — Capitulo geral neste R. mosteiro de S. Crus — Assistiraõ nelle —

¶ O Padre Dom Dionyzio de Santo Antonio = Prior do Mosteiro — de Saõ Vicente = Prezidente do Capitulo = cõ hũ Procurador —

¶ Dom Pedro da Assumpção = Prior do mosteiro do Salvador de Grijó, terra da feira = Com hum Procurador.

¶ Dom Gaspar do Prezepio Brandaõ = Prior do Mosteiro do Salvador da Serra de Villa nova = Com hum Procurador.

¶ Dom Jorge de Santo Agostinho Barretto = Prior do mosteiro do Salvador de Moreira = com hum Procurador —

¶ Dom Gaspar dos Reys = Prior do mosteiro de Santa Maria de Nandim = Com hum Procurador.

¶ Dom Bertolomeu dos Martyres = Prior do mosteiro de Santa Maria de Reffoyos de Lima = Com hum Procurador.

¶ Dom Antonio das Chagas Delgado = Prior do mosteiro de Saõ Jorge de sobre o Mondego = Com hum Procurador.

¶ Dom Simão de Christo Cavaco = que acabou o Generalado = com Dous Procuradores deste real Mosteiro.

¶ Addição = ✠ Pag. — 243 —

¶ Elegeraõ neste capitulo Collegas pera o triennio, — os Padres = D. Andre dos Anjos = e D. Christovaõ de Christo —

¶ E em os — 15 — do dito mes de Abril = foy eleito Prior deste real mosteiro = é geral pera a Congregaçaõ.

¶ — 18 — O Padre Dom Pedro da Assumpsaõ = a 3ª ves — Prior que era do mosteiro de Grijo = é 1º Viziador neste Capitulo = Foy Confirmado em, 27 — do dito mes de Abril, depois de se dar conta da eleiçaõ ao Cardeal Alberto Archiduque, é governador do Reyno, como tinha mandado por sua Carta ao Capitulo Geral =

¶ Governou o generalado o seu triennio com os seus collegas que lhe foraõ eleitos —

### ¶ CAPITULO GERAL = 19 = ¶

¶ No Anno de = 1590 = em os — 7 — de Mayo = se Celebrou, o — 19 = Capitulo geral neste R. Mosteiro de S. Crus = Assistiraõ nelle —

¶ O Padre Dom Acurcio de Santo Agostinho = Prior do mosteiro de Saõ Vicente = Prezidente deste Capitulo = com hũ Procurador —

¶ Dom Nicolao dos Santos = Prior do mosteiro do Salvador de Grijo terra da Feira = Com hum Procurador.

¶ Dom Joaõ das Neves = Prior do mosteiro do Salvador da serra de Villa nova do Porto = Com hum Procurador.

¶ Dom Henrique do Prezepio = Prior do mosteiro do Salvador de Moreira, terra da Maya = Com hum Procurador.

¶ Dom Manoel de Saõ Joaõ = Prior do mosteiro de Santa Maria de Nandim = Com hum Procurador —

¶ Dom Gaspar dos Reys = Prior do mosteiro de Santa Maria de Reffoyos do Lima = Com hum Procurador —

¶ Dom Cosme = Prior do Mosteiro de São Jorge de Sobre o Rio Mondego = Com hum Procurador —

¶ Dom Pedro da Assumpção = que acabou o generalado = Com — 2 — Procuradores deste real mosteiro de Santa Crus —

¶ Elegerão no Capitulo Collegas pera o triennio — os Padres = D. Gaspar de Christo = é D. Antonio de Santo Agostinho.

¶ Ordenou se neste Capitulo que sem falta alguma se Comprasse sitio, é se comessasse a fundar o Collegio fora de Santa Crus, como iá se tinha mandado em outros capitulos—

¶ E em os — 10 — do dito mes de Mayo foy eleito, é confirmado Prior deste real mosteiro — é Geral pera a Congregação —

¶ — 19 — O Padre Dom Acurcio de Santo Agostinho, natural da Villa de São João da Pesqueira = Filho de João Gonsalves de Tavora = é de sua mulher, Fellippa de Mello = Conego professo deste R. Mosteiro de S. Crus. era Prior do de São Vicente Prezidente do Capitulo, é nelle — 1º — Vizitador —

¶ Governou o Padre Dom Acurcio o Generalado o seu triennio com seus Collegas, é depois teve outros Cargos —

¶ No fim deste triennio, em os — 30 — de Março do Anno de, 1593 = Lançou a primeira pedra fundamental a o nosso Collegio chamado, Sapiencia, da cidade de Coimbra, Como lhe ficou ordenado no capitulo geral. Fes o officio da benção da Pedra o Senhor Bispo Conde Dom Affonso de Castello branco, como em seu Lugar se dirá = é o mesmo Padre Prior geral Dom Acurcio, veio a Ser o Reytor, 1º — deste Collegio — Pag = 123 =

### ¶ CAPITULO GERAL = 20 = ¶

¶ No Anno de, 1593 = em os — 4 — de Mayo = se Celebrou, o — 20 — Capitulo geral neste real mosteiro = Assistiraõ nelle —

¶ O Padre Dom Jorge de S<sup>to</sup> Agostinho Barretto = Prior do mosteiro de Saõ Vicente = Prezidente do Capitulo = com hum Procurador.

¶ Dom Pedro da Assumpçaõ = Prior do mosteiro do Salvador de Grijó = Com hum Procurador —

¶ Dom Nicolao dos Santos = Prior do mosteiro do Salvador da Serra de Villa nova = Com hum Procurador —

¶ Dom Lourenço do Espirito Santo Soares = Prior do mosteiro do Salvador de Moreira = Com hum Procurador.

¶ Dom Manoel de Saõ Joaõ = Prior do mosteiro de Santa Maria de Nandim = Com hum Procurador —

¶ Dom Bernardo do Espirito Santo = Prior do mosteiro de Santa Maria de Reffoyos = Com hum Procurador —

¶ Dom Dionyzio da Mizericordia = Prior do mosteiro de Saõ Jorge do Mondego = Com hum Procurador —

¶ Dom Acurcio de Santo Agostinho = que acabou o generalado — Com — 2 — Procuradores do mosteiro de Santa Crus —

¶ Elegeraõ Logo Collegas pera o triennio, os Padres D = Andre dos Anjos = é D. Raffael da Piedade —

¶ E em os — 10 — do dito mes de Mayo, foy eleito, é Confirmado Prior deste real mosteiro = é Geral da Congregação.

¶ — 20 — O Padre Dom Christovaõ de Christo = natural da comarca da Beira = filho de Affonso Botelho — é de sua Mulher, Violante de Alarcam = Conego professo deste real mosteiro = Doutor em sagrada Theologia = Vigairo que era deste real mosteiro, é delle Procurador, é Diffinidor neste capitulo.

¶ Governou o generalado o seu triennio Com os Padres Collegas que lhe elegeraõ no Capitulo geral —

¶ No fim do Anno de, 1594 — chegaraõ de Roma as letras da Vniaõ, é refformação dos vltimos — 10 — mosteiros, passadas ã os — 23 — de Mayo pello Papa Clemente — 8º —

foraõ elles † O mosteiro de Saõ Pedro de Folques † do Salvador de Paderne † de Santa Maria de Mohia † de Santo Estevaõ de Vilella † de Saõ Martinho de Caramos † de Santa Maria de Oliveira † de Saõ Simaõ da Junqueira † de Santa Maria de Villa boa † de Saõ Miguel de Vilarinho † de Saõ Martinho de Crasto † dos quais o Padre Prior geral Doutor Dom Christouaõ Botelho com seus Collegas tomou posse no Anno seguinte de, 1595 = e se comessaraõ a refformar e Vnir á Congregaçaõ, e fes eleger nos mais delles Prior trienal —

¶ Neste triennio chegou a esta Cidade de Coimbra hũ Conego Regrante que se chamava = Dom Felix de Roxas, professo, e Sacerdote letrado do Mosteiro de Saõ Marcos Tuemense, nos estados de Frandes = trazia muitas, e notavens reliquias, assim das onze mil virgéns como de outros muitos Santos Martyres, que naquelle seu mosteiro, e em outros da Ordem quizi destruidos pellos hereges, e por cauza das guerras daquellas Provincias, lhas deraõ pera que as Colocasse em parte aonde fossem Com decencia veneradas, e estimadas = Trazia com ellas seus instrumentos muito autenticos, e aprovados por notarios, e por pessoas muito qualificadas = e assim as deu, e colocou neste real mosteiro de Santa Crus, pera as quais o Padre Prior Geral Doutor Dom Christovaõ mandou fazer alguns relicarios de grande Custo, e preço, com sua pedraria = E no Anno de, 1595 = 3º — de sua Prelazia lhe ordenou festas pera o seu recebimento que se fes com grande Pompa, e solemnidade, pera o que mandou armar toda a Igreja de alto a baixo, (naõ eraõ ainda as paredes cubertas de Azulejo,) Com muitos panos de Tellas, Veludos, Damascos, e outras muitas sedas, e armaçoens ricas, e toldada por sima de Tafetás, e volantes = Chegou o dia, 29 — de Outubro, no qual as trouxeraõ da Seê desta Cidade em procissaõ, vinhaõ em Andores, e charolas, bem Consertadas, brincadas, e Curiozas, aos ombros de sacerdotes com suas sobrepelizes; e Com muitas figuras que representavaõ os mesmos santos: e pellas ruas avia passos, e Altares: é no terreiro da porta

da Igreja se Levantou um theatro Debaixo de um rico docel, no qual se representou hum Dialogo, aonde o Premio com capellas de flores coroou todas as figuras dos Santos que Vinhaõ na Procissão. No dia seguinte cantando a Missa o Padre Prior geral que foy beneficiada de Canto de orgão Com varios estromentos muzicos, pregou o illustrissimo Senhor Bispo Conde Dom Affonso de Castello branco. E em todos os outo dias seguintes em que as Santas reliquias estiveraõ na Capella mór, ouve sempre Missa, e Vesperas de Canto de Orgão, e no outavo dia á tarde se ordenou, 2<sup>a</sup>, procissão com as mesmas reliquias por ambos os claustros que estavaõ ás mil maravilhas ricamente armados, e toldados com muitas peças, e brincos de Ouro, e prata, Com seus passos de figuras pellas Capelinhas da primeira, e sobre os Tanques da, 2<sup>a</sup>, e nesta tarde pregou o Padre Dom Miguel dos Anjos Saã, vigairo deste real mosteiro de S<sup>ta</sup> Crus — De tudo isto se imprimio hum Livrinho =

¶ No Anno de, — 1606 = Foy o Doutor Dom Christovaõ de Christo degradado pera o Mosteiro de Santa Maria de Benevivere em Carrion dos Condes, no Bispado de Astorga, no Reyno de Galiza = Aonde tendo hum Anno de Desterro, faleceo em — 21 — de Dezembro do Anno de, 1607 = e ahi está sepultado com os religiosos daquelle Convento —

### ¶ CAPITULO GERAL = 21 = D

¶ No Anno de, 1596 = em, 29 = de Abril = Se Celebrou, o — 21 — Capitulo Geral neste R. mosteiro de S. Crus. Assistiraõ nelle.

¶ O Padre Dom Dionyzio da Misericordia = Prior do mosteiro de São Vicente = Prezidente do Capitulo = Com hum Procurador —

¶ D. Simaõ de Christo Cavaco = Prior do mosteiro do Salvador de Grijo = terra da Feira = Com hum Procurador —

¶ Dom Antonio da Conceição = Prior do mosteiro do Salvador da Serra de Villa nova do Porto = Com hum Procurador.

¶ Dom Marcos do Salvador = Prior do mosteiro do Salvador de Moreira — terra da Maya — com hum Procurador.

¶ Dom Bartolomeu dos Martyres = Prior do Mosteiro de Santa Maria de Nandim = Com hum Procurador —

¶ Dom Miguel de Santo Agostinho Passanha = Prior do mosteiro de Santa Maria de Reffoyos = Com hum Procurador —

¶ Dom Sebastião da Assumpção = Prior do Mosteiro de São Jorge, de sobre o Mondego = Com hum Procurador —

¶ Dom Pedro da Assumpção = Prior do Mosteiro de São Pedro de Folques —

¶ Dom Nicolao dos Santos = Prior do mosteiro do Salvador de Paderne —

¶ Dom João das Neves = Prior do Mosteiro de São Martinho de Caramos —

¶ Dom Manoel de São Joaõ = Prior do Mosteiro de .S. Simaõ da Junqueira.

¶ Dom Gaspar dos Reys = Prior do mosteiro de S<sup>to</sup> Estevaõ de Vilella —

¶ Dom Agostinho de São Domingos = Prior do Mosteiro de S<sup>ta</sup> MA. de Mohia —

¶ Dom Bernardo da Piedade = Prior do most<sup>ro</sup> de Oliveira de Santa Maria —

¶ O Doutor Dom Christovaõ de Cristo, que acabou o generalado = Com Dous Procuradores do real mosteiro de Santa Crus —

¶ Mandaraõ neste Capitulo, que o Prior de São Jorge do Mondego, naõ traga a Capitulo Procurador.

¶ elegeraõ neste Capitulo Collegas pera o triennio: os Padres = D — Manoel do Salvador = é D. Lourenço dos Martyres —

¶ E em os — 2 — de Mayo = foy eleito, é Confirmado Prior deste real Mosteiro = é Geral pera a Congregaçãõ =

¶ — 21 — O Padre Dom Pedro da Assumpção, a — 4<sup>a</sup> —  
 Ves Prior que era do Mosteiro de São Pedro de Folques =  
 é Diffinidor neste Capitulo = Governou o generalado com  
 seus Collegas o seu triennio. Viveo depois d'elle — 6 — annos  
 = 9 — mezes = Faleceo em o — 1.º — dia de Fevereiro, do  
 Anno de, 1606 —

¶ CAPITULO GERAL = 22 = ¶

¶ No Anno de, 1599 = em, 26 — de Abril = se Cele-  
 brou, o — 22 — Capitulo Geral, neste R. Mosteiro de Santa  
 Crus — Assistiraõ nelle.

¶ O Padre Dom Símaõ de Christo = Prior do mos-  
 teiro de São Vicente de Lisboa = Prezidente do Capitulo =  
 com hum Procurador.

¶ Dom Martinho de Santa Maria = Prior do mosteiro  
 do Salvador de Grijó, terra da Feira = Com hum Procurador.

¶ Dom Acurcio de Santo Agostinho = Prior do mos-  
 teiro do Saluador da Serra de Villa nova = com hum Pro-  
 curador.

¶ Dom Antonio de Santo Agostinho = Prior do mos-  
 teiro do Salvador de Moreira, Maya = com hum Procurador.

¶ Dom Sebastião da Assumpção = Prior do mosteiro  
 de Santa Maria de Nandim = Com hum Procurador.

¶ Dom Antonio das Chagas = Prior do mosteiro de  
 Santa Maria de Reffoyos do Lima = Com hum Procurador —

¶ Dom Lourenço do Espiritu Santo = Prior do Mos-  
 teiro de São Jorge —

¶ Doutor Dom Christovaõ = Prior do mosteiro de  
 Folques —

¶ Dom Fernando de Santo Antonio = Prior do mos-  
 teiro de Paderne —

¶ Dom Gaspar dos Reys = Prior do mosteiro de  
 Caramos —

¶ Dom Mauricio da Esperança = Prior do mosteiro  
 de São Simaõ.

¶ Dom João Das Neves = Prior do mosteiro de Vilella —

¶ Dom Nicolao dos Santos = Prior do mosteiro de Mohia.

¶ Dom Pedro da Assumpção = que acabou o Generalado = Com — 2 — Procuradores deste real mosteiro —

¶ Ordenou se neste Capitulo que os dous mosteiros de Oliveira, é Vilella = não sejaõ mais Priorados = tenhaõ seus Prezidentes — O de Oliveira Vniraõ ao Mosteiro de Saõ Vicente = é o de Vilella, ao da Serra de Villa nova do Porto —

¶ Elegeraõ se neste Capitulo Collegas pera o triennio = a os Padres — D. Andre dos Anjos = é D. Francisco da Paixaõ = o qual faleceo em os — 7 — de Fevereiro do Anno de, 1600 = elegeraõ em seu lugar, a D. Miguel dos Reys — que continuou até o fim do triennio —

¶ Neste capitulo seu de titulo novo ao Mosteiro da Serra de Villa nova do Porto = ordenando sse que sua invocação fosse daqui em diante, do Patriarca Santo Agostinho —

¶ E em — 27 — do dito mes de Abril, foy eleito, é Confirmado Prior deste real mosteiro = é Geral pera a Congregaçaõ —

¶ — 22 — O Padre Dom Acurcio de Santo Agostinho, a — 2<sup>a</sup> — ves = Prior que era do Mosteiro do Salvador da Serra = é 1<sup>o</sup> — Vizitador neste capitulo — Governou o Generalado com seus Collegas o Seu triennio = 3 — Annos = é, 3, mezes =

¶ No, 3.<sup>o</sup> anno do seu Generalado, por Breve do Papa Clemente — 8 — é authoridade del Rey de Portugal, o Padre Prior geral Dom Acurcio, vizitou, é refformou os religiosos da Ordem da Santissima Trindade, é nella Celebrou Capitulo geral de refformação, é eleição de Prelado, no qual elle foy o Prezidente. é com pretexto desta vizita, é refforma pedio a Sua Magestade lhe mandasse prolongar o seu Generalado, per Cuja ordem o Colleitior apostolico lho prolongou alguns mezes, é assim Celebrou o nosso Capitulo geral no fim do mes de Julho do presente Anno =

¶ CAPITULO GERAL = 23 = ¶

¶ No Anno de, 1602 = no fim do mes de Julho = se Celebrou, o — 23 — Capitulo geral neste R. mosteiro de S. Crus. Assistiraõ nelle —

¶ O Padre Dom Jorge Barretto = Prior do mosteiro de Saõ Vicente = Prezidente do Capitulo = Com hum Procurador —

¶ Dom Nicolao dos Santos = Prior do mosteiro do Salvador de Grijô, terra da Feira = Com hum Procurador —

¶ Dom Lourenço dos Martyres = Prior do mosteiro de Santo Agostinho da serra de Villa nova = Com hum Procurador —

¶ Dom Theotonio de Santo Agostinho = Prior do Mosteiro do Salvador de Moreira da Maya = Com hum Procurador.

¶ Dom Miguel dos Anjós Saã = Prior do Mosteiro de Santa Maria da Nandim = Com hum Procurador —

¶ Dom Antonio de Santo Agostinho = Prior do Mosteiro de Santa Maria de Reffoyos de Lima = com hum Procurador.

¶ Dom Lourenço Soares = Prior do mosteiro de Saõ Jorge —

¶ Dom Pedro da Assumpção = Prior do mosteiro de Folques.

¶ Dom Martinho de Santa Maria = Prior do mosteiro de Paderne —

¶ Dom Theotonio de Santa Maria = Vigairo do Mosteiro de Caramos = era falecido o Prior Dom Sebastiaõ da Assumpsaõ —

¶ Dom Fernando de S<sup>to</sup> Antonio = Prior do mosteiro de Saõ Simaõ —

¶ Dom Constantino dos Anjos = Prior do mosteiro de Mohia —

¶ Dom Acurcio de Santo Agostinho = que acabou o Generalado = Com Dous Procuradores do R. mosteiro de S. Crus.

¶ Assentou se neste Capitulo, que os cinco mosteiros de = São Pedro de Folques ≠ Salvador de Paderne ≠ São Martinho de Caramos ≠ São Simão da Junqueira ≠ é Santa Maria de Mohia ≠ não sejam Priorados = tenham seus Presidentes = Os dous mosteiros, Folques, é Paderne = Com suas rendas vniraõ ao nosso Collegio de Coimbra = pera o que se ouve Breve do Papa —

¶ Elegeraõ Collegas pera o triennio vindouro, os Padres = D. Clemente da Assumpção = é D. Joaõ das Neves —

¶ E em os = 31 = do dito mes de Julho = foy eleito, é Confirmado Prior de Santa Crus = é geral pera a Congregação —

¶ — 23 — O Padre Dom Lourenço do Espirito Santo Soares = natural da Cidade de Lisboa = filho de Christovão Soares, é de Sua mulher Dona Mecia de Lemos — Conego professo deste real mosteiro de Santa Crus = Prior que era do de São Jorge do Mondego = é 3º — Vizitador neste Capitulo —

¶ No Anno de 1604 = Se mudaraõ os Collegiaes Com seus mestres do real mosteiro de Santa Crus onde estavaõ, pera o Collegio Novo de Santo Agostinho chamado, Sapiencia = e sendo elles os Vogaes fizeraõ sua eleição de — 1º — Reytor, a que assistio o Padre Prior Geral, é seus Collegas que logo o Confirmaraõ = como se dirá em seu lugar — Pagin. 123 = Vº =

¶ No fim do triennio, O Padre Prior Geral Dom Lourenço Soares, iulgou, é declarou que o nosso Collegio Sapiencia, era mais antigo que o mosteiro de São Vicente, assim por ser fundado dentro no mosteiro de Santa Crus, primeiro que Se fundasse o de São vicente, Como por ser refformado iuntamente com este real mosteiro, primeiro que

se refformasse o de São Vicente de Lisboa = Pello que, visto mandar a Constituição que o Prelado da Caza mais antiga prezida no capitulo geral, declarou por Prezidente do capitulo geral que se avia de Celebrar em Abril deste presente Anno, 1605 = ao Padre Reytor do Collegio = tirando a prezidencia aos Priores de São Vicente que da refformação até o presente prezidiraõ sempre nos capitulos gerais + é declarou que os Lentes jubilados haõ de assistir é ter seu votto gracioso nos capitulos geraes —

¶ Governou o Padre Dom Lourenço o seu triennio o generalado com seus Collegas, viveo depois delle = 21 — annos = 3 — mezes = 4 — dias — Faleceo em — 29 — de Julho, do Anno de, 1626 —

#### ¶ CAPITULO GERAL = 24 = D

¶ No Anno de, 1605 = em, 25, de Abril = Se Celebrou, o — 24 — Capitulo geral neste real mosteiro de .S. Crus. Assistiraõ nelle —

¶ O Padre Dom Acurcio de Santo Agostinho = Reytor — 1º — do nosso Collegio de Santo Agostinho de Coimbra, chamado = Sapiencia = Prezidente desse Capitulo = com hum Procurador —

¶ Dom Nicolao dos Santos = Prior do Mosteiro de São vicente de fora de Lisboa = Com hum Procurador —

¶ Dom Bernardo da Piedade = Prior do mosteiro do Salvador de Grijo, terra da Feira — Com hum Procurador —

¶ Dom Fernando de Santo Antonio = Prior do mosteiro de Santo Agostinho da Serra = Com hum Procurador —

¶ Dom Antonio do Salvador = Prior do mosteiro do Salvador de Moreira da Maya = Com um Procurador —

¶ Dom João de Santa Maria = Prior do mosteiro de Santa Maria de Nandim = Com hum Procurador =

¶ Dom Theotonio de Santo Agostinho = Prior do Mosteiro de S<sup>ta</sup> Maria de Reffoyos do Lima = Com hum Procurador —

¶ Dom Fulgencio de Santo Antonio = Prior do mosteiro de São Jorge do Mondego = Com hum Procurador —

¶ O Mestre Dom Andre de São Joaõ = Lente jubilado.

¶ O Mestre Dom Joaõ de Santo Agostinho = Lente jubilado —

¶ Dom Lourenço do Espirito Santo Soares = que acabou o Generalado = Com — 2 — Procuradores deste real mosteiro =

¶ E Logo no dia seguinte — 26 — de Abril, foy eleito, é Confirmado Prior deste real mosteiro = é geral pera a Congregação

¶ O Padre Dom Acurcio de Santo Agostinho, a — 3<sup>a</sup> — ves = Reitor que era do nosso Collegio novo = Sapiencia = Prezidente, é Vizitador — 1<sup>o</sup> — neste capitulo.

¶ Elegeraõ tambem Collegas — a Dom Nicolao dos Santos, que era Prior do Mosteiro de São Vicente = é a Dom Paulo da Esperança, que era hum dos Procuradores deste real mosteiro.

¶ Ordenou se neste Capitulo, que os Piores que acabaõ tenhaõ vacação de tres annos pera outro Priorado = ê que o Padre Geral que acaba seja Prezidente do Capitulo, ê naõ acabe senaõ pella eleição do futuro, a qual se fara vltimamente —

¶ Asseitto sse neste Capitulo hum Breve do Papa Clemente — 8<sup>o</sup> — em que manda se fassaõ as eleiçãoes de Geral, ê Piores, no Capitulo geral = ê logo os Piores presentes disseraõ, que renunciavaõ o tempo que lhes restava de Piores —

¶ Tinha o Bispo Conde Dom Affonso de Castello Branco hum Breve do Papa Clemente — 8<sup>o</sup> — pera Prezidir neste Capitulo, ê vizitar a Ordem, por algumas queixas de inquietaçoens que se dizia aver, quis dal lo a execuçaõ, foy lhe rezistido, comessou com Censuras, até excomungar ao Prior geral novo, o Padre Dom Acurcio = é a outros religiosos = Mandaraõ logo a Roma o Padre Dom Joaõ de Santa Maria, Prior de Nandim = ê à Corte de Valhadolid ao Padre Dom Francisco do Soveral, a el Rey Felippe.

¶ Com estas, é Outras Couzas durou este Capitulo até — 27 — de Mayo, em que se acabou o tempo que lhe daõ as Constituiçõeñs, mas naõ se acabavaõ as Contendas Com o Bispo Conde que apertava Com censuras = Assentaraõ os Padres Capitulares, durasse este capitulo mais tempo até vir ordem del Rey pera se tomar rezoluçaõ na couza —

¶ Em os, 8 — de Setembro chegou Carta de Sua Magestade pera o Bispo Conde, em que lhe mandava dizistir do comessado = á qual o Bispo Conde logo obedeceo, mandando por hum notario Apostolico fazer hum auto de dizistencia de todo o processado, é com isto Continuou o Capitulo até os — 28 — de Setembro em que se deu fim a elle — mas naõ á cauza —

¶ Governou deste modo o Padre Dom Acurcio, o Generalado, com os seus ásima nomeados Collegas, sínco mezes = ê meio = des o dia — 26 — de Abril em que foy eleito, ate os — 15 — de Outubro em que o largou no seguinte capitulo.

¶ O que pertence ao degredo, ê morte do Padre Dom Acurcio de Santo Agostinho, irâ lançado adiante, quando tratarmos do Padre Prior Geral apostolico — 60.

(Continua)

D. TIMÓTEO DOS MÁRTIRES

# A TERRA DE BESTEIROS E O ACTUAL CONCELHO DE TONDELA

(ESBÔÇO HISTÓRICO E TOPONÍMICO)

(Continuado do vol. 105.º, pág. 109)

## II PARTE

### TOPONÍMIA

#### I

#### POVOAÇÕES

Nas vinte e cinco freguesias do concelho de Tondela, o *Censo da população de 1940* regista os seguintes lugares habitados:

##### *Barreiro*

- 1 — Arnosa
- 2 — Barreiro
- 3 — Borrallhal
- 4 — Corveira
- 5 — Marruge
- 6 — Pego Negro
- 7 — Pousadas
- 8 — Tojosa
- 9 — Tourigo
- 10 — Vale
- 11 — Vale do Porco

##### *Campo de Besteiros*

- 1 — Arrifana
- 2 — Batôco

- 3 — Campo
- 4 — Corte
- 5 — Fermentelos
- 6 — Fundo de Aldeia
- 7 — Portela
- 8 — Póvoa
- 9 — Ribeira
- 10 — Ribeiro
- 11 — Rodonho
- 12 — Seixo

##### *Canas de Sabugosa*

- 1 — Canas de Sabugosa
- 2 — Casainho
- 3 — Casal do Rei
- 4 — Naia
- 5 — Póvoa do Arcediago

- 6 — Santa Ovaia de Baixo
- 7 — Santa Ovaia de Cima
- 8 — Tojal do Moinho
- 9 — Valverde

*Caparrosa*

- 1 — Caparrosa
- 2 — Caparrosinha
- 3 — Paranho
- 4 — Souto Bom

*Castelões*

- 1 — Casal
- 2 — Coelhooso
- 3 — Cortiçada
- 4 — Costa
- 5 — Eiras
- 6 — Falorca
- 7 — Figueiral
- 8 — Fontainhas
- 9 — Ladeira
- 10 — Linheiro
- 11 — Múceres
- 12 — Outeiro
- 13 — Quintal
- 14 — Ribeiro
- 15 — Souto
- 16 — Vales
- 17 — Vila do Rei

*Dardavaz*

- 1 — Alvarim
- 2 — Chancela
- 3 — Dardavaz
- 4 — Feitais
- 5 — Outeiro de Baixo
- 6 — Outeiro de Cima
- 7 — Póvoa do Lobo
- 8 — Póvoa da Sardinha
- 9 — Ribeira do Souto
- 10 — Várzea do Homem

*Ferreirós do Dão*

- 1 — Ferreirós do Dão

*Guardão*

- 1 — Cadraço
- 2 — Carvalhinho
- 3 — Caselho
- 4 — Guardão
- 5 — Janardo
- 6 — Jueus
- 7 — Laceiras
- 8 — Paredes
- 9 — Rebelo

*Lajeosa*

- 1 — Caldas de Sangemil
- 2 — Corujeiro
- 3 — Furadouro
- 4 — Lajeosa
- 5 — Penedo
- 6 — Sangemil
- 7 — Teomil
- 8 — Vinhal

*Lobão*

- 1 — Alcouce
- 2 — Casal
- 3 — Várzea de Cavalos
- 4 — Vila Jusã

*Molelos*

- 1 — Beléria
- 2 — Botulho
- 3 — Casal
- 4 — Casal Novo
- 5 — Marrocos
- 6 — Mata
- 7 — Molelinhos
- 8 — Paz

- 9 — Pedra da Vista
- 10 — Quintãs
- 11 — Silvã
- 12 — Vela

*Mosteirinho*

- 1 — Boi
- 2 — Corte
- 3 — Fraga
- 4 — Freimoninho
- 5 — Malhapão de Baixo
- 6 — Malhapão de Cima
- 7 — Mosteirinho

*Mosteiro de Fráguas*

- 1 — Fráguas
- 2 — Mosteiro
- 3 — Portodinho
- 4 — Ribeiro

*Mouraz*

- 1 — Adiça
- 2 — Bairro da Estação
- 3 — Carvalhal
- 4 — Couço
- 5 — Mouraz
- 6 — Póvoa de Baixo
- 7 — Póvoa do Meio
- 8 — Saldonas

*Nandufe*

- 1 — Bairro Novo
- 2 — Nandufe
- 3 — Outeiro
- 4 — Tapada

*Parada de Gonta*

- 1 — Parado de Gonta

*Subugosa*

- 1 — Devaguinha
- 2 — Estação do Caminho de Ferro
- 3 — Sabugosa
- 4 — Santo Aleixo

*Santiago de Besteiros*

- 1 — Barrô
- 2 — Barrocal
- 3 — Casal das Maças
- 4 — Litrela
- 5 — Lourosa
- 6 — Muna
- 7 — Pedronhe
- 8 — Portela
- 9 — Portelada
- 10 — Santiago

*S. João do Monte*

- 1 — Abóbada
- 2 — Almijofa
- 3 — Almofala
- 4 — Belazeima
- 5 — Braçal
- 6 — Caselho
- 7 — Castelo
- 8 — Daires
- 9 — Demenderes
- 10 — Dornas
- 11 — Mançores
- 12 — Matadegas
- 13 — Souto
- 14 — Teixeira
- 15 — Valdasna
- 16 — Vale de Lôbo
- 17 — Valeiroso
- 18 — Vila

*S. Miguel do Outeiro*

- 1 — Fial

- 2 — Póvoa da Catarina
- 3 — S. Miguel do Outeiro

- 5 — Feira
- 6 — Lomba
- 7 — Ponte
- 8 — Tondela

*Silvares*

- 1 — Carvalhal da Mulher
- 2 — Silvares

*Tonda*

- 1 — Casal
- 2 — Covelo
- 3 — Cunha
- 4 — Laje
- 5 — Outeiro
- 6 — Póvoa do Rodrigo Alves
- 7 — Santo Amaro
- 8 — Vila Nova

*Tondela*

- 1 — Carvalhal
- 2 — Colmieiras
- 3 — Ermida
- 4 — Estação

*Vila Nova da Rainha*

- 1 — Alcouce
- 2 — Além do Ribeiro
- 3 — Gândaras
- 4 — Lapa
- 5 — Lapadegas
- 6 — Povo
- 7 — Raposeira
- 8 — Rebordosa
- 9 — Rojão

*Vilar de Besteiros*

- 1 — Aldeia
- 2 — Carregueiro
- 3 — Casal de Baixo
- 4 — Casal de Cima
- 5 — Freixeda
- 6 — Póvoa de Alagoa
- 7 — Venda

A simples leitura desta lista mostra-nos desde logo que os 190 nomes nela mencionados não são de grande antiguidade; são quando muito nomes medievais. Nas formas actuais não se encontram vestígios de nomes pre-romanos nem adjectivos em *tiana*, *liana*, *niana*, *ana* (çã, lhã, nhã, ã) de que nos fala A. Sampaio e que nos conduzem aos tempos da colonização romana.

Mas deixemos agora estas considerações e entremos dentro de cada freguesia, ao exame etimológico de cada um dêles, reservando para o final o esboço de uma classificação baseada nos diversos factores que determinaram a sua origem.

Começarei pelo da localidade mais importante, a cabeça do concelho.

1. — Como muitas outras terras, **Tondela** tem também a sua ingénua lenda toponímica — nos tempos antigos, uma mulher dava o sinal de alarme com o clangorar de uma trombeta e ao *tom dela* acudia o povo a defender a sua terra. Esta lenda era tão vulgarizada e aceita que, pelo menos a partir de século XVIII, a vila adoptou para suas armas a figura de uma mocetona empunhando uma tuba com a divisa — *Ao tom dela*.

Nos seus *Problemas de linguagem* (1), Cândido de Figueiredo, que era natural de Lobão, depois de referir esta etimologia popular, entende que se deve procurar a origem de Tonda e portanto a de Tondela, seu diminutivo, no verbo latino *tondere* (tosquiar).

Diz o referido A.: «*Tonda* devia ser um nome comum arcaico que se tornou nome próprio de uma povoação. Não pode afirmar-se categoricamente qual seria o sentido primitivo de *tonda*, porque os elucidários antigos nada dizem a tal respeito, e ainda não encontrei a palavra nos primeiros documentos da língua.

Suponho porém que se pode relacionar a palavra com o latim *tondere* (tosquiar).

O supino dêste verbo, *tonsum*, produziu o baixo latim *tonsar*, de onde derivámos o nosso verbo *tosar*, cujo substantivo verbal é *tosa*. Ora do infinitivo *tondere* não repugna que se houvesse derivado um verbo português, hoje desconhecido, *tonder* ou *tondir*.

Dêste verbo hipotético derivar-se-ia o substantivo *tonda*, acto de tondir, ou lugar onde se tonde; isto é, *tonda* designaria o campo ou o lugar onde se tosquiasse o gado, lugar que, derivado de *tosquiar*, seria *tosquiadeiro*, e que, derivado de *tondir*, seria *tonda*. Assim o nome do campo de tosquia tornar-se-ia o nome próprio da povoação ali fundada; e o seu natural diminutivo *tondela*, designaria depois outra povoação, com fundamento análogo.»

---

(1) III volume, «Toponímia beiroa», pág. 318.

Pouco depois da publicação desta obra, em sessão da Academia das Ciências, Gonçalves Viana discorda de Cândido de Figueiredo e entende que se não deve atribuir a Tondela, como étimo, um substantivo verbal rizotónico — *tonda* — do tipo *lavra*. E continua: — «A origem parece ser outra. Se considerarmos que do latim «*rotunda*» (redonda) provieram os toponímicos *Reponda*, *Redondas*, *Redondo* e *Redondos* (v. *Corografia Moderna do reino de Portugal*, de J. M. Baptista, vol. VI), e *passim*, e se atentarmos a que em toscano o vocábulo «*tondo*», *prato*, procede do latim *rotundum*, por aférese silábica, somos levados a concluir que o étimo de *Tonda* é o latim *rotunda*. Resta averiguar se o epíteto *redondo* cabe por qualquer modo àquela povoação».

No domínio meramente glotológico, estas hipóteses não são inadmissíveis; mas mais do que ao estudo da palavra em si e da possível evolução fonética, quando se trata de nomes que têm por base apelativos, o que importa antes de mais nada ter em conta é o seu sentido geográfico e histórico, a sua difusão, a sua frequência, a tradição dialectal, o seu emprêgo ainda hoje na linguagem vulgar.

Não há dúvida de que trabalhos que se ligam com a vida agrícola e outras formas de actividade dão lugar a numerosos topónimos. Não têm outra origem os nomes de Molelos, Fráguas, Ferreirós, etc. Tratando-se do étimo proposto por C. de Figueiredo, a tosquia do gado não é trabalho tão importante na região que justifique a formação de um nome de lugar quanto mais de 4 — Tonda, Tondela, Tondela de Rege, Tondela de Sede — as duas últimas perto de Viseu.

Nomes desta categoria deveriam ser comumente usados no português arcaico. O verbo português *tonder* ou *tondir* é mera suposição de C. de Figueiredo; em vez de *tonda* seria portanto mais natural para designar aquêl trabalho o emprêgo de *tosa*, de *tonsare*, palavra ainda hoje usada.

A hipótese de Gonçalves Viana não lhe leva vantagem — o epíteto *tondo* de *rotundo* de significação tão vaga e imprecisa tanto se pode aplicar como deixar de aplicar a

Tonda e às outras povoações que dêste nome derivam e, se a palavra se formou para designar a supradita localidade, por que é que não entrou no uso corrente da língua?

Em vista do exposto, estou convencido de que a origem de Tonda e portanto a de Tondela é a que já, no *Portugal antigo e moderno*, lhe atribuíra Pinho Leal, baseado, como êle próprio declara, no que de *atondo* diz Viterbo — «o direito de rotear, romper, agricultar algum terreno inculto e reduzido a mato bravo e utilizar-se das suas produções sem de qualquer forma o poder alienar». Assim, deveria ser de um *atondo* desta natureza, pela queda do *a* inicial e usado talvez como adjectivo — *terra atondada* ou, por haplogia, *tonda* que viria o topónimo Tonda.

Com o rigor e meticoloso cuidado com que procede em tôdas as suas investigações, o sr. Dr. P. Merêa (1) estudando a palavra «*atondo*», começa por expor o seu sentido mais freqüente nos textos mais antigos — *alfaias* — originado num sentido hipotético primitivo de gado *attonditus*, isto é, tosquiado; examina em seguida como de *alfaias* se transforma no de *préstamo ou benefício* e, em conclusão, estabelece a evolução semântica da palavra *atondo* — 1) *pecus* (gado, cabeça de gado); 2) *alfaias*, bens móveis, utensílios, aparato, apeiro; 3) *dom*, recompensa, sinónimo de benefício ou préstamo *sensu latu*; 4) finalmente, concessão temporária de terra, permanecendo o domínio no concedente. Sinónimo de benefício ou préstamo *sensu stricto*.

É neste sentido que *atondo* aparece em vários documentos medievais:

1095 — «Villa de caldelas integra... et ibi illa pausata que tenuit in *atondo* manualo amarilliz et ecclesia sancte tome apostoli...» (D. e Ch., n.º 420).

---

(1) *Novos estudos da História do Direito*, Barcelos, 1937. *Sobre a palavra «atondo»*. Artigo publicado no *Anuário de História del Derecho Español*, liv. 1.º, Madrid, 1924. (Rep. com algumas correcções e aditamentos).

1088, «Exceptis illa mea creatione quos ingenuo pro remedio anima mea et meas ibitiones, cum suos *atondos* et mea stramenta». (Doc. de Pendorada, Viterbo, v. Atondo, II).

1092, «concedimus tibi in iam dicta villa sancti martini omnia que ibi obtinuit cidel pelagii in *autondo* (*sic*) de consule domno sesnando...» (Do L. Preto da Sé de C.<sup>a</sup>, Dipl. et Ch., n.º 770, pag. 458).

1095. O Conde Raimundo Godinho doa de juro e herdade a Zalema Godinho a vila de Mira — «quae omnia usque in hodiernum diem in *atondo* et prestamo tenuit». (Doc. de Santa Cruz de Coimbra, Viterbo v. Atondo I).

1099. Numa carta outorgada pela condessa Elvira Suarez lê-se: «...villas et hereditates que mihi datis in prestamo et in *atondo* de vestra manu.

(Sem data)—«...villas istas integras et tenuit illas domno gentemiro in *atondo* de illa domna maior. (Doc. et Ch. n.º 952).

Nenhum destes documentos se refere a *atondos* nesta região, mas a difusão desta forma de propriedade imperfeita no norte do país autoriza-me a afirmar com tóda a probabilidade que não devia ter sido outro o étimo de Tonda, Tondela e das duas outras Tondelas, no subúrbio de Viseu, *Tondela de Sede* e *Tondela de Rege*.

De **Carvalhal** e **Ermida** fala-nos o documento transcrito na pág. 53, vol. 105.º, do *Instituto* (*Ermida... prope villulam qua dicitur Carvalial*).

O Carvalhal ainda hoje se costuma chamar Carvalhal Sandeu; a origem deste epíteto, que já vem consignado no Cadastro de 1527 — *o carualhall samdeu* —, ignoro-a. Ao passo que na Ermida desde tempos remotos existiam duas ermidas com santos de muita devoção, a de S. Domingos, que lhe deu o nome, e a de S. Silvestre, no meio do povo, o Carvalhal só muito tarde veio a ter uma capela, a da Senhora do Alívio, construída pelos fins do século XVIII. Todos os anos, pelo S. Silvestre, sai da matriz da freguesia uma ladaínha que se dirige à Ermida, havendo em seguida grande arraial. A emulação do povo de Carvalhal pela grande concorrência de romeiros que passavam pela sua terra sem se deter, suscitou a lembrança de promover uma função na sua capela a rivalizar com a da Ermida, a qual não sei se ainda hoje se realiza. ¿Teria sido a superioridade

da Ermida sôbre o Carvalhal em matéria de culto, a razão de tal nome pejorativo? Não o posso afirmar.

Além dêstes dois lugares, menciona o Censo — **Colmieiras, Estação, Feira, Lomba e Ponte**, todos êles pouco afastados do centro da vila e de origem recente. As Colmieiras, cuja escrita exacta deve ser Cumeeiras, pois assim se encontra em vários títulos antigos e artigos da matriz, e denominação aliás justificada pelo relêvo de terreno, devem a sua existência, como nucleo populacional, ao cruzamento da estrada do Caramulo com outra que se dirige para a Feira e serve também os povos do Botulho e Molelinhos. A Feira é recente; veio substituir, após a implantação do regime liberal, a feira do Botulho, valiosa prerrogativa dos senhores de Molelos que cobravam direitos de certa importância sôbre o gado e feirantes que lá concorriam.

A Estação data da inauguração do ramal de Viseu em 1892 e foi esta também a causa do desenvolvimento da Ponte e da Lomba, sítio êste onde anteriormente só havia um morador, o Cristo da Lomba.

2. — Contígua a Tondela pelo N. O. fica a freguesia de **Molelos**, durante muito tempo, como atrás se disse, cabeça do antigo concelho de Besteiros.

Como sucede freqüentemente no norte do país, Molelos não forma um povoado único — é um aglomerado de numerosos casais e de pequenos núcleos populacionais, cada qual com seu nome distinto, dispersos por uma vasta área densamente povoada. Fora dêste aglomerado, mas pouco distantes, conta mais a freguesia três lugares, **Botulho, Mata e Molelinhos**.

Nas Inquirições de 1258 é já esta freguesia designada pelo nome actual, que não deixa ver muito bem a sua origem.

Há porém dois documentos mais antigos, aos quais já se fêz devida referência e parcialmente se transcreveram, que nos levam com segurança a estabelecer a formação dêste topónimo.

O primeiro (1101) <sup>(1)</sup>, do Livro dos Testamentos de Lorvão, que contém, como se viu, a doação feita a êste mosteiro da igreja de S. Miguel, arcanjo, e de S. Pedro e S. Paulo, di-la — *fundata in villa que dicitur Molnelus subtus mons Catarazo discurrente inter Ribulo Malo et Igna.*

O segundo (1123) <sup>(2)</sup> do Livro Preto da Sé de Coimbra, doação de uma Ermida e território adjacente à Sé de Coimbra, marcando os seus limites, declara: — *in aquilone venit usque in rivulum quo dicitur Molnelos.*

Esta forma *Molnelos*, leva-nos a estabelecer a derivação de *molinelus* pela queda do *i* protónico e posterior assimilação.

É por êste processo que J. J. Nunes, na sua Gramática (1919, pág. 131) explica a transformação de *molinariu* em *moleiro*.

*Molinelus* (suf. *elus*) é diminutivo de *molinum*, termo empregado a par de *molendinum* e com a mesma significação nas Inquirições de 1258 — *Ecclesia de Canas habet unum medium molendinum de testamento, in Sancta Ovaya, et molinus stat ex utraque parte in Regalengo Regis* (819).

Não muito distante, nas imediações de Viseu, há uma povoação, sede do antigo concelho do Barreiro, cujo nome tem análoga origem — *Villa de Mollinis, parrochia sedis* (Inq. 852), hoje Vil-de-Moinhos.

Podemos pois concluir, que pela forma intermédia — *Molnelos*, é o nome comum — *molinum*, do latim medieval, origem do nome actual — *Molelos*.

De todo êste vasto aglomerado pode considerar-se coração o **Paço** (*Paazo, Palatiu*) núcleo que se foi formando em volta da residência dos senhores de Molelos e Botulho <sup>(3)</sup>, onde se encontra a igreja paroquial e restos da

<sup>(1)</sup> *Instituto*, vol. 105, pág. 46.

<sup>(2)</sup> *Instituto*, vol. 105, pág. 53.

<sup>(3)</sup> O primeiro senhor das Honras de Nandufe e de Molelos foi Henrique Esteves da Veiga, no tempo de D. Afonso v. Sua bis-

antiga casa da audiência, do concelho de Besteiros, em frente da qual se via o pelourinho.

Quanto aos restantes lugares da freguesia, só a três vi referências em documentos antigos — **Marrocos** (Inq., 821); *Molaninos, parochia de Tondela* (Inq. 821), no Cadastro de 1527, *lugar de Molarinhos* (1); e *póvoa do Botulho* (ibidem).

---

neta, D. Maria da Veiga, casou com Sancho de Tovar, copeiro-mor de D. Sebastião e cativo em Alcácer. Desta geração para diante separaram-se os senhorios de Nandufe e de Molelos, ficando este para os sucessores da dita D. Maria. Os Tovares eram oriundos de Espanha e o primeiro em que se principia esta família em Portugal foi Martim Fernandes de Tovar que, seguindo o partido de D. Afonso v e de D. Joana, ao voltar a Espanha, foi mandado degolar por D. Fernando.

O filho, Sancho de Tovar, vingou-lhe a morte, foi capitão de Sofala e casou com D. Guiomar da Silva, de quem teve Pedro de Tovar, pai do referido Sancho de Tovar.

Foi seu filho Pedro de Tovar, vedor de fazenda na Índia, casado com D. Ana Manuel de Gusmão.

O filho destes, Diogo de Tovar foi casado com D. Mécia de Sousa e capitão da nau Oliveira, queimada para não cair nas mãos dos holandeses.

Sua filha D. Ana de Tovar, senhora como seu pai e avós da Honra de Molelos casou com D. Martim de Távora e Noronha, Secretário de Estado de D. Pedro II, segundo filho de Pedro Vieira da Silva, Secretário de Estado de D. João IV que depois de viúvo foi Bispo de Leiria.

D. Leonor de Távora e Noronha, sua filha, senhora da Honra de Molelos e Botulho casou com seu tio Jerónimo Vieira da Silva.

Sucederam-lhes no senhorio de Molelos e Botulho seu filho e neto Diogo Vieira da Silva e Jerónimo Vieira da Silva, governador militar dos concelhos de Besteiros e de Sabugosa na Guerra Peninsular, em que prestou muitos e relevantes serviços, e pai de Francisco de Paula Vieira da Silva Tovar, 1.º Barão e 1.º Visconde de Molelos, o conhecido general que dirigiu as operações do exército miguelista no Algarve e no Alentejo. Foi este avô do 13.º senhor de Molelos e Botulho, António Vieira, falecido no seu Paço de Molelos em 1920.

(1) V. gravura, pág. 106, vol. 105.º, *Instituto*.

O primeiro evoca imediatamente a região africana do mesmo nome. Segundo David Lopes (1) pertence à classe relativamente numerosa de nomes geográficos de países muçulmanos transplantados por indivíduos provenientes dessas localidades. Como Mira, Tunes, Ourém, Alquerubim, é mais um exemplo de simples transplantação de nomes geográficos muçulmanos e deve portanto incluir-se entre os nomes da toponímia marroquina com forma portuguesa antiga. Surge porém uma objecção — se Marrocos é um nome geográfico muçulmano transplantado pelos mouros na época da sua dominação na península devia conservar, através de certas transformações fonéticas, a forma do país de origem. O Maghreb africano viria a dar no meado do século XIII a forma portuguesa Marrocos, com que aparece nas Inquirições?

Podia também provir de alguma pequena capela ou oratório dedicado aos Santos Mártires de Marrocos, cujo culto ascende ao século XII, mas não é admissível que a sua difusão fôsse tão rápida de molde a originar um topónimo nas Inquirições de 1258.

É indubitável, como veremos, a origem árabe de certos nomes da região, mas a êste lugar de Molelos sinto-me inclinado a dar-lhe uma outra bem diferente.

Tôda a vasta área da freguesia se dilata por uma região planáltica levemente ondulada, apenas golpeada ao centro por uma funda passagem entre penedos ou barrocos, por onde corre o ribeiro de Molelos, afluente do Cris. É justamente no sítio onde mais se acentua esta depressão que se encontra Marrocos.

Há certos casos, na linguagem popular, em que a labial *m* inicial é substituída por *b*: *bilhafre* por *milhafre*, *Belchior* por *Melchior*, *busarunho* por *musarunho*, *bandolim* por *mandolino*, etc. O fenómeno inverso não é tão freqüente,

---

(1) *Toponímia Árabe de Portugal* (Rev. Lus., XXIV).

mas podem citar-se exemplos: *melancia*, por *balancia* <sup>(1)</sup> *morraca*, vinho turvo de bôrras; aguardente *morraceira*, aguardente de bôrras; *melharuco* por abelharuco; monêta, vela de barco, do b. latim *boneta*, *majarrona*, também termo náutico, por *bujarrona*; *ramanêta* por *rabaneta*, etc.

Por que não admitir no nosso caso que Marrocos não passa de uma modificação fonética de barrocos?

Sabe-se tão pouco da vida das palavras na época em que o português começa a tomar forma!

É tão difícil estabelecer a cronologia de uma determinada modificação fonética! ¿No século XIII a palavra barrocos teria no nosso vocabulário suficiente antiguidade para se ter operado tal mudança?

Limito-me a sugerir uma hipótese que me parece muito admissível, em face dos exemplos aduzidos da troca de bilabiais.

**Molelinhos**, evidentemente diminutivo de Molelos, aparece-nos nas Inquirições de 1258 Molalinos e no *Cadastro* de 1527 Molarinhos. É curioso confrontar estas formas com a grafia Molelos dos mesmos dois documentos. Molarinhos de 1527 atesta uma dissimilição que não é a mesma da pronúncia hoje corrente entre o povo da região — *Morlinhos*: Molelinhos é só usada pela gente que se diz culta.

**Botulho** deve provir de um nome de homem que não vem registado no onomástico medieval, talvez *Vetulius* ou *Betulius*, o segundo dos quais deve ser da mesma família de Botus, ap. h., 1258, Inq. 380, Botelia, ap. h., 1258, Inq. 103 ou Butalia, n. h. 1220, Inq. 43.

O primeiro lugar que se encontra a partir de Tondela, à beira da estrada, é **Vela**, o qual pode derivar de *Venella*, diminutivo de *Vena*, que nos documentos medievais aparece muitas vezes no sentido de rio ou ribeiro. Não corre muito distante um ribeiro que se vai ligar ao outro de Molelos,

---

(1) O Sr. Dr. J. da Silveira, *Revista de Portugal*, vol. v, n.º 228 atribui a troca de *b* por *m* ao influxo de *melão*

mas como fica num alto e Molelos era terra de nobres, a dois dos quais aludem as Inquirições, Gunsalvo de Saa e Stephanus Diaz, inclino-me a dar-lhe a significação de atalaia, esculca ou vigia que devia erguer-se na proximidade das tórres ou paços acastelados em que viviam os *milites* da região.

É provável que fôsse êste também o sentido de **Pedra da Vista**, situada igualmente numa eminência do lado oposto, donde se descobre todo o vale de Besteiros (1).

**Casal, Casal Novo, Mata e Quintãs** são vocábulos comuns bem conhecidos que dispensam qualquer explicação.

O lat. *sylva*, «selva», «floresta», é o étimo, entre outros, dos topónimos Silva mayor, Silva meyor, Silvascura (Sanctus Johannes de), hoje Silva Escura (Sever do Vouga), assim como dos seus derivados Silvares, muito freqüente e ao qual, na serra do Caramulo, adiante me referirei e Silvãa, Silvãa de Jusãa, Silvãa de Susãa, todos êles registados em documentos medievais. A **Silvã**, de Molelos, não aparece nas Inquirições, mas a sua origem é a mesma. De significação idêntica é a **Mata**; como nenhum dêles se vê mencionado nas Inquirições, qual dêses nomes terá mais antiguidade no uso da língua?

**Paz** é um nome de carácter místico e religioso; lembre-se esta invocação—Nossa Senhora da Paz. Como há muitos habitantes de Molelos assim chamados, poderia alguma família dêste apelido ter dado nome ao lugar.

**Beléria** é um lugarejo de fundação recente à beira da estrada, que não deve ter mais de 60 anos. Na matriz predial, nos artigos referentes a propriedades lá situadas usa-se a grafia Veléria. Deve ser proveniente de *aveleira*, porque

---

(1) *Penha da vela* aparece entre os topónimos estratégicos, como *chamadeiro, atalaia, revincadeiro, espontadeiro, sculca*, sítios altos que naturalmente se prestam a vigias na proximidade de fortificações antigas das ribas do Douro. Assim o afirma o Rev.º António Mourinho no relato de uma entrevista com o venerando abade do Baçal. *Ocidente*, vol. XXVI, n.º 85, pág. 9.

o nome parecido de mulher *Valéria* é pouco vulgar na região.

3.— Transposto o Cris, entre Molelos e a serra do Caramulo, fica a freguesia do **Campo de Besteiros**, assim designada pelo Decreto n.º 16:467, de 4 de Fevereiro de 1929<sup>(1)</sup>, que elevou à categoria de vila a povoação de **Santa Eulália** e lhe mudou o nome, o qual anteriormente só era dado ao núcleo populacional que marginava a estrada. Êste facto, juntamente com o de se tornar ponto de cruzamento doutras estradas que servem o vale de Besteiros, foi o que determinou o aumento da povoação e a sua progressiva importância, confirmando mais uma vez o conhecido asserto de V. de la Blache «la route crée la ville».

É de notar que o nome de Santa Eulália era já um nome moderno, eruditamente feito por influência talvez de um pároco humanista como L. André de Rezende, que em 1550 era prior de Tonda e de S. Joaninho, ou como o capelão del Rei Antom Alvarez, de que se fala no *Clérigo da Beira*, apresentado na igreja de Vilar de Besteiros em 1523.

Com efeito, o nome de origem grega desta santa de Mérida, sujeito à sua evolução natural, aparece-nos nas Inquirições de 1258 e de 1288, sob a forma de Sancta Ovaya de Balistariis, que ainda hoje se mantém, a alguns quilómetros para leste, na freguesia de Canas de Sabugosa nas duas povoações de S.<sup>ta</sup> Ovaia de Baixo e Santa Ovaia de Cima (*Sancta Ovaia de Jusaa* e *Sancta Ovaia de Susaa*, Inq. 819).

L. de Vasconcelos e J. Nunes explicam com precisão a transformação de Eulália nas duas formas divergentes — *Ólália*, *Olaia*, *Ovaia* ou *Vaia* e *Olalha* e *Valha* <sup>(2)</sup>. Escusado

---

(1) *Diário do Govêrno*, n.º 30, 1.<sup>a</sup> série, 6 de Fevereiro de 1929.

(2) L. de Vasconcelos, *Lições*, págs. 295, 297; J. J. Nunes, *Gram. Histórica*, 1939, págs. 106, 136.

será acrescentar que o povo nunca pronunciou Eulália, mas Olália, redução de ditongo que igualmente se nota com Santa Eufémia, de particular devoção em Tondela, onde anualmente se festeja e onde tôda a gente a chama Santa Ofémia.

Dos outros lugares da freguesia, Arrifana, já assim designado nas Inquirições, deriva do árabe *ar-rihāna*, murta, segundo o Dr. Seybold, de Tubinga (*Onomástica arábico-portuguesa*), cfr. David Lopes, *Top. Ár.*, pág. 52; ou então, segundo Sousa e Moura — *Vestigios da língua arábica* (s. v. *Arrifana e Rihana*) ao mesmo termo árabe mais convém o sentido de «a horta, o horto». Êste vocábulo deve ter sido nome comum antigamente no país, tantos são os lugares assim chamados.

**Batôco** é nome muito usado na região com a significação de barranco, barrocal.

**Corte**, de *cohors-ortis* > *cortis, curtis*, que em latim clássico significava o recinto das construções rústicas, passou entre nós, nos tempos antigos, como se vê em numerosos diplomas, a ter várias significações como sub unidade de cultivadores — courela murada ou cercada de sebes, mas predominantemente o lugar onde se criam ou se recolhem animais domésticos, significações em que se filiam cortinhal e cortelho, denominações ainda hoje tão usadas. Veio depois, num ou noutro destes sentidos, para várias povoações que com êste nome, no sigular ou no plural, se encontram espalhadas pelo nosso país.

**Fermentelos**, — *Foramonteelos*, nas Inq. de 1258; no Cadastro de 1527, *Fermentelos* — vem de *foramontanos*, nome com que eram designados os moradores dos concelhos sujeitos ao pagamento de fôro do monte ou montaria a que tão freqüentemente aludem os forais e outros diplomas.

Já vimos <sup>(1)</sup>, ao falar do Guardão, que mestre Amberto tinha vendido esta terra ao tenente de Besteiros Ferdinan-

(1) *Instituto*, vol. 105, pág. 71.

duo Johannis, ao qual antes a dera de arrendamento «*pro amore de monte et montariis qui morabantur in Gardone*. Entre outros exemplos, posso também citar como sujeitos ao fôro da montaria os habitantes de Serrazes, Prazias, Ventosa e Vouzela, em Lafões: ...*Fernandus Petri foramontanus Regis de Sarrazes* (Inq., 900); *Plazias est tota foraria Regis de foro da foramontaos* (id., 906) *Ventosa est tota foraria Regis de foro de foramontaos* (id., 906); *Vouzela est foraria de caballaria de foramontanis* (id., 907).

Os nomes dos restantes lugares desta freguesia Fundo de Aldeia, Portela, Póvoa, Ribeira, Ribeiro, Rodonho e Seixo, são facilmente explicáveis.

**Portela**, como a da vizinha freguesia de Santiago, de que nos vamos ocupar, significa, entre eminências no sopé do Caramulo, porta, entrada, garganta do monte ou passagem.

A **Póvoa** desta freguesia, é a única, entre as nove póvoas do concelho, — de Alagoa, Póvoa de Baixo e do Meio (Mouraz) do Arcediago, da Catarina, do Lobo, do Rodrigo Alves, da Sardinha — que não tem determinativo e como tôdas elas, (do lat. vulgar *popula*, passando por *póbua*), veio a significar, entre nós, terra povoada de novo, território dado a um grupo de colonos para aí se estabelecerem, isto é, para o *povoarem*, quando se foi procedendo ao povoamento do país após a reconquista, nome que fica assinalando a origem destas povoações, como succede com as Vilas Novas, que também se contam às dezenas no nosso país.

Justifica-se o nome do **Seixo** pelo grande número de calhaus de quartzo rolados do fundo lacustre em que assenta a povoação.

Finalmente, **Rodonho**, por metátese <sup>(1)</sup>, deriva do nome de p., Ordonho. Primitivamente denominar-se-ia *villa ou casale de Ordonio*.

---

(1) Metátese, mas em ordem inversa, pode notar-se em Rolando < Orlando.

Êste nome, incluído por M. Lübke (*Rom. Namenstudien. II., p. 69*) entre os especificamente hispano-portugueses, veio a latinizar-se pela junção do sufixo que deu *Antonius*, mas é de origem pre-romana, talvez vasca: em vasconço *ordongo*, bravo, valente; *ordoski*, viril.

Nome histórico, por ser o de vários reis das Astúrias, da Galiza e de Leão, tornou-se vulgar no nosso onomástico medieval, sob esta forma de Ordonho, ou sob a forma patronímica Ordonhez, Ordonhiz, Ordonios.

Pròpriamente no vale de Besteiros, ao lado oriental do Campo, ficam as freguesias de **Santiago** e **Caparrosa**; do lado ocidental as de **Castelões** e **Barreiro**, que sucessivamente vamos percorrer.

4. — A freguesia de **Santiago** — no latim das Inquirições de 1258 e 1288, *Parrochia de Sancti Jacobi de Balistariis ou Baesteyros* — mostra-nos o nome que, como é sabido, ou pela evolução própria da língua ou pela influência doutras línguas, nos apresenta maior número de formas divergentes. O tão vulgarizado nome de Tiago resultou da junção do *t* de santo ao *i* inicial de Iago — sanctu'Iacob < sanct'Iago e da subsequente deglutinação, perdida a consciência da independência dos elementos do grupo. A sua população, muito densa, reparte-se em numerosos casais, a maior parte dêles já mencionados nas Inquirições.

**Barrô**, vulgar na nossa toponímia, *Barroo*, nas Inquirições de 1258, *Barrhoo*, nas de 1288, antes talvez *Barriolo*, nome também registado nas Inquirições relativo a outra localidade, deriva, como Barreiro, da palavra *barrum* de origem hispânica, segundo M. Lübke (REW, 965), com o significado de terra argilosa, denominação de facto tão justificada para esta localidade, como a de Barrocal para a terra próxima num contraforte do Caramulo, sinónimo de Batôco, de Campo de Besteiros, de que já se falou.

Há dois casais, não muito distantes, que derivam de antropónimos: **Casal de Maças** e **Casal Dasco**. «*In Casali*

de Mazas (Inq. 827) *habet Rex unam caballariam, et fuit de Arias et de Mazas*. De Maças = Mazas, diz L. de Vasconcelos ser apelido antigo (*Antroponímia*, pág. 302) mas não explica a sua origem. A Casal Dasco (nas Inq. de 1258 (827, 828) — *Casale de Aasco, Casale de Daasco*) referem-se as Inquirições de 1288 nestes têrmos — «*ha hi uma quintãa q̄ chamã casal vaasco q̄ he de dona maria anes.*»

O vigário de Santiago, Bernardo Botelho de Magalhães, na sua informação para o *Dicionário Geográfico* (8-VI-1758), falando de um notável retábulo da sua matriz (hoje inexistente) declara que «se presume ser do nosso grande português e famoso pintor, o Gram Vasco nam so por aver noticias que êle foi oriundo desta freguesia de huma Póvoa que chamavam Casal de Vasco e hoje *corrupto vocabulo* chamam Casal Dasco, mas tambem por haver noticia certa que êste pintor nunca pintou senão em pau». Menos por se referir à origem do nome do Casal, do que pelas curiosas afirmações sôbre o mito de G. Vasco, não resisti ao desejo de inserir a ingénua notícia do pároco de Santiago.

**Lourosa** é de origem bem clara e de **Portela** e **Portelada** já tratei a propósito do lugar daquêle nome no Campo de Besteiros.

**Muna** antropónimo, tornado nome locativo relaciona-se com os nomes *Monius, Monnius, Monio, Munio*, que M. Lübke (*Rom. Namenstudien*, II, 81) inclui entre os de origem obscura — *Dunkle Namen*.

De **Pedronhe** o étimo deve ser (villa) *Petronii*, do nome de pessoa — *Petronius*, de origem latina, donde provieram também Pedronho do Freixo (Serrazes, S. Pedro do Sul) e Pedroño (Nantes, Pontevedra) — cfr. *Lat. Namengut in port. u. galiz Ortsnamen*, J. Piel.

**Litreia**, a que os diplomas antigos se não referem, vem mencionada no Cadastro de 1527 sob a forma *leterela*. Situada no extremo da freguesia, fica na linha divisória dos antigos concelhos de Besteiros e do Guardão, linha nitidamente demarcada na carta de foral concedida em 1207 por D. Sancho I aos moradores desta povoação.

«*Per estes termos se ençarra a vossa villa: pela portela das varzeas como parte pelo padrom da messe. E pelo caramudo (sic) dalcoba e dende ao carvalhinho hu see o canto antre o figueiral e janardo e desy aa pedra do bolo e vay per misarela ao padrom da messe*». (Leges et Cons., vol. I, pág. 536).

Precisamente *hu see o canto antre o figueiral e janardo* é onde hoje fica Litrela.

Já nos tempos antigos da colonização romana, os limites das propriedades, como diz A. Sampaio<sup>(1)</sup>, eram cuidadosamente fixados por *terminos inscriptos, petras signatas, petras scriptas*, que se mantiveram e existiam ainda no período astur-leonês. Manteve-se daí por diante esse costume, levantando-se marcos — Viterbo, *Elucidário*, s. v. Mamôa — «a que chamaram *coutos ou padrões*, e nos quais se punham talvez algumas letras, como hoje mesmo se pratica».

Nada mais natural portanto que aquêl ponto da linha divisória fôsse assinalado por uma pedra com sinais ou palavras entalhadas, por *litteras* que viessem a dar o nome à povoação. Não me ocorre outra explicação do nome Litrela.

**5. Caparrosa** (Inq. 1258, *Caparosa*; 1288, *P.<sup>2</sup> Sancti Michaelis de Caparosa*; Cad. 1527, *Caparrosa*) é manifestamente um nome derivado do latim *cappara* ou *capparis*, planta hortense género de Caparidáceas, representado em Portugal pela espécie *C. spinosa* L., subespontânea nos campos secos das províncias do Sul e aí conhecida, por influência do árabe, sob o nome vulgar alcaparra. Pela junção do sufixo *osa* pertence à mesma classe toponímica representada no concelho por Sabugosa, Tojosa, Lourosa e Rebordosa. Mas como esta planta, nem mesmo cultivada se dá na região, deve o nome desta localidade naturalmente provir do apelido *Caparrosa*, mencionado no onomástico medieval.

(<sup>1</sup>) *Op. cit.*, pág. 46, passim.

L. de Vasconcelos cita o nome *Caparrosa* (Petrus), 1220; *Inquirições*, pág. 155 (1) e uma testemunha, D. Pelagii, inquirida bem perto de Caparrosa, em Fráguas, refere-se à doação de uma herdade a esta igreja por uma D. Maior Caparra; vê-se que era apelido vulgar.

**Caparrosinha** (*Caparosia*, Inq., 830; *Caparrosynha*, Cad., 1527) é seu diminutivo.

Em Espanha encontram-se topónimos parecidos — em Valencia de Alcantara, Lugo, *Capariz*, *Caparrosa*, Navarra, e *Los Caparrosos*, Almeria.

O lugar de **Souto Bom** não é mencionado nas *Inquirições* de 1258, mas aparece nas de 1288 — *Souto bõo*; no Cadastro de 1527 encontra-se Póvoa de Souto Bom. As *Inquirições* de 1258 referem-se a um antónimo existente na mesma paróquia — *Sauto Malo*, *Inquirições*, 830.

**Paranho** — *Paramios*, *Inquirições*, 1258; *Paramhos*, 1288; *Parajma*, Cadastro, 1527, mas daí por diante citado já sob a forma actual em tôdas as obras e documentos que se referem a esta localidade (2) — é topónimo vulgar no nosso país.

A sua origem é-nos dada na história das nossas instituições medievais.

Gama Barros (3), ocupando-se dos diversos processos usados pelos privilegiados para alargarem os seus direitos e tornarem imunes os lugares devassos, declara que faziam honras dos lugares onde se criavam seus filhos (honra por *amadigo*), imunidade não só conservada durante a vida do amo, mas ainda mantida depois da sua morte no lugar que por êsse facto chamavam *Paramos*, ou às vezes *paranhos* (4) o que significava *emparado* ou defendido por *honra*. Viterbo,

---

(1) *Antroponímia Portuguesa*, pág. 322.

(2) Cf. *Prontuário* de Vic. de Meireles, manuscrito da Torre do Tombo, 1689. *Corografia*, do P. Carvalho da Costa, 1708, etc., etc.

(3) *História da Administração Pública em Portugal*, Tômoo I, pág. 449.

(4) *História de Portugal*, Barcelos, vol. II, pág. 293.

s. v. *Paranho*, cita a ordenação de D. Dinis, que J. P. Ribeiro insere nos seus Documentos (1).

«Dom Denis... faço saber... q̃. queixando-se dos Filhos d'algo e doutros da mha terra que faziam onrras como nom deviam... alguns fazem onrra ali hu criam os Filhos d'algo e en esta guisa enparam o amo enquanto he vivo; e desque os amos son mortos enparam o logar poendo lhy nome *parainho*; e en muytos lugares nom solamente aquel logar mays quantos moram arredol del e per alli fica onrrado pera sempre.»

A freguesia da **Boa Aldeia**, que em 1876 passou a fazer parte do concelho de Viseu, era um curato anexo à igreja de S. Miguel de Caparrosa e estava compreendida no Couto de Ancemil da Ordem de Malta. **Córnias** era o seu antigo nome, registado em numerosos documentos a partir do século XIII. Já vimos (2) que «*Rex Sancius dedit magistro de Templo Donno Gualdim unum suo casale in Abravaeses et aliud in Cornias termino de Balistaris*». Várias testemunhas são ouvidas sôbre os reguengos da vila de Córniã e aludimos também às incertezas que no tempo das Inquirições pairavam sôbre as imunidades de uma herdade dos Templários (3) existentes na dita vila.

Quanto à origem do nome, A. Sampaio (4) diz que nos nossos pomares é hoje desconhecida por completo a *cornus* dos latinos (*Cornus mascula* L.); esta árvore frutífera foi contudo cultivada entre nós, com uso prolongado, e teve um nome privativo seu, que se fixou em denominações locais. Cita vários documentos em que se vê *villa Cornaria* e *Corneira* ou *Corneiras*, e conclui sem a menor hesitação que nestes topónimos *cornaria* se pode considerar equivalente à *cornus* do latim clássico, sendo de supor que à deno-

(1) *Memórias para a história das Inquirições*, Documento xxvi, pág. 77, ed. 84.

(2) *Instituto*, vol. 105.º, pág. 85, Inquirições, 853.

(3) *Ibid.*, pág. 84.

(4) *Estudos históricos e económicos*, vol. I, nota C, pág. 230.

minação de fruto — *cornum*, — *i* (— *lapidosaque corna*, *Aeneid.* v. 649) correspondem no nosso onomástico as *Córnias* e *Cornas* das Inquirições.

No Cadastro de 1527, em lugar de *Córnias* lê-se *boa aldea*; operou-se portanto a mudança de nome entre o século XIII e o século XVI. Em tôdas as épocas são frequentes estas mudanças — L. de Vasconcelos, *Onomatologia*, pág. 327, refere-se a muitos dêstes casos e Gama Barros <sup>(1)</sup>, citando exemplos de mudanças de nome de várias terras nos séculos XI a XIII, diz que algumas foram impostas pelo próprio soberano ao dar-lhes foral.

Em relação a *Córnias*, nem na *Nova Malta* nem nas chancelarias encontrei referência expressa à sua mudança de nome; o que posso asseverar é que entre o povo da região perdura a lembrança do facto, pois, interpretando a seu modo, é claro, o sentido do vocábulo, conta que, em tempos antigos, ao passar certo rei por aquêle sítio, exclamara — *terra de cornos, mas boa aldeia!* — e que por el-Rei assim dizer, daí em diante se ficou chamando — *Boa Aldeia*.

6. — No vale e abas da serra, à esquerda do Campo, ficam Castelões e Barreiro.

**Castelões**, nas Inquirições de 1258, aparece-nos sob a forma *ecclesia Sancti Salvatoris de Castellanis* e *Castellaos* e, nas de 1288, *Sancti Salvatoris de Castelhaos*. Há várias localidades no nosso país com êste nome (Guimarães, Vale de Cambra, V. N. de Famalicão) ou com nome parecido — Castelão (Odemira), Castelãos (Chaves, Macedo de Cavaleiros).

Tanto pode derivar de Castela como de *castellum*.

Derivado de Castela e equivalente por isso a castelhanos, pode justificar-se pela existência em Portugal de muitas povoações que devem o nome a colónias de gente estranha com que se fêz a repovoação do país após a recon-

---

(1) *História da administração pública em Portugal*, vol. II, pág. 17.

quista, como Galegos Francos, etc., e poderá ser essa a origem dalgumas assim denominadas (1). Quanto a esta, creio ter sido o *Castellum de Balistariis* a origem do seu nome.

*Castelani* — vê-se em Ducange — *apud nostros, sunt qui feuda Castellaniae possident.*

Segundo o foneticista francês, cónego J.-M. Meunier, na idade-média, com o sufixo *io, —ionis*, de *castellum* derivou Castellione, que deu na Córsega *Castiglione*; em França, *Castillon, Câtillon, Châtillon*; em provençal, *Castelhou* e *Castilhou* e em espanhol, *Castejon* o *Castillon*, nomes parecidíssimos com os nossos Castelões.

No nosso caso porém é pela junção do sufixo *anus* a *castellum* que se operou a formação dos nomes do português arcaico *Castellaos* e *Castelhaos* que se encontram nas Inquirições de 1258 e de 1288 a par da forma latinizada de *Castellanis*, do escriba. Nos nomes derivados por êste sufixo, fixou-se no singular o ditongo *ão*, mas no plural é freqüente a troca das terminações *ãos, ães* e *ões*, notando-se até pela última decidida preferência (2).

Mas além desta explicação lingüística, já expus na I Parte dêste estudo, pág. 51 (*Instituto*, vol. 105.º), as provas de ordem histórica e topográfica que me levam a estabelecer esta proveniência. A referência expressa a Mido, castelão de Besteiros, pressupõe a existência de um castelo e, se para o localizar não bastasse êste nome, firmar-nos-ia nesta convicção o documento do *Livro Preto* que, referindo-se a umas propriedades de Fráguas, terra contígua, pode dizer-se, a Castelões, vendidas ao Bispo de Coimbra, as diz sitas *in territorio castelli quod dicitur Balistarius*.

Como se verifica noutras freguesias não há nesta nenhum lugar denominado Castelões.

(1) V. J. L. de Vasconcelos, *Origem histórica e formação do povo português*, pág. 17.

(2) Na *Corografia Portuguesa*, do P.º A. Carvalho da Costa, Lisboa, 1708, lê-se: *São Salvador de Castellãos*.

Situada no coração do Vale de Besteiros, a sua população densíssima reparte-se por nada menos que 17 lugares muito próximos uns dos outros.

O Cadastro de 1527, que não menciona Castelões, já enumera 8 — *Múceres, Cortiçada, Coelhooso, quymtal, quymta da Costa, quymta do telhado, o casall Rybeiro e villa de Rey.*

**Múceres**, nas Inquirições de 1258, *Muzares, Muzaes e Muzais* é porventura patronímico de *Muzara*, o mesmo nome do mosárabe que com *Zamora num*, documento de 882 citado por Herculano (1), doou à igreja de S. Pedro a aldeia de Lourosa *que obtiveram de presuria.*

Quem sabe se algum mosárabe dêste nome não teria obtido de modo análogo a terra de que se trata.

**Cortiçada, Cortizada** nas Inquirições, evidentemente de cortiço de abelhas, mostra-nos como a apicultura e aproveitamento do mel e da cera, trabalho hoje tão florescente e rendoso na região, tem já tão fundas raízes.

**Coelhooso** pertence à numerosa classe de topónimos formados com nomes de animais ou vegetais mediante o sufixo — *oso.*

**Quymtal, quymta da costa, quymta do Telhado** eram solares de famílias nobres, das infanções de Besteiros de tanta nomeada. Á sombra dêsses solares foram-se formando pequenos aglomerados a que êles deram o nome.

O Censo de 1940 não se refere ao lugar que sucedeu à quinta do Telhado, hoje reunido ao Quintal (Quental) e apenas menciona os dois — **Quintal e Costa**, nomes de origem e significação bem conhecida.

O primeiro já aparece nas Inquirições de 1258 na forma — *Quintaale, Quintanale (de quintanale)* e ainda hoje lá existe o solar brasonado dos Quentais (2), edificado segundo a tradição no local da antiga tórre desta família que se

(1) *História de Portugal*, Livro VII, pág. 167.

(2) A pronúncia local é Quintal. A forma dialectal Quental é explicada por L. de Vasconcelos, *Onomatologia*, pág. 469. O seu uso nesta região é por influência genealógica.

dividiu em vários ramos, de um dos quais procede, segundo os linhagistas, o grande poeta Antero do Quental.

**Casal e Ribeiro** são dois lugares distintos, embora vizinhos e como tais vêm mencionados no censo de 1940; mas no Cadastro de 1527 aparecem como um só lugar denominado — *casall Rybeiro* com 23 moradores<sup>(1)</sup>. É mais um exemplo do fenómeno gramatical assinalado por J. L. de Vasconcelos<sup>(2)</sup> — a frequência com que, em compostos toponímicos em que entra a proposição *de*, esta desaparece: Riba-Côa, Vila-Cova, Fonte-Cal, Val-Freixo, Mombeja.

**Vila do Rei** — *Villa Regis* nas Inquirições de 1258 — não carece de explicação.

Os restantes lugares da freguesia, **Eiras, Falorca, Figueiral, Fontainhas, Ladeira, Linheiro, Outeiro, Souto e Vales** compõem-se de vocábulos que pertencem à língua comum, excepto **Falorca**, topónimo que aparece também registado no onomástico medieval como apelido de homem. Foi talvez êsse antropónimo, de origem obscura, que veio a tornar-se nome dêste lugar e dum outro da freguesia de Silgueiros, concelho de Viseu (Inq., 834).

7. Ao lado de Castelões, a sudoeste, na continuação do vale de Besteiros, já vizinhando com Mortágua, fica a freguesia do **Barreiro**, [Inquirições de 1258, *Barrario, parochia de Castellanis* e Barreiro (822)] que, além da sede da freguesia com êsse nome compreende mais os dez lugares atrás enumerados. O nome de Barreiro, tão vulgar na nossa toponímia como na da Galiza, onde se contam nada menos que 50 Barreiros em Pontevedra, Lugo, Corunha e Orense, justifica-se para esta freguesia pela vizinhança dos depósitos argilosos das pequenas bacias lacustres dissecadas que formaram o vale de Besteiros.

Para **Borralhal** deve assinalar-se a mesma proveniência.

(1) V. pág. 103, *Instituto*, vol. 105.º

(2) *Onomatologia*, pág. 443.

Êste lugar do Barreiro denominado — *o borralhall* no Cadas-  
tro de 1527, não aparece mencionado nas Inquirições de 1258,  
mas nelas vemos referências a outros lugares em regiões não  
muito distantes sob os nomes *Comaro de Borra*, pág. 800,  
*Fons de Borrália*, pág. 864, *Borráial*, *Borriáal*, pág. 800.  
De *Borra* — diz Ducange, ed. 1883, T. I. — *cavus dumetis  
plenus, ubi stagnat aqua*, significação que plenamente con-  
vém ao lugar de que se trata, com os seus terrenos baixos,  
fartamente irrigados, não muito distante do Cris. Da natu-  
reza do solo deriva **Arnosa** — Inq., pág. 823 — lugar arenoso,  
estéril, sinónimo de Arneiro, Arnado, nomes vulgares na  
nossa toponímia.

Provenientes da flora são **Marruge** e **Tojosa**: **Marruge**,  
de marugem ou murugem (*stellaria média* L.), planta fre-  
qüente em todo o país — a geminação do *r* observa-se nou-  
tros vocábulos, cfr. L. Vasçz., *Onomatologia*, pág. 379 —;  
**Tojosa**, de tojo, *osa*, sufixo tão produtivo como *al* para a  
formação de nomes desta categoria.

**Pego Negro** composto de pego, palavra muito usual, de  
*peego* < *péago* < lat. *pelagu*, é um nome que com justeza nos  
indica o fundo e sombrio barranco, por onde neste sítio  
corre o rio Cris.

**Corveira**, **Pousadas**, **Vale** são de fácil explicação; em  
**Vale do Porco** trata-se certamente de porco bravo, muito  
freqüente em designações locativas de todo o país.

**Tourigo** (*Tuerigo*, Inq. pág. 823, *Toryguo*, Cadas-  
tro, 1527), antropónimo de origem germânica, é uma forma  
portuguesa do nome histórico Teodorico, que se tornou  
vulgar no nosso antigo onomástico, sob esta ou sob outras  
formas parecidas. Cfr. M. Lübke, *Die altportugies. Perso-  
nennamen*, Wien, 1904, Teodericus — Thiuda, povo — Riks,  
rei, Dr. J. M. Piel, *Os nomes germânicos na toponímia por-  
tuguesa*, n.º 1328 (1).

---

(1) Gostosamente cumpro o dever de declarar que para a  
maior parte dos nomes germânicos me serviu de guia êste valioso

8. Parte do território das cinco freguesias do vale de Besteiros, que acabamos de percorrer, sobe já pela encosta do Caramulo, mas propriamente na serra tanto na parte restante do flanco oriental, como ao cimo e no pendor do lado oposto, que menos abruptamente vai descendo para o lado de Águeda, contam-se quatro freguesias — **Guardão, S. João do Monte, Mosteirinho e Silvares.**

Antigamente ao Caramulo dava-se o nome de serra de Alcoba e assim aparece em vários diplomas, a que já se fez devida referência<sup>(1)</sup>. Também lhe chama *mons Catarazo* um documento de 1101, já citado<sup>(2)</sup>.

Alcoba data evidentemente da dominação árabe. O seu étimo — *al cobba* ou *al-cubba*<sup>(3)</sup> cúpula, zimbório, abóbada, é bem aplicável ao seu cabeço proeminente — o Caramulinho (1070 m.) que o povo das regiões limítrofes chama também Cesto Poceiro.

Veio depois a prevalecer a designação Caramulo, hoje exclusivamente empregada e que o sr. Dr. J. da Silveira<sup>(4)</sup> explica como proveniente, da mesma maneira que Alcoba, da forma do seu mais alto pico. Com efeito, o nome comum — *caramulo*, corrente na Bairrada e concelho de Águeda,

estudo. Grande reconhecimento devo ao ilustre Professor pelas indicações e numerosos esclarecimentos que dêle recebi no decurso das minhas investigações.

(1) V. *Instituto*, vol. 105.º, págs. 54, 64, 70, etc.

(2) V. pág. 48, *Instituto*, vol. 105.º

(3) Yanguas — *Glos. etim. de las palabras de origen oriental*, s. v. *alcoba*; Cherbonneau, *Légende territoriale de l'Algérie*, s. v. *Koubba* M. Asin Palacios, *Toponimia árabe de España* (Ciudad Real, Léon, Saria e Zamorà).

(4) *Revista Lusitana*, 1913, pág. 147. Muitos dos nomes de que vou tratar como se verá pelas numerosas citações, foram já estudados, pelo mesmo A. com a proficiência e elevado espírito crítico que caracterizam os seus trabalhos. É-me sumamente grato aproveitar o ensejo de lhe testemunhar o meu alto apreço e reconhecer a sua incontestada autoridade neste género de estudos.

significa *eminência, montão, cogulo de medida*. Dialectos de Espanha, acrescenta o ilustre etimologista, revelam formas paralelas — aragonês — *caramullo*; malhorquino e valenciano, *caramull*, no sentido do castelhano «colmo, copete» e no do português «cúmulo, cogulo, topete»; catalão — *carumullar*; valenciano *carumuller*; porém nada se pode dizer sobre o étimo dêsse nome comum, afim porventura do vocábulo *caramoiço* (variantes — *cramoiço, cromoiço*), montão.

Destas quatro freguesias serranas começemos naturalmente pelo Guardão.

**Guardão**, que no foral de D. Sancho (1207) e nas Inquirições de 1258 aparece *Gardon* (cautum de Gardon, — de Gardone), se o considerarmos um nome comum, é formado de *guarda*, do verbo *guardar* — do germ. *Wardôn* (M. Lübke, *Romanisches etymol. Wörterbuch*, 19502) que se encontra em quasi tôdas as línguas românicas. A sua situação, de alto valor estratégico, na linha ininterrupta de pequenos fortes que do monte Alafão iam até ao Dão, separando territórios tão vivamente disputados entre mouros e cristãos, pode justificar esta denominação (1).

Faltam porém provas de ordem histórica que permitam afirmar com segurança ser esta a origem do nome; não sei se o mesmo sucederá com as cinco restantes localidades homónimas existentes no país, em Ferreira do Zêzere, Paredes, Monforte. Mas se existiu também um nome de pessoa, \*Guarda (cf. Förstemann 1539 *Warde*), com igual verosimilhança pode ver-se em Guardão o respectivo caso oblíquo, como supõe o Dr. J. Piel (2).

Dos restantes lugares da freguesia, **Cadraço**, que, como vimos no documento de 1101, do Livro de Testamentos de

---

(1) «O equivalente germânico dos dois têrmos — *castrum* e *castellum*, na forma latinizada *Warda*, (*garde*, fr.) veio a encontrar lugar na toponomástica». Aug. Longnon, *Les noms de lieu de la France*, Chap. LXXI, Origines féodales.

(2) *Op. cit.*, n.º 757.

Lorvão dá nome à serra — «*subtus mons Catarazo*» (1) e que a doação de S. João do Monte a Santa Cruz (1142) chama *portela de Cadarazo, que diuidit inter Balistarios et alafoês* (2), afirma o sr. Dr. J. da Silveira (*Rev. Lusitana*, v. 17.º, p. 118) que deve provir de *cardo* — Cadarazo por \**Cardazo* — mediante a junção do sufixo *aço*, tão vulgar na toponímia portuguesa em nomes derivados de vegetais, como Gestaço, Gramaço, Louraço, Milhaço.

**Carvalhinho e Caselho** (*Casaelo*, Inq., p. 825) não carecem de explicação.

**Janardo** é nome de pessoa que se encontra no onomástico medieval, o qual, segundo o Dr. J. M. Piel (*op. cit.*, n.º 854) deve provir do suevo ou do francónico. Os franceses possuíam nomes como *Jani-pert* e *Jani-vildis* que são talvez formações híbridas com *Johannes* e assim se poderia também explicar Janardo. Entre Janardo e as Paredes há o pequeno lugar de **Ceidão**, que o mesmo autor, n.º 239, considera caso oblíquo de um nome \**Ceida* ou \**Ceido*, de que o OM regista os patronímicos respectivamente genitivos *Ceide* 935, *Villa Ceides*, 1217, *Ceidones*, 1064, *Ceido-niz*, 1220, cuja raiz *Ceid*, idêntica a *Ced* — de *Cedoês*, é de origem germânica.

De **Juens** já referiu a origem na primeira parte deste estudo (3).

**Laceiras** fica no meio dos lameiros bravos, tão característicos desta zona do Caramulo, e é daí que lhe advém o nome, pois na região chamam laceiras a terras fundas empaçadas de água.

**Paredes** deve ser simples plural do nome comum parede, tão vulgar na nossa toponímia.

**Rabêlo, Rabeelo** ou **Rebelo**, como diz o Dr. L. de Vas-

(1) V. *Instituto*, vol. 105.º, pág. 48.

(2) V. *Ibid.*, pág. 66.

(3) V. *Ibid.*, pág. 71. *F. Johannis de Gardone dixit quod popula de judeis est facta extra terminos de Gardone.*

concelos (1), nome de lugar aliás muito freqüente, deve ter origem em apelidos. Não nos diz porém como êstes apelidos se formaram; é provável que de *rábano* (planta) — *rabanelo*.

9. — **S. João do Monte** (*Parrochia Sancti Johannis de Monte de Alcoba*, Inq., 1258) é a zona do concelho que apresenta maior número de nomes de origem arábica, indício porventura de ter sido mais duradoura a dominação sarracena nesta região. Não falando de Alcoba, do rio Alfusqueiro, da vizinha Alcofra, nesta freguesia ha nada menos que quatro lugares dessa proveniência — Almijofa, Almofala, Belazeima e Mançores.

**Almijofa**, também conhecida por Almejofa, segundo informação do sr. Dr. J. P. Machado, poderá ter a sua origem em *al-mejōf*, ou melhor, em *al mijōfa*, feminino da primeira e nêsse caso significaria *ôca, vazia, deserta* (sc. *aldeia*). Nas adições aos *Vestígios da língua arábica* de Fr. João de Sousa, Moura dá-lhe por étimo *almojanafa*, «a cousa côncava ou encovada», qualificativo referente à situação topográfica do lugar em sítio côvo, deprímido e fundo, o que realmente se verifica. (Cf. Dr. J. da Silveira — *Almojoafas*, *Rev. Lusitana*, vol. 38.º, pág. 270).

De **Almofala**, diz o Dr. David Lopes (*Rev. Lusitana*, xxiv, pág. 260) que provém do árabe *almahalla* que significa «arraial» (ou «acampamento») e também «aldeia»; e é talvez esta a significação que convém a êste nome (2).

O lugar de **Belazeima** não vem mencionado nem nas cartas de doação a mestre Garino e ao Mosteiro de Santa Cruz, 1131 e 1142 (3) nem nas Inquirições de 1252 e 1288; no Cadastro de 1527 vem *vallsayma*. No vizinho concelho

(1) *Antroponímia portuguesa*, pág. 171.

(2) «Almoalla» (Ávila), «el campamento», «la posada», «el barrio», Miguel A. Palacios, *Toponímia Árabe de España*, II ed., 1944.

(3) *V. Instituto*, vol. 105.º, págs. 64, 65.

de Águeda, há uma freguesia do mesmo nome — Belazaima e no OM. registam-se os nomes Zaim, 1258, Inquirições, 634, Zain, 560, Zam, 553.

D. Miguel A. Palacios (*op. cit.*) cita uma *Zalima* (de *çalima*, pedra). No parecer do sr. Dr. José Pedro Machado a aplicação dêste nome ao nosso caso não é aceitável: em primeiro lugar pela ausência do artigo definido; além disso não pode satisfazer o filólogo que estude êste caso, porque a grafia árabe dá ç e não z em português, como mostram as formas antigas *zaima* e *zain*.

Sugere então a hipótese de uma formação híbrida — a palavra românica *vale* mais o árabe *zaim*, *isolado*.

Além do nosso **Mançores**, há também Mansores em Arouca e Almansor em Castelo de Paiva, mas nestes últimos a recta grafia deve ser também Mançores e Almançor. Não tenho dúvida em originar êstes topónimos no ant. *Almançor*, bastante vulgarizado na última época da dominação muçulmana pela influência e pelo prestígio do grande cabo de guerra daquele nome. Assim no onomástico medieval encontram-se os ant. *Manzor*, *Manzoriz* e *Almazor*.

A activa exploração de minérios nesta região no tempo dos romanos, a que já tive ocasião de aludir (1), e de que ainda restam numerosos vestígios —, originou porventura os nomes des dois lugares Dornas e Abóbada.

De **Dornas** afirma o sr. Dr. J. da Silveira (2) ser seu étimo o nome comum Dorna, que significa o mesmo que *ola* em vários pontos do país, isto é — redemoinho de um rio, grande escavação circular em forma de pia que êsse redemoinho produz no leito rochoso de um rio.

**Abóbada**, diz o mesmo A. (3), no antropónimo português *bóveda*, do latim vulgar \**vōlvīta*, «volta, arcada» no sentido

(1) V. *Instituto*, vol. 104.º, pág. 111.

(2) *Revista Lusitana*, 1913, pág. 147.

(3) *Revista Lusitana*, vol. 38.º, pág. 277.

de «construção abobadada» deixou muita descendência na nossa nomenclatura topográfica.

Nestes últimos anos reactivou-se em vários pontos da freguesia de S. João do Monte a exploração de minérios de estanho e de volfrâmio; êsses trabalhos puseram novamente a descoberto profundos fossos e extensas galerias da época romana, que justificam plenamente a origem dos dois topónimos, de que o ilustre autor deu, é claro, a etimologia exacta, havendo apenas a notar que as escavações em forma de pia — *dornas* — em vez da origem natural que lhes atribui, eram reservatórios de água trazida por vezes de muito longe para atacar os duríssimos veios de quartzo.

**Daires** e **Demenderes** representam o caso muito vulgar na nossa toponímia de nomes de primeiros proprietários de habitações ou centros de exploração agrícola por êles dirigida ou feita pela gente que dêles dependia virem a tornar-se nomes locativos. **Daires** ou **Adaires** vem do nome **Aires** (antes **Arias**) bastante usado nos nossos documentos; **Godoy** (*Apelidos castell.*, pág. 96) vê aqui um tema germânico *ar* — **Demenderes** — por (*A*) *do Mendo Eriz*, como explica o sr. Dr. Joaquim da Silveira <sup>(1)</sup> vem de **Mendo** (origem obscura, M. Lübke, *Rom. Namenst.*, pág. 80) e de **Ero**, que o mesmo M. L. explica por *hairus* (got.) «espada», ao qual correspondem vários patronímicos, *Eroz*, *Erotiz*, *a par de Eroni*, *Erici* <sup>(2)</sup>.

**Matadegas**, mencionada nos limites do Couto de 1142 — *de Junqueiro vadit ad matam de Egas* — deixa-nos ver o nome **Egas**, tão vulgar no nosso onomástico medieval.

De **Caselho** (*casaelo*) já encontrámos um homónimo na freguesia do Guardão, mencionado nas Inquirições, pág. 825.

De **Castelo** apenas resta o nome, mas derivaria certamente de um dos numerosos fortins que na época da reconquista balizavam os territórios limítrofes de mouros e de cristãos.

---

<sup>(1)</sup> *Revista Lusitana*, vol. 25, pág. 266.

<sup>(2)</sup> L. de Vasconcelos, *Antroponímia*, pág. 126

**Souto, Teixo e Braçal** deixam manifestamente ver a sua origem, assim como os nomes de **Valdasna, Vale de Lobo e Valeiroso**.

O teixo é uma árvore que desapareceu por completo na região, deixando somente vestígios na toponímia e não muitos. Além do nome desta povoação, apenas encontrei três sítios com nomes dela provenientes — Teixoeira, (Canas de Sabugosa), Teixeira, (Guardão) e Vale do Teixo, (Santiago).

Braçal, Baraçall no Cadastro de 1527 e Baraçal no Dicionário Geográfico, pode considerar-se forma sincopada de Baracejal<sup>(1)</sup>, de baracejo ou caniço (*Stipa arenaria* Brot.) que se encontra mais ou menos disseminada por várias localidades de Portugal.

São numerosos os topónimos derivados desta planta registados quer no Dicionário Geográfico do P.<sup>o</sup> Cardoso, quer no Dicionário Postal, desde a forma mais aproximada do nome da planta — Bracejal (Mourisca, M. Mór) até à forma sincopada mais vulgarizada — Braçal. Desta última encontram-se nove no Dicionário Postal.

10. — **Mosteirinho**, como Mosteirô, diminutivo de Mosteiro, não tinha em tempos antigos a significação que depois se veio a atribuir a este vocábulo. Nos diplomas de 1131 e 1142, a que temos aludido, assim como nas Inquirições, não se fala desta povoação que só vem a encontrar-se mencionada no censo de 1527 sob o nome de *mosteyro*; deve ser portanto de fundação posterior à daqueles documentos. Como já referi, falando do Mosteiro de Fráguas, (*Instituto*, vol. 105.<sup>o</sup>, pág. 83), o Mosteirinho deve incluir-se entre aquelas fundações religiosas a que Viterbo chama *mosteiro de herdeiros*, isto é, casas e aposentos junto de uma pequena

---

(<sup>1</sup>) Conquanto nos dicionários se encontre o vocábulo *baraço*, do árabe *maraç* ou do latim *verberaculu*, como quere Vieira, no sentido único de cordel, corda delgada, no português antigo não seria este o nome da planta hoje *baracejo*, cujas fibras poderiam empregar-se na feitura desses cordéis?

igreja ou oratório, onde faziam vida devota os fundadores com as suas famílias e depois dêles os parentes e herdeiros que sucediam nesta herança.

Além da sua sede, há mais nesta freguesia **Malhapão de Cima** e **Malhapão de Baixo**, **Corte o Fraga**, nomes de clara significação; **Freimoninho** e **Boi**.

Moninho é diminutivo de Monio, nome muito vulgar, mas de origem obscura. Boi deve ser nome de pessoa, pois na toponímia da região não é costume designar-se qualquer lugar por um nome de animal simples e puro — só se encontram como determinativos — Valedasna, Val de Lôbo, Vale do Pôrco, Póvoa do Lôbo, Póvoa da Sardinha, Várzea de Cavalos; ou então em adjectivos — Coelhooso, Corveira, Corujeira, Raposeira. Demais, no Onomástico Medieval regista-se como tal êste nome, que poderia, como supõe o dr. J. M. Piel, n.º 133, provir de *Baudili*, genet. de *Baudilus*.

11. — **Silvares** é a última das freguesias serranas de que me resta falar. *De villa de Silvares*, dizem as Inquirições, 830, *pectant Regi vocem et calumpniam, et vadunt in hostem et anuduvam*. É um adjectivo substantivado que procede de *Silva*, «selva, matagal», pelo sufixo *aris*, próprio para a formação de adjectivos e de que se faz largo uso para designar lugar onde alguma coisa se encontra. (M. Lübke, *Gram. Morph.*, § 464).

Fora da sede da freguesia, só há mais um lugar — **Carvalho da Mulher**, *póvoa do carvalho da mulher*, de cinco moradores, como reza o Cadastro de 1527.

12. — Descendo agora à planície, contíguas a Tondela e Molelos, entre o Cris e o Dinha, encontram-se as três freguesias de Nandufe, Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas.

Ao lado do actual **Nandufe** há um sítio, a que já se fez referência (*Instituto*, vol. 104.º, pág. 112), onde se têm encontrado numerosos vestígios de uma povoação luso-romana. Recentes explorações levam à conclusão de que

povos pré-históricos haviam habitado o local antes dos romanos. É natural que o sítio nunca deixasse de ter sido povoado, mas o nome antigo desapareceu e foi substituído por outro de origem medieval, o que de resto sucedeu noutros pontos do concelho, onde se mantém a tradição e há vestígios de antigos locais habitados.

Nas Inquirições de 1288 foi onde primeiro encontrei registado o nome actual: «*Par.<sup>a</sup> Sancte Marie de Canas... Marti Fernãdis de Sancta Ovaya de Susão jurado e perguntado se en esta parochia ha cassa de cavaleyro ou de dona q̄ se defenda p̄ onrra disse q̄ ha hũ quintãa q̄ chamã Nandufi e disse q̄ foy de mp̄ iniquis e de seu irmhão e ora he dessa geração... nõ entra hy mordomo do Rey...*» (1).

*Nandufi*, (*villa Nandulfi*) *Nandufee* (1527) é o genitivo do nome de homem germânico *Nandulfus* (M. Lübke, *Die altport. Personn.*), pertencente à numerosa classe desta procedência que tem por segundo elemento *Wulf*, «lôbo», normalmente representado na nossa toponímia por *ufe* (*Adaúfe*, *Gendufe*, *Manhufe*, *Rendufe*, etc.) e por elemento inicial *nand-*, que tem a sua origem no verbo \**nanpjan*, «ousar», (cf. J. Piel, n. 1012).

Além de *Nandufe*, há na freguesia mais três lugares — **Bairro Novo**, **Outeiro** e **Tapada**, cujo nome é formado por vocábulos comuns bem conhecidos.

---

(1) Ainda em 1758 era *Nandufe* freguesia anexa à de *Canas*. No reinado de D. Afonso V foi dado o senhorio da Honra de *Nandufe* e de *Molelos* a Henrique Esteves da Veiga pelos *serviços de eterna memória* por êle prestados a êste monarca tanto no Reino, como na África e em Castela.

No tempo de seu neto Diogo Esteves da Veiga, o primeiro que em Portugal usou o apelido de Nápoles, separaram-se como já acima disse falando de *Molelos*, os senhorios de *Nandufe* e de *Molelos*, ficando êste para sua irmã D. Maria da Veiga, casada com Sancho de Tóvar, copeiro-mor de D. Sebastião. O paço e os bens que constituam a honra de *Nandufe* continuaram nesta família até 1860, data em que D. Tomás de Nápoles e Noronha, Visconde de Alenquer, os vendeu ao conhecido negociante de vinhos do Pôrto, António Caetano Rodrigues.

13. — A freguesia de **Vilar de Besteiros** compreende os lugares de Aldeia, Carregueiro, Casal de Baixo e Casal de Cima, Freixeda, Póvoa de Alagôa <sup>(1)</sup> e Venda.

**Vilar, Aldeia, Casal e Póvoa** são nomes que entraram no uso corrente da lingua com significação tão parecida que se podem considerar hoje sinónimos ou quási sinónimos, sendo impossível através destas quatro denominações rastrear a origem histórica das povoações a que se aplicam.

Para A. Sampaio (*Est. hist. e econ.*, vol. 1, pág. 89), *vilar*, do adjectivo *villaris*, pertencente à *villa*, era uma sub-unidade de cultivadores como o casal ou a quintana; *póvoas* (pág. 258), de origem posterior, eram os grupos urbanos, nascidos em geral à sombra dos forais, outorgados pelos reis da dinastia borgonhesa, ou por entidades sucedâneas da coroa. Aldeia, pela sua origem árabe, embora M. Lübke a suponha ibérica pelo sufixo *aia*, só podia ter entrado na formação de topónimos depois da dominação muçulmana. Mas nesta zona, mesmo à face da documentação medieval, todos êles têm significação absolutamente indiscriminada; no nosso caso só poderá dar-se prioridade ao nome da freguesia Vilar (assim mesmo nas Inq. 1258): assim diz-se — Aldeia de Vilar, Carregueiro de Vilar, Casal de Vilar, etc.

**Carregueiro** (por \**caricariu*), como nalguns casos Carregal, tem por origem \**carica*, nome de planta, que não se deve relacionar com o lat. *carex*, como pretende L. de Vasconcelos (*Onomatologia*, pág. 379). Segundo me informa o distinto naturalista do Instituto Botânico «Dr. Júlio Henriques», sr. Dr. José Garcia, *carica* era antigamente o nome do figo de Cária, Ásia Menor. Depois o seu sentido generalizou-se e assim, em botânica, dá-se o nome de *Carica* a

---

(1) No Cadastro de 1527 (*Instituto*, vol. 105.º, pág. 104)—*aldeia de baxo de Vilar, casall de Riba, carreguo de vilar, povoa da lagoa, povoa da freixeda.*

um género de plantas, outrora chamado Ficus (figueiras) e chama-se *Ficus carica* L. à figueira comum.

Carregal, como digo acima, pode nalguns casos ter origem idêntica e derivar de *caricale* < *carica*; o que não impede a que noutros se lhe dê um étimo diferente, do b. lat. *carrecale*, mencionado por Cortesão (*Diplom.*, pág. 352, 1080). É a significação que convém a vários sítios do concelho de Tondela, nomeadamente a um pinhal nas imediações desta vila, situado numa eminência e atravessado em tôda a sua extensão pelo velho caminho carreteiro que liga Tondela com V. Nova de Tonda.

Trata-se de simples homónimos, de diferente origem e significação, o que aliás é vulgar.

**Freixeda**, pelo sufixo *-eda* tão produtivo em nomes dêste género, deriva de freixo, árvore que só por si ou pelos seus diferentes derivados dá origem a dezenas de topónimos no nosso país. Observarei que como o teixo é hoje árvore muito rara nesta região, em que o pinheiro e eucalipto tudo invadiram, suplantando o carvalho, o castanheiro e outras árvores que ainda não há muito davam à paisagem tão variado aspecto.

Situada à beira da estrada, **Venda** é um pequeno núcleo que provavelmente se formou à volta de uma *venda* com a significação nestes sítios vulgaríssima de loja em que principalmente se vende vinho, taberna.

14. — Passando ao **Mosteiro de Fráguas**, começarei por lembrar os dois documentos do Livro Prêto, atrás transcritos (*Instituto*, vol. 105.º, págs. 52 e 54), um de 1111, e outro de 1129, em que se vêem mencionados êstes dois nomes de lugar. Diz o primeiro — *villa que vocatur Fabricas*; e o segundo — *villa que vocitant Fravegas juxta monasterio Sancti Salvatoris*. Nas Inquirições de 1258 há numerosas referências ao — *monasterio quod vocatur de Fravegas* e nas de 1288 à — *parochia Sancti Salvatoris de fraveguas*.

Do sentido em que aqui se deve tomar Mosteiro já atrás, (*Instituto*, vol. 105.º, pág. 83), se disse o necessário,

que repeti a propósito de Mosteirinho, no Caramulo: não se trata de nenhuma fundação religiosa pertencente a qualquer ordem regular como as muitas que depois vieram a estabelecer-se.

Sôbre a origem da forma actual — frágua (fábrica, forja, oficina de ferreiro), publicou uma nota muito elucidativa o sr. dr. Joaquim da Silveira (*O latim «Fábrica» na língua e na toponímia portuguesa*, Coimbra, 1935). Do latim *fabrica*, que já na época passada tomou o sentido particular de *fabrica ferraria*, resultou o português *fravega* pela sonorização regular das surdas *b* e *c* e retracção do *r* para a sílaba inicial; posteriormente \*frávega, por influência do *v* sôbre o *e*, depois \*frágova, por metátese e por fim frágoa = frágua, por assimilação do *v* à vogal precedente.

No século xvi, no Cadastro de 1527, já se lê — *Fragoas*, quinta do rybeiro de fragoas, o lugar de mosteiro de fragoas.

É curioso observar que ainda hoje os mais afamados ferreiros da região, que aparecem em tôdas as feiras com enxadas e outras alfaias agrícolas, são justamente os da Ribeira e da Aldeia de Vilar, nas imediações de Fráguas.

Em Fráguas o que principalmente chama a atenção é o Paço, edifício do século xvii ou xviii que devia ter substituído a antiga residência do valente Gonçalo Pires da Bandeira, o da batalha de Toro, que ali teve o seu solar (1).

---

(1) Gonçalo Pires Juzarte nasceu, segundo consta, em Sameiro (1), cavalaria do Hospital, que fazia parte, como se disse (*Instituto*, vol. 105.º, pág. 84) da Comenda de Ancemil.

<sup>1</sup> Pelo seu feito em Toro, por carta de D. João II, de 1483 — «he abilitado e feito nobre de cota darmas e dado apelido de bandeira».

Dessa carta (L. 6, 68, T. de Tombo) extraio os períodos seguintes: «...avendo nos Respeito como Gonçalo pires, escudeiro da nossa casa he della merecedor por boõs e leais serviços quo fez a El Rey meu Señor e padre que d̄s tem — S — assy nas partes dafrica

(1) Sameiro < *Zamarius* P. de Azevedo (*Rev. Lusitana*, v. vi, pág. 47). Nomes germânicos, xii, em *arius*.

Além do Mosteiro e de Fráguas há nesta freguesia mais dois lugares — **Portodinho** e o **Ribeiro**.

O **Ribeiro** é assim chamado pela sua situação à borda do mesmo rio, junto à ponte, que liga o Mosteiro a Vilar.

como nos regnnos de Castella e principalmente por na batalha que o dicto Señor que d̄s t̄e e Nos com elle nos dictos Regn̄os de Castela em Crasto queimado ouvemos com El Rey Dom Fernando da qual apesar dos adversarios ficamos louvados de vencedores no campo sendo tomada pl̄os contrayros a bandeira do dicto Rey meu Señor antes da nossa victoria e levando a h̄u cavaleiro do dicto Rey Dom fernando o dicto Gõçalo Piris como homẽ esforçado, leal e desejador da honrra do dicto Rey meu señor e nossa e de nossos Regnos o encontrar e derribar e com grande perigo de Rysco de sua pessoa lha tomar durando o exercicio da dicta batalha e per sy logo nolla trazer como de todo bẽ soomos em conhecimento e lembrança e querendo lhe esto em alguña parte gualardoar como he resõ aos que taes serviços fazem e por lhe yso mesmo fazer mercee temos por bẽ e nos praz de nosso moto proprio certa sciencia poder absoluto o separarmos como de feito separamos de numero de plebeo e o abilitamos e fazemos nobre de cota de armas e lha damos e outorgamos com apelido de bandeira que elle gonçalo piris e sua direita linha assim se chamarem e poderã chamar e outros nenhũs não...

Pelo seu casamento com Violante da Costa, filha de Fernão Nunes da Costa, o de Fráguas, passou a residir no paço de Fraguas, que ainda hoje, felizmente, no quási total desaparecimento das antigas casas dêstes sítios ainda se conserva na posse de seus descendentes, como se vê pela seguinte nota:

- I — Gonçalo Pires teve um filho
- II — Filipe Bandeira, c. c. Maria da Costa
- III — Brites da Costa, filha destes casou c. Aleixo de Figueiredo, acusado de ter asilado o Prior do Crato, pelo que os castelhanos demoliram em Fráguas sua casa. Sua filha.
- IV — Maria da Costa Bandeira c. c. Antonio de Abreu Pessoa, de Viseu, sargento-mor de Besteiros. Tiveram
- V — Filipe Bandeira, cap.-mór de Besteiros, c. c. D. Maria da Cast.-Branco. Seu 2.º filho
- VI — Filipe Bandeira Pessoa da Costa, que tomou parte importante na guerra da Restauração. Sua filha.
- VII — D. Maria Xavier, por morte de seu irmão Gonçalo Pires

**Portodinho** é de formação recente e deve o seu desenvolvimento a uma fábrica de tecidos que para a sua laboração aproveita a água do Dinha, à margem do qual foi construída. Portodinho devia ter sido pôrto de Dinha: suprimiu-se, como é freqüente, a preposição e por assimilação o *a* final passou a *o*.

Contiguas ao Mosteiro há as freguesias de S. Miguel de Outeiro e Sabugosa; percorrendo estas freguesias juntamente com as de Parada e Canas, voltamos à sede de concelho.

**15.** A freguesia de **S. Miguel de Outeiro** já nos aparece assim denominada na carta de couto de Sabugosa, parcialmente transcrita na pág. 59 de *O Instituto*, vol. 105.<sup>o</sup> — *Et cautum de sabugosa in primis incipit per illam arcanam . . . inter sabugosam et sanctum michaelem de outeiro.*»

Segundo o Sr. P.<sup>o</sup> Pierre David <sup>(1)</sup>, o culto popular do arcanjo S. Miguel começou a espalhar-se na Península entre os séculos VII e VIII e no nosso país foram-lhe consagradas numerosas igrejas entre o Minho e o Mondego.

---

Bandeira que morreu solteiro sucedeu na casa de Fráguas. Casou c. Manuel Mosteiro Soáguas, de Bretiande. Tiveram

- VIII — Gonçalo Pires Bandeira de Figueiredo, c. c. D. Clara Margarida de Almeida e Melo, da quinta das Escoiras, Viseu. Seu filho
- IX — Gonçalo Pires Bandeira, c. c. D. Luisa Genoveva, da casa de Loureiro. Sua filha
- X — D. Clara Luisa Bandeira e Melo c. c. Tomas António da Silva Gama e Melo. Sua 2.<sup>a</sup> filha
- XI — D. Margarida Carolina Bandeira da Gama c. c. Joaquim Mascarenhas de Mancelos. Sua filha
- XII — D. Casimira Augusta de Mascarenhas Bandeira c. c. António Calheiros Pita de Noronha, de Ois de Bairro. Seu filho
- XIII — Gonçalo Calheiros, pai de
- XIV — Gonçalo Calheiros, n. em 1898, actual senhor do Paço de Fráguas.

(1) *Op cit.*, págs. 229, 234.

Particularidade digna da nota, como afirma o mesmo A., é serem êstes santuários construídos em eminências. O determinativo de *Outeiro* vem confirmar esta asserção e, de facto, a igreja paroquial, construída ou antes reconstruída em 1627, ergue-se no cimo de uma colina que domina tôda a povoação.

Há mais nesta freguesia os lugares de **Fial** e a **Póvoa da Catarina**. Nada consegui averiguar sôbre a origem dêste último; Fial, nas inquirições de 1258, pág. 843 — Feal, Feall no Cadastro de 1527, pela queda do *n* deriva de \* Fenale, campo de feno. Também se regista a forma arcaica *feo* = feno.

16. — **Parada de Gonta** vem designada apenas como *Parada* na carta do couto de 1133 de Sabugosa e nas Inquirições de 1258. Para esta como para as restantes 37 Paradas ou seus diminutivos do nosso país, a denominação resulta de serem formadas por terras sujeitas ao fôro dêste nome que consistia em certas prestações de mantimentos ou dinheiro para manutenção ou aposentadoria dos respectivos senhores e sua comitiva.

O determinativo é um nome de homem germânico, mencionado entre os nomes simples da citada obra de M. Lübke, Gonta < \* *Gunta*, «o combatente» (P. de Azevedo, *Rev. Lus.*, v. VI, pág. 48) sendo muito numerosos os topónimos que por várias formas com êste nome se relacionam (cf. J. Piel, *op. cit.*).

17. — Antes da carta de couto de 1133, já nos aparece **Sabugosa** mencionada, como se viu, (*Instituto*, vol. 105.º, pág. 42), no *Testamentum do r. de Asinus* de 961: . . . «*adicio etiam alia mea villa sauugosa*». Tem por étimo um nome de planta bem conhecido — sabugueiro, *sabucus* (*sambucus nigra*).

**Devaguinha**, ou vagueira, diz-se na região de terra deixada em pousio, êrma, inculta ou abandonada. Os outros dois lugares — **Estação**, do caminho de ferro inaugurado

em 1892, e **S.<sup>to</sup> Aleixo**, junto à ermida dêste santo, no cruzamento da estrada que liga Sabugosa com a estrada nacional de Viseu, dispensam qualquer outra explicação.

**18.** — Igualmente derivado da flora é o nome de **Canas**, acompanhado do determinativo de **Sabugosa**, para o distinguir de dezenas de lugares homónimos existentes em Portugal.

Tanto nas Inquirições de 1258 e de 1288, como no Cadastro de 1527 vem êste antigo pequeno concelho nomeado — Sancta Maria de Canas, mas como na sua maior parte confrontava com o de Sabugosa, que por assim dizer o envolvia, veio a receber aquêle nome.

A actual freguesia compreende vários lugares que não estavam incluídos no têrmo do antigo concelho, de quatro tiros de besta em comprido e três em largo, como diz o Cadastro de 1527.

Êsses lugares são:

**Casainho**, *Casaino* nas Inquirições de 1258, e o *Casalyinho*, no Cadastro de 1527, é um diminutivo de casal.

**Casal do Rei**, *Casale Regis*, (1258), *Casall do Rey* (1527), assim chamado porque *in Casali habet Dominus Rex X. casalia regalenga* (Inq., pág. 818).

**Naia** ou **Anaia**, incluído entre os nomes godos em *a* por P. de Azevedo (*Rev. Lus.*, v. VI, pág. 48). Nas Inquirições, pág. 831, em Cornias, alude-se a um Mendo Anaya, filho de Donna Bona. D. Miguel A. Palacios <sup>(1)</sup>, falando de *Anaya* (Málaga, Salamanca e Segóvia) n. comum — árabe água estancada, charco, acrescenta que M. Lübke supõe êste nome ibérico em virtude de suf. *aya* <sup>(2)</sup>. Seja qual fôr a sua origem, no caso sujeito é um nome de pessoa.

**Póvoa do Arcediago**, por lá ter a sua casa e capela o arcediago da Sé de Viseu, Pedro de Figueiredo, dos Abreus

---

(1) *Contribucion a la top. árabe de España*, II ed., 1944.

(2) M. Lübke, *Romanische Namenstudien*, II, pág. 60.

de Figueiredo, senhores de Tonda. Viveu na primeira metade do séc. XVIII.

**Santa Ovaia de Baixo e S. Ov. de Cima.** Já me referi à origem e evolução dêste nome, falando de Santa Eulália, Campo de Besteiros.

Nas Inquirições de 1258, pág. 819, aos determinativos — de Baixo e de Cima correspondem — *de Jusaa* e — *de Susaa*. No ant. port., os adjectivos *jusão*, fem. *jusã* e *susão*, fem. *susã*, tinham a significação acima indicada e derivavam respectivamente de \* *susu* (por *sursum*) e \* *deusa* (por *deorsum*). Quando precedidos de *de*, funcionavam como advérbios.

No Cadastro de 1527 já se vê — *samta ovaya de fundo, samta ovaya de cima*.

**Tojal do moinho.** Há três referências nas Inquirições a um moinho em Santa Ovaia:

819... *Ecclesia de Canas habet unum medium molidinum, de testamento, in Sancta Ovaya, et mollinus stat ex utraque parte in regalengo Regis.*

820... *habet ecclesia de Cannas unum mollinum in Lagea et stat in regalengo Regis ex utraque parte...*

Id... *D. Petri dixit quod iste mollinus sedet in hereditate Regis.*

¿Derivará o nome dêste lugar do referido moinho?

De **Valverde** já se faz menção nas Inquirições de 1288: «... no logar q̄ chamã valverde ha 4 casais q̄ são desta quintãa» (Nandufi).

19. — A leste de Tondela e limítrofes das freguesias, de que acabamos de falar, ficam Lobão e Lageosa.

**Lobão, Lobom,** nas Inq. de 1258, Parochia *Sancti Juliani de Lobon*, nas de 1288, mas já *casal de lobão*, no Cadastro de 1527, procede de uma das numerosas formas, entre outras *Lubon*, 967, *Lupon*, 906, *Lubanus*, 850 860, *Leobon*, 1003, com que no onomástico medieval português nos aparece, segundo o Dr. J. Piel, o nome gótico *Leubo* (= O M *Lubo* 955) «caro», «carinhoso».

Contudo M. Lübke (1), falando de *Lupon* inclui êste nome entre os de origem obscura.

Trata-se em todo o caso de um topónimo, primeiramente talvez *villa de Lupone*, derivado de um nome medieval de homem.

Os lugares desta freguesia são o **Casal** (*Casale Bonum*, 1258), seu núcleo primitivo, **Alcouce**, **Várzea de Cavalos** e **Vila Jusã**.

Alcouce é um vocábulo de origem árabe, que no parecer dos Srs. Drs. J. da Silveira (2) e J. P. Machado (3), significa *arco*, ao contrário de Nascentes, que, baseado em Engelmann, o considera redução de *alcoceifa*.

Alcouce figura também no onomástico como nome de homem e, como tal, é que daria nome à povoação.

Creio porém que o verdadeiro nome não é Alcouce, mas *Alcouço*, do ár. *Alkbausé* (Eguilaz) vento quente do sul, ou simplesmente o lado sul. Assim o entendia também Cândido de Figueiredo (4), que era natural de Lobão e sabia muito bem que, ficando Alcouce ao sul do Casal, centro da freguesia, com toda a razão lhe era aplicável tal denominação.

Vila Jusã é um nome também de origem topográfica — Jusã é a flexão feminina do adjectivo *jusão*, que está abaixo, como já disse falando de Santa Ovaia de Baixo.

Várzea aparece nos nas Inquirições designada como hoje: *Varzea de Caballis*; porém noutra parte vem *Varzea de Caballariis*, que me parece indicar mais precisamente a origem do nome, visto que — *in villa de Lobom habet Rez X caballarias*.

20. — Pela sua terminação, **Lajeosa** pertence a uma classe de nomes numerosamente representada na toponímia

(1) *Rom. Namenst*, pág. 79.

(2) *Rev. Lus.*, v. XXIV, pág. 202.

(3) Comentários a alguns arabismos de Nascentes. *Boletim de Filologia*, T. VI, pág. 263.

(4) *Problemas de linguagem*, v. III, Toponímia beirôa, pág. 318.

do país, derivados uns da fauna, outros da flora, outros, como êste, da natureza do solo.

Num cimo rochoso da pequena serra entre o rio de Asnos e o Dão, que o povo chama serra da Panela (Penela), quadra-lhe bem o nome que tem a mesma origem do da outra povoação próxima, Lajes de Silgueiros.

Da mesma natureza de Lajeosa, há o **Penedo** e, tirando os dois nomes de pessoa, **Sangemil** e **Teomil**, os restantes são apelidos formados pelos sufixos — eiro, — douro e — al.

**Corujeiro** (Curugeyro, 1258, Corujeyra, 1527) vem registado nos dicionários com a significação de povoação em sítio alcantilado, semelhante aos lugares em que as curujas costumam procurar abrigo. Na forma masculina, mas principalmente na feminina, é freqüente na nossa toponímia e não deixa de ser apropriado ao lugar de que se trata.

Mas há também *carujo* e *carujeiro*, nome muito empregado nestes sítios com a significação de orvalho, nevoeiro, significação a que L. de Vasconcelos se refere (1).

Passando o *a* a *o* por assimilação, entendo que é preferível dar esta explicação ao nome do lugar ribeirinho do do Dão, num sítio húmido e freqüentemente enevoado.

**Furadouro**, à borda do caminho íngreme que se dirige ao Penedo, coaduna-se perfeitamente com o significado que os dicionários dão a êste termo.

**Salgueiral** e **Vinhal** são nomes colectivos em *al*, o sufixo mais produtivo de nomes desta natureza do reino vegetal.

Finalmente temos os dois nomes germânicos **Sangemil** e **Teomil**, pertencentes ao numeroso grupo em *mirus* que, após a queda da vogal do genitivo — miri, trocam invariavelmente o *r* em *l*.

Sangemil procede do nome de homem Sangemiro — *villa de Sangimir*, 1258, em que o elemento Sanj —, segundo

---

(1) «*Carujeiro*, um dos nomes que na Beira se dá ao nevoeiro; outro nome é *carujo*», *Ocidente*, v. xv, pág. 25.

o Dr. J. Piel, baseando-se em Sachs, se filia no gótico *Sunja*, «verdade». Pela ignorância desta origem veio com o andar dos tempos a confundir-se a primeira sílaba com São (santo), e assim já no cadastro de 1527 vemos a grafia *sam gymill*.

Teomil representa o genitivo de Teodemirus, composição que significa «o que tem fama junto do seu povo» (Dr. J. Piel). Nas Inquirições de 1248 aparece-nos na forma Tuymiro, da qual muito se aproxima o nome Tuimil de quatro localidades da Galiza.

21. — Resta-me falar das cinco freguesias que ficam ao sul e na parte ocidental do concelho: Tonda, Mouraz, Ferreirós, Vila Nova da Rainha e Dardavaz.

Como outras freguesias do concelho, **Tonda** não é uma povoação compacta — é um conjunto de vários lugares vizinhos entre si — *Casal, Laje, Covelo, Cunha, Outeiro e Santo Amaro*, havendo apenas dois mais afastados da sede da freguesia, *Vila Nova*, e na margem oposta do Dinha, numa pequena península entre êste rio e o rio de Asnos, a *Póvoa de Rodrigo Alves*, no censo de 1527 — *póvoa do Ryo dasnos*.

A origem do nome Tonda mais aceitável na minha opinião já a expus ao tratar de Tondela; os nomes de lugares acima referidos são de fácil explicação. Casal, como é natural, foi o aglomerado primitivo; a configuração do solo determinou a denominação dos restantes. A não ser no Covêlo, a população reservando as depressões intermédias irrigadas e férteis para terras de cultivo, fixou-se nos sítios mais altos Laje, Outeiro e Cunha. Êste último nome, cuja pronúncia local mais generalizada é *Cuíinha*, pelas formas intermédias *Cuína > Cuĩa > Cuínha > Cúinha > Cunha* pode segundo L. de Vasconcelos<sup>(1)</sup>, ter por étimo o latim *culīna* «cozinha».

---

(1) *Lições de Filologia* (1911), pág. 260.

Situada numa *colina* a Cunha da Tonda deriva indubitavelmente do lat. *culina* ou *colina*, nome que, com a actual significação, devia ter sido aplicado a várias localidades do norte do país citadas por Cortesão (*Subsídios*) s. v. *Cunha* — Ubi dividet Dumio, *Culina* et Vila Paschasi (*Diplom.*, pág. 12 A. 911) — Villa de *colina* (*Id.*, pág. 46 A. 959) — Villa *colina* integra por suos terminos antigos (*Id.*, pág. 26) a que podemos acrescentar Coína de Susana e Colina de Iusana, hoje igualmente Cunha, na freguesia de Fermelos (Cinfães) (D.ct Ch., 1065, 1067). É vulgar também como apelido ainda sob a forma de Coynha. Assim, entre outros documentos pode ver-se em Viterbo (pág. 117, t. II) — Martim Fernandes da *Coynha*.

Santo Amaro é um lugar de formação recente, mas em pleno desenvolvimento, o que se deve à sua localização à beira da estrada que serve a freguesia e no ponto mais próximo do cruzamento desta com a estrada de grande movimento da Mealhada a Viseu. O seu nome provém de uma capelinha de Santo Amaro, muito antiga, talvez do século XII ou XIII, com o seu lindo portal alpendrado, demolida há poucos anos e substituída por outra mais ampla mas de incharacterístico aspecto.

22. — Pelo sul e poente a freguesia de Tonda confronta com a de Mouraz, que constituía como se viu, um antigo concelho «camera do bispado de Viseu» (foral de 1514) e de que era cabeça o lugar do Carvalhal (cad. de 1527).

Já se fêz referência a vários documentos medievais em que nos aparece êste nome — *monte mauraz* (*Instituto*, vol. 105.º, pág. 43); ...*ila hereditate sancti Petris de Monte Mauratio*, 1152 (carta da doação, *Instituto*, vol. 105.º pág. 55); *villa que nominatur mauraz, ... per montem de mauraz*, 1198, (*Instituto*, vol. 105.º, pág. 56). Nas Inquirições de 1258, no Foral de 1514 e no Cadastro de 1527 encontra-se na forma actual. As denominações mais antigas mostram-nos que deve provir de (*villa*) \**Mauratii*. \**Mauritius* é, como *Mauritius*, *Maurinus*, *Maurentius*, *Mauronius*, *Maurontius*, *Mau-*

rellus, Mauro, — onis, etc., mais um membro da numerosa família de *Maurus*, que na origem foi cognome romano e passou depois a ser usado como nome próprio <sup>(1)</sup> na idade-média.

Na Corunha e Orense há os topónimos *Mourazos* e encontra-se como nome de pessoa *Mauratum* no foral de Penamacôr de 1209.

Os nomes pessoais em *-atius* são muito abundantes na onomástica latina e dêles derivam vários topónimos portugueses terminados em — az, como Geraz do Lima e Palmaz (Oliveira de Azemeis).

Dos outros lugares da freguesia, deixando de lado por desnecessário, **Carvalhal**, **Póvoa de Baixo** e **Póvoa do Melo** e o recente **Bairro da Estação**, referir-me-ei apenas ao **Couço**, **Adiça** e **Saldonas**.

O Couço não é mencionado sob esta forma em nenhum dos documentos antigos já citados, apenas no Cadastro de 1527 se lê o *lugar do couso*. A carta dada aos povoadores de Mouraz em 1198, marcando os seus limites, consigna <sup>(2)</sup> *et per cautum de via de ferreiros* que justamente corresponde ao actual sítio do Couço. Aqui a palavra *cautum* deve significar padrão para demarcar o território e talvez se empregasse no mesmo sentido o termo *causum*, de que no *Glossario* de Ducange se diz — *idem videtur quod cautum* <sup>(3)</sup>. Dos verbos da segunda conjugação latina <sup>(4)</sup> uns fazem o supino em *sum*, outros em *tum* e alguns o têm mesmo duplo. Assim se explica que de *cavere* tenham existido os sufixos *cautum* e *causum*. No *Nomenclator* vêem-se 10 *Couce* em Corunha e Lugo e 39 *Couso*, em Corunha, Orense, Lugo, etc.

---

<sup>(1)</sup> Meyer Lübke (*Romanische Namenstudien, Kenntnis der altport. Namen*, pág. 49) diz que era nome muito espalhado na Península).

<sup>(2)</sup> V. *Instituto*, vol. 105.º, pág. 56.

<sup>(3)</sup> Ducange, ed. 1883, II v., pág. 243, c.

<sup>(4)</sup> J. da Silveira *Rev. Lusitana*, XXIV.

Mas como *caussum* = *cautum* não aparece em nenhum dos nossos documentos antigos, parece-me mais viável filiar a sua origem, apesar da não existência do *al*, ou no ár. *al-qoç* «arco» como opina o Sr. Dr. Joaquim da Silveira que, tratando dêste vocábulo na *Rev. Lusitana*, v. XXIV, pág. 202, o considera base dos topónimos *Belcouce*, *Alcouce*, *Couce* e *Couso*, ou então no ár. *alkausé* (Eguilaz) «vento sul», «lado sul», como atrás referi ao falar do Alcouce, de Lobão.

Quanto à Adiça, David Lopes explicou esta palavra<sup>(1)</sup> atribuindo-lhe como origem, o ar.—*ad diça*, «nome de certa espécie de «junco»<sup>(2)</sup> comestível para os cavalos e utilizável para cordoaria: é a gramínea *Ampelodesmos tenax*, vulgaríssima em todo o norte de África». Embora seja conhecida na Espanha (Catalunha) (*Ampelodesma* Linck) na nossa flora é desconhecida tal planta e portanto deve ser outra a origem dêste topónimo. Para mim não oferece dúvida que provém do nome *Iça* de origem germânica, idêntico a O. M. *Icia* 1097, *Iccila*, 1075, *Iczila*, 1044, *Icila*, 999, *Ikila*, 938, diminutivo de *Iko* 942 (Förstemam)<sup>(3)</sup>. A palatização do *C* diante do *I* é normal em portuguez. Resultante pois do nome *Iça*, explicar-se-ia a sua formação toponímica pela elipse de um substantivo, v. g. *vila*<sup>(4)</sup> e pela dupla aglutinação ao nome do artigo que devia preceder o substantivo e da preposição *de*.

O nome de Saldonas (1152, v. *Instituto*, vol. 105.º, pág. 107) deve confrontar-se com o de Casal das Donas, freguesia do Castelo de Penalva, concelho de Penalva do Castelo. A origem teria sido idêntica — como em *casal* o elemento dominante é a segunda sílaba, deu-se a aférese da

(1) *Toponímia árabe de Portugal* («Rev. Lusitana», XXIV, pág. 257).

(2) Não é junco, mas uma gramínea.

(3) Piel, 316.

(4) L. de Vascz., *Onomatologia*, pág. 148: *A dos Francos*.

primeira e por haplogia eliminou-se a preposição, facto vulgar na nossa toponímia — *Penedono, Vila-Mendo, Casal Ribeiro, (Casteloões), etc.*

23. — Limítrofe de Mouraz e de Tonda, transpondo o rio d'Asnos e próximo da confluência dêste rio com o Dão fica **Ferreirós do Dão** <sup>(1)</sup>, sede da freguesia que se prolonga pela cumeada entre êstes dois rios, que o povo chama serra da Panela (Penela), até limitar com a Lageosa.

Ferreirós, nos documentos atrás mencionados — Ferrariolos, Ferreirolos, 976 (v. *Instituto*, vol. 105.º, pág. 43, Ferreiroos, 1198, *ld.*, pág. 56) entra na categoria dos numerosos topónimos que se relacionam com a existência, extracção e indústria do ferro, entre os quais se deve incluir, dentro do concelho, o lugar de Fráguas, e formou-se pela junção do suf. *olus* a *ferrariu* — (Ferrarius, — i, ferreiro. Dict. etymol. de Ernout e Meillet; M. Lübke, 3255).

24. — Na organização administrativa do país, **Vila Nova da Rainha** foi a última freguesia a ser anexada ao concelho de Tondela. Fazendo parte do antigo concelho de Treixedo, foi em 1835 com Nagosela encorporada no julgado de Tondela; em 1842 passou para o concelho de Santa Comba Dão, do qual foi transferida para o de Tondela por Decreto de 7 de Setembro de 1895.

Com estas sucessivas mudanças desapareceu a respectiva documentação dos arquivos municipais; nada encontrei também a seu respeito nas Chancelarias e por isso não sei dizer desde quando passou de Lorvão a uma das nossas Rainhas a Vila Nova a que as Inquirições de 1258 se referem nestes têrmos — *Interrogantes vero de Treyxedo et de*

---

(1) O Decreto n.º 30:795, de 12 de Outubro de 1940 (*D. do Govêrno*, n.º 238, 1.ª S.) determinou que passasse a denominar-se *Ferreirós do Dão* a povoação de Ferreirós.

*Villa Nova, hereditatibus de Lorbano, invenimus quod sunt cauti per patronos et nullum forum faciunt Regi.*

Nesta freguesia além de sede, que o Censo de 1940 denomina — o **Povo**, há os lugares de **Alcouce**, **Alem do Ribeiro**, **Gandara**, **Lapa**, **Lapadêga**, **Raposeira** **Rebordosa** e **Rojão**.

De Alcouce já tratei ao falar de Lobão.

Alem-do-Ribeiro é assim chamado por ficar em relação ao Povo, na margem oposta do ribeiro de Nagosela, afluente do Dão.

Gândara é um nome comum, muito vulgar na nossa toponímia, no sentido que lhe dá C. de Figueiredo — «terreno areoso, pouco produtivo ou estéril».

Lapa e Lapadêga são topónimos formados de lapa, nome de significação bem conhecida, o último mediante a junção do suf. *êga*, do lat. *ecu* (M. Lübke, *Gram.* II, pág. 500). Segundo o judicioso parecer do sr. Dr. Joaquim da Silveira, não convém a *lapa* os étimos, que lhe têm sido propostos; deve antes considerar-se simples metátese de *pala* (do latim *palla*, cobertura, capa, manto) que passou para o português, em data muito antiga, no sentido de «abrigo ou cavidade natural sob um rochedo» e daí a significação para *lapa* de grande pedra ou laja, que ressaíndo de um rochedo forma de-baixo de si um abrigo para gente ou animais <sup>(1)</sup>.

De *Raposeira* é evidente a origem.

*Rebordosa*, pelo sufixo *osa*, deriva de rebordão, nome que na Beira se dá ao castanheiro bravo, talvez pelo facto de formar espessas moitas de talhadia nas extremas das propriedades, a não ser que se tenha estabelecido confusão entre o castanheiro e o carvalho, lat. *robur*, donde *roboretu* > *roboredo* > *reboredo*, por dissimilação.

É esta a origem mais provável de *Rebordosa*.

---

(1) *Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas*, «O Instituto», vol. 97.º, pág. 386.

*Rojão* não aparece mencionado nas Inquirições nem noutros documentos medievais referentes à região. Próximo, no Vimieiro (Santa Comba Dão), há o *Rojão Grande*.

Quanto à origem deste topónimo, não há no nosso antigo onomástico nenhum nome de pessoa susceptível de relacionar-se directamente com *Rojão*; e das significações que «*rojão*» tem como nome comum, nenhuma me parece idónea para formar um locativo.

Ducange, s. v. *Roya*, uma das jeiras de um campo em afolhamento, deriva esta palavra do gál. *roye* (donde *royon*), sulco ou rêgo que o arado deixa na terra, ou atalho divisorio entre campos contíguos — *Royan*.

Em espanhol «*roiçal*» é uma espécie de terreno povoado de mato rasteiro, azinheiros, carrascos e outras árvores ou arbustos, que se aproveita para pastagens.

Fixa-se também a minha atenção no verbo «*rojar*» que Cornu (*Port. Spr.*, § 244) supõe metátese de *jorrar* e assim a um ponto onde jorrasse água com abundância poderia chamar-se *rojão*.

¿Poderá ir buscar-se a origem de *Rojão* em qualquer das fontes apontadas?

25. — A estrada de Santa Comba, que passa a meio do planalto, separa Vila Nova de **Dardavaz**, que as Inquirições de 1258 nomeiam umas vezes *Ardavas*, outras *Dardavas*, *Sancta Maria de Dardavas*. Nas de 1288 assim como no Cadastro de 1527, aparece sob esta última forma em que o *d* inicial é resultante da aglutinação da preposição *de*. Neste topónimo de origem germânica o Dr. J. Piel (301) vê, de acôrdo com Schönfeld, um primeiro elemento saxon. arc. *ARD*, «lugar de habitação», o segundo identifica-o com \**VAZI*, genitivo de *Vacus*, forma latinizada, que vem de *wakan*, «vigiar». Nota, porém, o mesmo autor que poderá ser antes a patronímico, *OM*, *Ardegazi*, de *Ardega*, nome documentado como ostrogado.

Dos restantes lugares da freguesia, **Alvarim** pode derivar de *alvarinho*, «álamo branco», do latim *albarus*, mas

como esta árvore, além de pouco vulgar, não é conhecida na região por este nome, pelo menos actualmente, deverá antes considerar-se o genitivo de *Alvarinu*, de *Alvaro* (nome germânico) com o suf. diminutivo — *inus* (*Avolinus*, *Christinus*, *Saturninus*, *Valentinus*, etc., (M. Lübke, *Rom. Namenst.* II, 57).

**Chancela** é também um diminutivo de Chainça, terra plana, do latim *planitia* (> *plaitia* > chainça).

**Feltais**, *Feeeytaes*, nas Inquirições de 1258, pelo suf. — *al*, tão freqüente em nomes derivados de vegetais, vem da bem conhecida planta *feito*, ou *feto*, do lat. *filictum*.

**Outeiros**, de baixo e de cima, (Outeyros, Cad. 1527) são lugares sitos nos cabeços arredondados que do planalto por onde passa a estrada para Santa Comba vão pouco a pouco descendo para o Cris. Êstes lugares não os mencionam as Inquirições de 1258, mas nelas aparecem numerosos lugares do mesmo nome, existentes no concelho, sob a forma Auteiro, como temos visto.

Vimos já as numerosas póvoas do concelho sempre seguidas de determinativos. **Póvoa da Sardinha** talvez assim seja denominada por ficar à beira do caminho, seguido pelas sardinheiras que do litoral vinham abastecer as terras do interior.

A **Várzea do Homem** referem-se as Inquirições de 1258, chamando-lhe simplesmente *Varzena*.

Há nesta freguesia um lugar cujo nome não aparece no Censo de 1940 — **Dilhalva**. A nossa toponímia regista Olhalva, Olhalvas, Olhalvo. Todos êstes lugares têm por base um nome comum que figura nos dicionários como de terreno que se lavra duas vezes no ano e que duas vezes produz. Em Dilhalva, além da aglutinação da proposição *de*, o *o* inicial passou a *i*, por influência da palatal seguinte, caso semelhante ao de *rilheiro*, outra forma de *rolheiro*, «rede-moinho de água» (< lat. *rotulariu*); *filhó*, ant. *folhoo* (lat. *foliola*); *aguilhão* (< lat. *aculeone* — por *aculces*), etc.

\*

Percorri as vinte e cinco freguesias do concelho e procurei averiguar o étimo dos lugares habitados nelas compreendidos.

Dêste exame cumpre-me agora tirar algumas conclusões e esboçar, como prometi, uma classificação baseada nos diversos factores que determinaram a sua origem.

O Dr. L. de Vasconcelos, na sua *Onomatologia*, pág. 139, diz que no estudo da nossa Toponímia podemos formar três secções maiores: nomes de lugar, classificados por línguas; modos de formação toponímica; categorias de nomes segundo as causas que lhes deram origem (flora, fauna, natureza do solo, história, religião, etc.).

Quanto à classificação por línguas, nos lugares habitados da região não há nomes pre-romanos de origem obscura. Nomes anteriores à dominação romana e mesmo dêsse tempo desapareceram.

Ao tratar de Nandufe, por exemplo, viu-se que no sítio da actual povoação há numerosos vestígios de um castro luso romano.

Êsse castro devia ter tido um nome de que não há memória, nome que se obliterou, apagado por completo pelo nome actual.

Sucedeu o mesmo no resto do concelho, onde há a tradição e vestígios de antigos lugares habitados.

Pertencentes a núcleos populacionais formados muito depois da ocupação romana, nos nomes actualmente usados, a supremacia absoluta cabe aos de origem latina. Mas mesmo nestes, pela forma por que se nos apresentam, é muito difícil, direi quasi impossível, fixar a sua idade, quer se trate de nomes de coisas e de pessoas, ainda hoje de uso corrente, quer se trate de nomes arcaicos, que se particularizam como topónimos, isto é, como nomes próprios,

esquecida a sua significação primordial, embora formados com elementos morfológicos da língua comum.

Como nota o Dr. L. de Vasconcelos (*op. cit.*, pág. 141), «uma língua não se forma de repente, mas de vagar, e não logo em tôda a extensão, mas por partes: quando o latim *rota* se havia transformado em *roda*, que é já português, ainda o latim *mola*, donde depois veio *moa*, *mó*, conservava o -l-intervocálico; quando o genitivo plural latino *casarum* havia muito que fôra substituído pela perífrase românica *de casas*, ainda na terra portugalense se dizia ou se escrevia *Godinizi*, genitivo singular, agora representado pelo apelido *Godins* que existe no Alentejo».

Sabe-se que os elementos árabes são os mais notáveis entre os não latinos da língua portuguesa; porém na toponímia da região, os arabismos, incluindo *aldeia*, podem contar-se por unidades, confinados na sua maioria, como se viu, numa estreita zona do concelho, a oeste do Caramulo, na freguesia de S. João do Monte.

Os topónimos germânicos foram-nos deixados pelos povos invasores, suevos e principalmente visigodos e quer pertençam ao *paleo-germânico*, quer às línguas diferenciadas, pode dizer-se que derivam exclusivamente de nomes de pessoas. Mesmo Guardão, como notei, é lícito supô-lo caso oblíquo de um nome de pessoa. Tanto êstes, como os árabes, são cronològicamente topónimos medievais; os primeiros, originados principalmente na *presúria*, datam portanto da reconquista asturo-leonesa.

Excluídos os nomes árabes e germânicos, a que acabo de referir-me, nos restantes, provenientes de tôdas as fontes que formam o nosso léxico, importa distinguir nomes de coisas e nomes de pessoas e, em ambos êles, considerar à parte: *a)* os que, provindo de nomes comuns, ao mesmo tempo que se fixaram como topónimos, são ainda de uso corrente na língua portuguesa no seu estado actual; *b)* os nomes do baixo-latim, doutras línguas ou do português arcaico, com datas de nascimento mui diversas entre si, mas que em tempos remotos, passaram a empregar-se exclusivamente

como topónimos, não traduzindo já hoje a significação primordial dos elementos que entraram na sua formação.

Antropónimos antigos por si só formam nomes locativos; os modernos e outros nomes de uso actual referentes a pessoas só aparecem a formar o segundo termo de nomes compostos. Vemos assim Janardo, Frei Moninho, Jueus, mas Póvoa da Catarina, Póvoa de Rodrigo Alves, Póvoa de Arcediago, Várzea do Homem, Carvalho da Mulher.

Os santos patronos, cujos nomes actuais são precisamente os mesmos dos antigos documentos, como já tive ocasião de notar, (*Instituto*, vol. 104.º, pág. 27), pela antiguidade do seu culto na península, deverão ser tidos como seguros indícios da alta antiguidade das referidas igrejas e portanto das localidades do que elas porventura foram núcleo. Relembrei como facto curioso a mudança nos tempos modernos do nome medieval Santa Ovaia em Santa Eulália.

O estudo das nossas instituições dá-nos elementos para estabelecer, embora de uma maneira vaga, a origem de certos lugares, tais como Fermentelos, Parada, Paranho, Póvoas, Vilas Novas, Casal de Rei, Vila de Rei.

O que agora expus, até certo ponto relaciona-se com o modo de formação toponímica.

Acrescentarei ainda: tanto na primeira como na segunda classe de nomes que estabeleci, é avultado o número de adjectivos com os sufixos *-ada*, *-al*, *-êdo*, *-eira*, *-elo*, *-elho*, *-oso* e *-ó*, *-ós*, *-ô*, *-ôs*, êstes mais antigos do diminutivo latino *-olo*.

O nomes germânicos reconhecem-se facilmente pelas suas terminações características, que resultam de serem usados na sua maior parte no genitivo de tipo gótico *-anis*, *-onis* (hoje *-ães*, *-ões*) ou do tipo latino em *-i*, mas outras vezes no acusativo de tipo gótico *-anem*, *-onem* (ão) ou do tipo latino *-u*, *-o*, e ainda no possessivo analítico *de* e sempre a princípio dependentes de um nome comum *villa*, *villare casale*, que com o andar do tempo caiu em desuso.

Classificando agora os nomes segundo as causas que lhes deram origem, podem estabelecer-se as seguintes categorias:

A 1 — Nomes de coisas (actuais, *a*).

1) Natureza do solo e configuração do terreno:

Simples	Seixo
Barreiro	Vale — s, 3
Barrocal	Valeiroso (23)
Batoco	
Costa	Compostos
Cumeeiras	
Fraga	Campo de Besteiros
Gândaras	Outeiro de Baixo
Laceiras	Outeiro de Cima
Ladeira	Pedra da Vista
Laja	Vale de Asna
Lapa	Vale de Lobo
Lomba	Vale de Porco
Outeiro, 3	Vale Verde
Penedo	Várzea de Cavalos
Portela	Várzea de Homem (10)

2) Hidrografia:

Além do Ribeiro	Ribeira
Caldas de Sangemil	Ribeiro, 3
Fontainhas	Ribeira do Souto (9)
Pego Negro	

3) Flora:

Simples	Teixo
Carvalho 2	Tojosa
Carvalhinho	Vinhal
Feitais	
Figueiral	Compostos
Freixeda	
Linheiro	Canas de Sabugosa
Mata	Carvalho da Mulher
Rebordosa	Souto Bom
Souto 2	Tojal do Moinho (18)

4) Fauna:

Corveira

Raposeira (2)

5) Povoações:

Aldeia

Fundo de Aldeia

Casal, 4

Póvoa da Alagoa

Povo

Póvoa do Arcediago

Póvoa

Póvoa de Baixo

Vila

Póvoa da Catarina

Bairro da Estação

Póvoa do Lobo

Bairro Novo

Póvoa do Meio

Casal de Baixo

Póvoa do Rodrigo Alves

Casal de Cima

Póvoa da Sardinha

Casal de Maças

Vila Jusã

Casal Novo

Vila Nova

Casal do Rei

Vila do Rei (27)

6) Construções civis e religiosas\*

Abóbada

Mosteirinho

Caselho 2

Mosteiro

Castelo

Paredes

Ermida

Ponte

Estação

Pousadas (11)

Estação de caminho de ferro

7) Agricultura, unidades culturais, outras formas de actividade, instituições, etc.

Cortiçada

Quintãs

Dornas

Quintal

Eiras

Tapada

Feira

Venda (9)

Furadouro

A 2 — Nomes de Santos:

Santa Eulália

Santo Aleixo

Santa Ovaia de Baixo

Santo Amaro

Santa Ovaia de Cima

São João do Monte

Santiago

São Miguel do Outeiro (7)

*B 1* — Topónimos vindos do b. lat. ou do port. arcaico, nomes germânicos.

*a)* — De nomes de pessoas :

Adiça	Sangemil
Alvarim	Teomil
Boi	Tourigo
Daires	Caparrosa
Dardavaz	Caparrosinha
Demenderes	Frei Moninho
Gonta	Jueus
Janardo	Matadegas
Lobão	Mouraz
Naia	Muna
Nandufe	Pedronho
Rodinho	Rabelo (24)

*b)* — Nomes de coisas :

1) Arnosa	5) Casainho
Barrô	Corte
Borralhal	Saldonas
Chancela	Vilar
Corujeiro	7) Devaguinha
Covelo	Dilhalva
Cunha	Ferreirós
Lageosa	Fráguas
Lapadega	Malhapão de baixo
Marrocos	Malhapão de cima
Portelada	Molelos
2) Portodinho	Molelinhos
3) Braçal	Besteiros
Cadraço	Castelões
Carregueiro	Fermentelos
Fial	Guardão
Lourosa	Litreia
Marruge	Parada
Sabugosa	Paranho
Silvã	Tonda
Silvares	Tondela
4) Coelhoso	Vela (45)

*B 2* — Nomes arábicos :

Almejofa	Alcouce 2	
Almofala	Couço	
Arrifana	Mançores	
Belazeima	Múceres	(9)

*C* — Nomes de origem indeterminada :

Beléria	Paz	
Botulho	Rojão	(5)
Falorca		

O quadro sinóptico que acabo de apresentar mostra-nos a fisionomia toponímica da região nitidamente caracterizada pelo predomínio de nomes comuns, pela escassa representação de nomes arábicos e pelo número relativamente avultado de nomes de pessoa de origem germânica.

Mas os duzentos nomes estudados foram colhidos num campo tão limitado em relação à área total do país que o agrupamento em diferentes tipos de nomes só tem valor comparativo e adquire verdadeira significação integrado numa classificação geral que abranja tôdas as zonas toponímicas do país e nos dê a densidade relativa das diferentes categorias de nomes.

Que eu saiba, a única tentativa dêste género até hoje levada a efeito deve-se ao distinto geógrafo Dr. Hermann Lautensach e encontra-se no cap. xi (*Siedlungen, Ortsnamen, Verkehr*) da primeira parte da sua obra por tantos títulos notável — *Portugal, Das Land als Ganzes*, (J. Perthes, Gotha, 1932).

Baseando-se nos 3.646 nomes de freguesias inscritas no *Censo da população de 1920* e adoptando um critério filológico-histórico, estabelece os seguintes grupos:

Grupo A — Abrange todos os nomes que no português actual são nomes de coisas ou de pessoas.

Grupo B — Os restantes.

Formula depois as divisões que adoptei — B 1 *a*, B 1 *b*, B 2 e uma terceira — B 3, relativa aos nomes transmitidos pelos autores clássicos, Ptolomeu, Estrabão, Plínio, nomes em parte de origem pre-romana como os provavelmente celtas em *briga*.

Contra esta classificação podem formular-se várias objecções, entre elas a de que é demasiadamente esquemática; mas é inegável a sua clareza, simplicidade e portanto o seu valor prático, e enquanto outra se não realizar, assente em dados mais precisos, já nos dá um conspecto muito aproximado da toponímia portuguesa.

Para efeitos comparativos reproduzo a tabela em que o A. sintetiza as conclusões do seu estudo, fazendo-a seguir de uma outra, vasada nos mesmos moldes, relativa ao concelho de Tondela. O exame das duas tabelas confirma as conclusões a que cheguei comparando-as com os resultados averiguados pelo Dr. H. Lautensach em relação à Beira Ocidental e ao resto do país.

PORTUGAL  
NOMES DE LUGAR

Grupos de nomes	Total	A 1		A 2		B 1 a		B 1 b		B 2		B 3		C	
		T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%	T	%
1 (Noroeste) . . . . .	1253	508	40,5	33	2,6	297	23,7	275	21,9	4	0,3	5	0,4	121	10,4
2 (Trás-os-Montes) . . . . .	497	231	46,5	30	6,0	50	10,1	122	24,5	2	0,4	2	0,4	60	12,1
3 (Beira Ocidental) . . . . .	704	329	46,7	59	8,4	78	11,1	139	19,7	17	2,4	4	0,6	78	11,1
4 (Beira Oriental) . . . . .	331	195	58,9	6	1,8	13	3,3	57	17,2	16	4,8	1	0,3	43	13,0
N. de Portugal 40° N. . . . .	2785	1263	45,3	128	4,6	438	15,8	594	21,3	39	1,4	12	0,4	312	11,2
5 (Estremadura N). . . . .	386	172	44,8	44	11,4	7	1,6	64	16,3	52	13,5	3	0,8	44	11,7
6 (Beira do Sul-Alto Alentejo) . . . . .	186	103	55,4	13	6,9	3	1,6	21	11,3	14	7,5	3	1,6	29	15,6
7 (Baixo Alentejo) . . . . .	224	94	42,0	60	26,8	1	0,4	13	5,7	24	10,7	7	3,1	25	11,2
8 (Algarve) . . . . .	65	19	29	6	9	3	5	5	8	21	32	2	3	9	14
S. de Portugal 40° N. . . . .	861	389	45,2	123	14,3	14	1,5	103	11,8	111	12,9	15	1,7	107	12,5
Portugal T. . . . .	3646	1651	45,3	251	6,9	452	12,3	697	19,1	150	4,1	26	0,7	419	11,5

## CONCELHO DE TONDELA

Nomes de 200 lugares das suas 25 freguesias:

Grupos toponímicos	Total	%
A 1 . . .	110	55
A 2 . . .	7	3,5
B 1 a . . .	24	12
B 1 b . . .	45	22
B 2 . . .	9	4,5
C . . . .	5	2,5
T. . . .	200	

## SÍTIOS NÃO HABITADOS (1)

O estudo da nomenclatura topográfica de uma determinada região não pode considerar-se completo se aos nomes das suas povoações não juntarmos os nomes de sítios não habitados, dos seus rios e das suas montanhas.

Na região de que me ocupo, há apenas uma serra — a serra do Caramulo e sobre a origem dêste nome já atrás expus, com o devido desenvolvimento, a explicação dada pelo Sr. Dr. J. da Silveira.

As terras altas que em ângulo pouco aberto se alongam entre o vale do Pavia e o vale do Dão e depois se dilatam no planalto do Loureiro e de Silgueiros, dão os naturais o nome de serra de Penela, ou da *Panela*, na pronúncia local facilmente explicável.

Passando à hidrografia, o rio mais importante que por leste delimita o concelho é o Dão; dêle são tributários o Pavia, ou rio de Asnos, o Dinha e o Cris, todos êles nascidos na vertente oriental do Caramulo. Na vertente

---

(1) No que se segue reproduzo com algumas modificações e aditamentos a *comunicação* apresentada ao 4.º Congresso Luso-Espanhol promovido no Pôrto em 1942 pela Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, comunicação que foi inserta no Tômoo VIII das publicações do mesmo Congresso sob o título — *Nomes de lugar de um concelho da Beira Alta: da utilização das matrizes prediais nas investigações toponímicas*, pág. 701.

ocidental, as terras altas de S. João do Monte formam a parte superior da bacia do Águeda. E além destes cinco rios há uma numerosa rêde de pequenos cursos de água, seus afluentes.

Em geral os nomes de rios são de origem remota e obscura e portanto vago e incerto tudo o que sôbre essa origem se pode dizer. Formados nas misteriosas línguas mal conhecidas dos primitivos habitantes da Península, tais nomes escapam a qualquer tentativa de explicação lingüística. Como terrenos primitivos sôbre que se estratificaram camadas sedimentares mais modernas, essas línguas desapareceram sob o falar comum derivado do latim, que apenas deixa despontar vagos afloramentos, a maior parte das vezes na toponímia, e sobretudo neste caso especial dos nomes de rios.

Aceitemo-los pois tais como se encontram, limitando-nos a fixar as formas mais antigas registadas nos documentos.

Do rio Dão a forma mais antiga é *ribulo Adon* no sec. x (D. et Ch., pág. 80), passando pela forma intermédia *Aon*, *Ripa de Aon*, *Villa Nova de Aon* (Inq., 1258, págs. 811, 833, 791), em que se verifica a queda do *d* intervocálico, até ao foral de Azurara de 1514 — *Ryo Daão*, isto é d'Aão ou d'ÃO, pela aglutinação da preposição *de*.

O Sr. Dr. J. da Silveira (*O Instituto*, vol. 97.º, pág. 384) notando que antigamente os nomes dos rios se enunciavam precedidos da preposição *de* estabelece a seguinte série — (rio) *de Adon* > *de Aon* > *d'Oom* > *d'Om* > *d'ÃO* > *Dão*.

Ao Pavia refere-se já sob esta forma o testamento de Lorvão inserto neste estudo, *Instituto*, vol. 105.º, pág. 42 ... «*cartula de testamenti de hereditate nostra que abemus ad foze de pavia*» ... (939) No mesmo livro de testamentos de Lorvão encontra-se o documento de 961 intitulado — *Testamentum de Rido de Asinus et de Speraindeo* (v. pág. 42) em cujo contexto se vê novamente ... «*vineas quod sunt in ripa pavie*» ..., donde se conclui que o mesmo rio já antigamente era conhecido por dois nomes diferentes.

Na nossa toponímia antiga e moderna, do nome *asno* e seus derivados há numerosíssimos exemplos. Actualmente na parte superior do curso dêste rio emprega-se de preferência o nome Pavia: a jusante da Ponte Pedrinha (limite da Lajeosa) até à foz prevalece a denominação *de Asnos*.

«Entre o Dinha e o Dão

Há um rio em que todos têm quinhão» — diz o povo. Nos documentos antigos era também designado por Pavia o afluente do Douro, que hoje só é conhecido pelo nome de Paiva.

No Dinha deu-se a mesma aglutinação de preposição que no português arcaico habitualmente precedia os nomes dos rios. Com efeito as formas mais antigas com que nos aparece o nome dêste rio é *Ignia* (var. *Ignia*), 1101 — v. *Instituto, ibid.*, pág. 48—e *Inia*, 1129—*Ibid.*, pág. 54. Nas Inquirições de 1258, uma das testemunhas inquiridas em Várzea de Cavalos refere-se a uma herdade testada à igreja de Lobão *in loco qui dicitur Inia*. Certamente não era o lugar que dava o nome ao rio; a testemunha quererá dizer — *justa* ou *discurrente Inia*.

O rio Cris é mencionado no documento de 1123 inserto a pág. 53 sob a forma: — «*rivulum Crines*»; na sua *Corografia* (1708) o P.<sup>o</sup> Carvalho da Costa nomeia-o — rio *Crins*; na informação para o Dicionário Geográfico, sem data, mas do meado do mesmo século XVIII, o pároco do Barreiro ainda escreve também *rio Crins*. Hoje pronuncia-se *Cris*, mas deve, pelo visto, empregar-se na sua grafia o *s* e não o *z*, adoptado em publicações oficiais, nas cartas geográficas e pela J. A. das Estradas.

Na vertente oposta do Caramulo, o curso de água mais considerável, o Águeda, que banha S. João do Monte, apparece-nos na carta de couto de 1142, transcrita a pág. 64 — *aqua de agade*. O muito que se tem dito sobre a forma anterior a esta — *Agata* ou *Agatha* e das suas relações com a vila de Águeda, não passa de meras conjecturas.

Os nomes dos pequenos cursos de água, afluentes dêstes rios não têm fixidez; variam de época para época e de

lugar para lugar. Em geral recebem o nome da principal povoação por êles banhada.

Assim o rio Mau, afluente do Cris, ainda hoje assim nomeado, e a que já se refere o documento de 1101, doação da igreja de S. Miguel de Molelos, atrás transcrita, pág. 48, *Instituto*, vol. 105.º *villa Molnellus discurrente inter Ribulo Malo et Igna*, vem na Corografia do P.º Carvalho da Costa (1708) designado como rio *Esporão*, mas anos depois, na sua informação para o *Dicionário geográfico*, o pároco do Barreiro dá-lhe os dois nomes de *Esporam ou Rio Mau*.

Ao principal afluente do Dinha, que se junta a êste rio um pouco acima do Pego (V. N. de Tonda) chamam-lhe ribeiro de Sabugosa, depois ribeiro de Canas e por fim ribeiro de Várzea.

O Cris, na parte superior do seu curso, é o ribeiro da Cal, nascido em Silvares, (Cal ou Cale, de *canalis*, «cano que conduz água para moinhos ou de uns campos para outros», cf. J. Moreira, *Estudos da lingua port.*, II, pág. 212); de Muna até à ponte de Tabuaça é a ribeira das Mestras, só daí para baixo é que lhe Dão o nome de Cris.

\*

Na investigação de nomes de lugares não habitados baseei-me nas denominações de prédios inscritos nos livros da matriz predial da Repartição de Finanças do concelho.

Para êste fim, escolhi oito das mais extensas e populosas freguesias do concelho, Tonda, Tondela, Molelos, Santa Eulália, hoje Campo de Besteiros, Castelões, Santiago, Vilar e Fráguas, e, em cada uma delas, estudei e classifiquei os nomes dos seus sítios não habitados, isto é, nomes de prédios rústicos inscritos nas respectivas matrizes, ou dos sítios onde êles estão localizados, e do seu exame e classificação tirei conclusões que não só bem caracterizam a actual fei-

ção toponímica desta zona da Beira, mas apresentam indiscutível interesse tanto pelo lado puramente filológico, como sob o aspecto geográfico, histórico e etnológico<sup>(1)</sup>.

Antes de prosseguir, porém, cumpre-me observar que a expressãc — *sítios não habitados* não deve tomar-se num sentido absoluto: em primeiro lugar a população está muito dispersa; fora dos núcleos populacionais, mais ou menos importantes, *vilas, aldeias, póvoas, casais*, há, espalhadas pelos campos, às vezes dentro de minúsculas belgas, inúmeras habitações de proprietários, rendeiros, cultivadores e muita outra gente; havia outrora numerosas unidades e sub-unidades culturais com moradias para quem as explorava — *quintãs, quintas, casais*, etc. que hoje estão desabitadas e não passam de simples terras de cultivo, de forma que nestas notas considero *sítios não habitados*, de um modo geral, as propriedades rústicas e outras terras fora do âmbito das povoações da região, embora em muitas delas existam moradias permanentemente ocupadas.

A parte do concelho de Tondela de que me vou ocupar abrange as freguesias que ficam nas faldas da vertente oriental do Caramulo, no fresco, viçoso e ubérrimo Vale-de-Besteiros, de um e do outro lado do Cris, e as que se estendem pela lomba e quebradas verdejantes, entre êste rio e o rio de Asnos.

Afora a terra chã do planalto, é uma região de águas

---

(1) Já depois de concluído êste estudo, consegui completar a cópia das matrizes do concelho de Tondela e assim disponho actualmente da lista alfabética dos nomes das suas 25 freguesias.

Procedendo ao seu exame, reconheci que em nada tinha de alterar as conclusões a que cheguei em relação às oito freguesias estudadas, embora a nova lista compreenda as freguesias serranas com condições de vida e de aproveitamento agrícola um tanto diferentes, e por isso resolvi conservar esta parte do meu estudo tal como tinha sido anteriormente redigida. Como essa colectânea de nomes pode ser útil aos que se dedicam a estas investigações, tenciono em breve dar-lhe publicidade.

vivas e de colinas, de um arranjo agrário uniforme. Nas terras baixas e regadias, prados, campos de milho, hortas e pomares; vinhedos pelas encostas entremeados com olivais e terras de sementeira e, ao cimo, se tirarmos certas zonas desnudadas, onde só medram a urze e o tojo, invadindo tudo, dominando tudo, pinhais e mais pinhais. Vista do alto da serra, toda a região é um vasto pinhal com clareiras de terra culta em volta das povoações. Em toda a sua extensão, a população está muito dispersa e a propriedade muito dividida.

A não ser na freguesia de Tondela, onde além da vila deste nome, sede do concelho, só há duas aldeias, as restantes freguesias não têm nenhum núcleo populacional com o seu nome, são um conjunto de numerosos lugares, mais ou menos populosos, dispersos por toda a sua área, sob a influência das causas naturais e sociais que explicam o povoamento desta zona do país.

Daí a multiplicidade de nomes locativos, para cima de mil, que reünem e que cobrem por completo como uma rede de estreitas malhas toda a extensão do território.

Quanto à natureza e modo de formação destas denominações, verifica-se que, na sua grande maioria, senão na sua quasi totalidade, são nomes tirados da língua comum, inteiramente vivos, de uso vulgar e corrente no português actual. Encontram-se alguns nomes antigos e, tanto estes como os primeiros, são de procedência vária — a maior parte de origem latina, alguns de origem germânica, poucos derivados do árabe, mas todos eles se integraram no nosso léxico e acompanharam a evolução da língua.

Há nomes que por corresponderem a crenças, usos, costumes, formas de actividade, instituições desaparecidas, desconhece-lhes o povo que os emprega a sua significação primordial; outros sofreram tal deformação dialectal que é difficil reconhecer a sua forma primitiva.

Nomes como *barbito* ou *barbeito* (de *vervactum*, terra cavada ou mexida) *couto*, *cousso*, (*Molelos*) *paranho*, *fermentelos*, (ibid.) *mogo*, *mortório*, *perafita*, *reguengo*, *satorre*,

*sogeira*, *coracizes*, <sup>(1)</sup> emprega-os o povo da região correntemente para designar prédios rústicos e outros lugares sem ligar nenhuma idéia à sua significação primitiva.

Só duas palavras de origem arábica encontrei, em nomes de propriedades — *Arrifana* de *ar rihāna*, murta, e *Alcacema*, de *al-qacema*, divisão (J. Pedro Machado, Boletim de Filologia, T. VI, f. 3 4) que não entraram no numeroso grupo de arabismos de uso corrente e significação vulgar. Encontram-se nestes topónimos ou na sua composição alguns nomes de pessoas de forma arcaica — *Demendaires*, (*Molelos*) *Ágontinha*, *Pelorenço*, *Janvaz*, *Gatão*, *Ramilo* e *Lupico* <sup>(2)</sup>.

Mas, como disse, a sua grande massa é constituída por vocábulos de uso corrente, inteiramente vivos.

No modo de formação destas denominações, observa-se o seguinte:

Em geral não são nomes simples, resultam da combinação de vários vocábulos.

Muitos são precedidos de proposição que indica o res-

---

(1) Êstes nomes de propriedades rústicas, alguns dêles também nomes de povoações, já foram explicados precedentemente na devida altura. Paranho não corresponde ao *páramo*, de origem ibérica, a que se referem M. Lübke (*Gram.* I, 47) Bourciez (L. Rom. § 185), Carnoy outros escritores; mas tem aqui o mesmo significado histórico de Paranho, lugar de Caparrosa, de que atrás me ocupei. Os restantes nomes são de significação conhecida: — *Mogo* (*moogo* > *moago* > *monachus*) e *perafita*, marcos divisórios; *satorre* = *so a torre* (L. Vascz, *Onomatologia*, pág. 148); *sogeira* (*Foral de Coimbra*, 1179: *conilarius qui fuerit ad sugeiram*; Viterbo, s. v. *apeiro*) labor e ocupação de caçadores que apeiravam coelhos *sobageira*; *coracizes*, v. r. *corazil*, Sabugosa, pág. 61, *Instituto*, vol. 105.<sup>o</sup>

(2) *Lupicus* donde veio Lopez. Falando dos gentílicos em — *icus*, numerosos especialmente na Lusitania, Carnoy (*Le Latin d'Espagne d'après les inscriptions* pág. 233) acha inadmissível o emprêgo de *ici* na primeira geração, porque a descendência já era indicada pelo sufixo, mas que seria natural daí por diante. Avô — *Lupus*, Pai — *Lupicus*, Filho — *Lupicis* e a seguir todos os descendentes *Lupici* = Lopes.

pectivo proprietário ou a sua situação: *A val, Á de Godinho, Á do Galego, Á Conceição, Á Cruz, Á Eira, Á Estrada, Ao Fôjo, Ás Pereiras, Ó Rio Cris, Do Gordo, Demendaires, Além da Ponte, Atrás das-Casas, Entre-as-Eiras, Entrevais, Sorrego, Sogeira, Sotorre, Sueira.*

Nos nomes compostos, o primeiro, proveniente em geral da configuração e natureza do solo, formas de actividade principalmente trabalhos agrícolas, instituições sociais, é seguido de adjectivos que o qualificam e de nomes provenientes da flora, fauna, nomes de pessoas e de objectos vários.

Os sufixos empregados na sua derivação são, como para nomes de lugares habitados — *ada, al, ano, aria, ario, dor, douro, ento, eiro, il, oso, ão, eirão, alho, elos, eus, ulho.*

Apenas se encontra o sufixo — *engo* nos seguintes nomes: *Reguenga, Reguengo, Talho Riengo.*

Não se encontram os adjectivos em *tiana, niana, ana, (lhã, nhã, ã)* do que nos fala A. Sampaio, nem tão-pouco as denominações pessoais originadas em genitivos, que atrás se viram em nomes de várias povoações principalmente de origem germânica.

Quanto às causas que lhes deram origem, umas são de ordem puramente física e natural; noutras intervém o factor humano, i. é, as mesmas causas pouco mais ou menos, anteriormente enumeradas, ao tratar-se de nomes de locais habitados.

Assim há nomes provenientes de:

- a) Relêvo do terreno;
- b) Cursos de água e aproveitamentos hidráulicos;
- c) Natureza do solo;
- d) Flora;
- e) Fauna;
- f) Campos, unidades culturais; acção do homem sôbre a terra;
- g) Caminhos, pontes;
- h) Outras formas de actividade, indústrias, construções;

- i) Instituições sociais; hierarquia civil e religiosa;
- j) Nomes religiosos, culto de santos;
- l) Nomes de pessoas, profissões;
- m) Objectos vários.

E, finalmente, alguns, não muito numerosos de origem diferente, por vezes obscura, que não consegui determinar.

Na passagem para as matrizes, registam-se deformações provenientes da pronúncia popular que é preciso ter em conta. Encontrei, por exemplo, *Archosa*, que no local averigüei ser A Rechosa (de Rechão) <sup>(1)</sup>; Questeira, a Costeira; Baldurão, não muito distante de outro lugar, Val-de-Ouro e que deve ser Valdoeirão (confira-se com Valdoeiro, quinta muito conhecida ao lado da linha da Beira Alta, concelho da Mealhada) não falando da vulgar *Labueira*, por Lavoura ou Lavoira, *Couroal*, por Queiroal, *Meixial*, não de ameixa, mas de machial, terra inculta, etc.

a) Quanto aos provenientes de acidentes orográficos, ocupa o primeiro lugar o nome de *Vale*, só ou associado com outros nomes, em percentagem tão elevada relativamente à totalidade dos nomes que coligi, que não posso deixar de lhe fazer menção especial, enumerando por completo as 114 denominações em que êle é empregado, as quais compreendendo nomes de tôdas as outras classes a que me referi, caracterizam mais nitidamente que quaisquer outras a nomenclatura da região.

Assim, além do nome de Vale, empregado sete vezes isoladamente e dos seus derivados — Valdoeirão (Baldurão) Valinho, Valezinhos, Valongo, depararam-se-me:

Vale dos Aguços, da Amarela, do Amieiro, da Batalha,

---

(1) «*Rechão* significa uma planície ou campo entre terrenos declivosos ou no alto dêles. Formou-se de *re* e de *chão* (do latim *planus*). O que em alguns lugares se chama um *rechão* diz-se em outros também uma *chã*.»

J. Moreira, *Estudos da Língua Portuguesa*, I, pág. 200.

da Bêsta, do Bravo, do Brito, dos Cardos, do Carneiro, da Carriça, do Carro, do Carvalho, dos Carvalhos, da Corujeira, dos Chafroilos, do Chouriço, da Corça, da Costa, do Covo, Vale Deanteiro, do Diogo, da Eira (2) do Escaminho, do Encruzinho, do Espinho (2), Vale Festoso (2), da Fonte, Vale Forte, do Ferrão, Fraldigão, Vale do Gago, do Gato, Vale-grande, do Homem, de Janvaz, de João Ferreira, do Joeiro, do Lajedo, do Lobo (2), do Lourenço, da Madre, das Mantas, de Maria (2), de Maria Joana, de Micheres, do Minhoto (ave) do Moinho (2), de Nasce-Águas, do Ouro, da Lapa (2), das Paredes, da Pata, de Perdiz, das Perdizes, do Pico, do Pito, do Porco, Vale-do-Nabo, da Raposa, Vale-do-Rei, Vale-da-Relva, do Ribeiro, do Romeiro, da Rosa, de S. Domingos, do Salgueiro, do Sapo, do Simões, do Soeiro, Vale Tanaz (Atanásio), do Teixeira, da Telha, do Tortulho, da Trave, Travesso, Trilheiro, da Velha, Valverde (2), Vale-do-Vicente.

Depois do Vale, nesta classe, é Chão, com Chã, Chãs (3), Chães (2), Chãozinho (2) além de vocábulos da mesma origem — Achada, Chedeiro, Cheira, Cheus, o nome mais empregado.

Encontram-se 80 denominações em que entra chão, só ou combinado de formas análogas às que se viram em Vale (1).

Vem depois 38 Corgas, com Corgo, Corgal, Corguinho;

---

(1) Chão do Adro (2), de Além, do Amieiro, Baixo, do Baixo, da Barroca, da Bica (2), Bravio, do Cabo (2), do Caetano, da Cale, da Cancela, de Cima, do Concelho, dos Currais, do Corga (2), do Curto, Durásio, da Eira, da Fonte (4), de Fora, do Fundo do Lugar, do Gago, do Galhardo, Grande (2), do Gonçalo, do Guardiã, da Ladeira, Largo, Longo, do Mouro, das Nogueiras, do Pedreiro, do Pêgo, do Pereira, dos Píncaros, do Pinheiro (2), da Pomba, do Pombal, da Porta, do Pôrto, da Portela, das Pulgas, da Quinta, da Raposeira, do Rebêlo, Redondo (2), do Rêgo, dos Reis, do Ribeiro, do Rio (2), da Rocha, da Roseira, da Rufina, de S. Miguel, do Vale, do Vardio, Varanda, da Vela, do Videira, Videiro, Vila, da Vinha (2), do Vinho (2), da Viúva.

20 vezes o nome de Outeiro, 170 a Cova, com Covinha, Covêlo (13), o de Costa, com Costeira, Questeira; 12 Lombas, com Lombo, Lombaçais, Lombinho e por último menos vezes, empregados — Alto, Assentada, Baixa, Baixinho, Cabeço, Caramoços, Cramoiços, Cerros, Cobrança, Cobranças, Conchinha, Cómbaro, Combro, Cós, Cumes, Cumeeiras, Esporão, Faceira, Fojo, Furna, Fralda, Fraldigão, Gargantadas, Infesta, Ladeira (5), Ladeirão, Modorninha, Moroiso, Monte (3), Pena, Penedo, Picoto, Píncaros, Poiares, Quebrada, Quebradados, Rabo, Rachada, Ranha, Ribas (5), Ribanceira.

Pôrto tem na região as mesmas significações que o seu diminutivo Portela, significações a que alude Viterbo — porta, entrada, garganta do monte ou passagem de uma terra para outra, atravessando alguma eminência que serve de divisão.

É freqüente o seu emprêgo — Pôrto de Asnos, da Barca, de Cerejeira, do Couto, da Estrada, do Loureiro, do Paúl, de Santo, do Vale, Pôrto-Sêco, Portadada, Portelo, Portinho (3), Portela (10), Portelinha.

b) A água, desde que brota à superfície da terra até às correntes mais ou menos importantes que vai formando e os vários modos do seu aproveitamento dão lugar a numerosos topónimos.

Rio figura por vezes nos nomes do lugar simplesmente como apelativo tornado nome próprio para essa designação; outras vezes, e é o mais freqüente, associa-se o nome do sítio ao nome próprio do curso de água, atendendo-se à sua situação, a ser uma linha divisória e a outras circunstâncias, tais como, Rio Mau, Rio Espinhos, Ó Rio Cris, Além-do-Rio, Entre-os-Rios, Souto-do-Rio, etc.

Juntando os nomes de nascentes, cursos de água, suas utilizações, construções hidráulicas, encontramos — Açude, Água-quente, Nasce-Águas, Mãe-de-Água, Água alta, Alagoa, Augadinhas, Chafariz, Enxurro, Esteira, Gorgolão, Gorgolhão, Gorgolinho, Lago, Lagoa, Levada, Lobada, Misarela, Olharice, Olheiro, Olho-marinho, Pego (Chão do

Pego, Pego do Cêro, Pego Mourinho, Pego Longo, Pego de Ouro, Pego Redondo) Poça (3), Prêsa (8), Rêgo, Regueiras (6), Ribeira (10), Tanque, Veio do Moinho, Vela.

Pelo elevado número de vezes que se repete (43) destaca-se neste grupo o nome de Fonte, designando diversos sítios só, combinado com outros nomes, bem como os seus derivados — Fontainhas, Fontanheira, Fontão, Fontanha, Fontarinha.

c) A natureza do solo origina os seguintes nomes: Areal, Areeiro (7), Atoleiro, Barreiro, Cascão, Covas do Barro, Escolral, Lajes, Laja (4), Laijas, Lajedo, Lajeosa, Lapa, Lameiro (1), Lameiras, Lameiradas, Lamisqueiro, Lameirinho, Lameirão, Limeiro, Lanteira, Lenteirão, Lenteiro, Lôdo (lameiro do), Marchais (*Mercasium*, lugar úmido e pantanoso), Papa, Paúl, Lapa, Lousa, Piçarra, Pedra (2), Pedrinhas, Pedregal, Pedrolos, Sabrosa, Salão, Seixo, Seixinho, Seixosa, Silhas (5), Silhito, Silhão.

d) Os nomes de árvores, arbustos e outras espécies vegetais tornaram-se nomes de lugar, isolados e juntos a outros nomes, umas vezes na forma simples, outras, o que é mais freqüente, derivados por meio de sufixos que indicam a acção do homem — *ada*, v. g., no sentido de plantação; lugar onde essas plantas se encontram — *oso* ou *dão* uma idéia de conjunto, de aglomeração, como o já citado — *ada* e — *al*, — *êdo*, *eiro*, *io*, etc.

Há referência a árvores que quási desapareceram — o Teixo e o Freixo (Freixo — Tondela, Molelos, Freixieiro, Freixial, Freixeda, lugar na freguesia de Vilar).

A laranjeira, de que há hoje numerosos e afamados

(1) É de notar que *lameiro* emprega-se especificadamente na região para designar terras fundas, geralmente marginais, com água de limar para pastos e, no tempo próprio, para milho e outras sementeiras, quási no sentido de *regada*.

(2) Pedra Aguda (2), Alto da Pedra, Baixa da Pedra, Pedras Borrallas, Chã, do Cabo, do Ervedal, da Escadinha, Má, da Nogueira, Pedras Negras, da Vista.

pomares no Vale-de-Besteiros, só dá o nome a um moinho em Molelos — moinho da Laranjeira e propriamente no Vale-de-Besteiros, só vemos — *Laranjal*, *Castelões* e *Belga do Laranjal*, Santiago o que mostra que a introdução da laranjeira na região é relativamente recente, facto aliás comprovado pelas informações paroquiais do século XVIII.

Não há sítio algum a que dêem nome de árvores de importação recente, como o eucalipto que já hoje ocupa vastas áreas e se vê por toda a parte.

Os soutos de carvalhos e castanheiros, mormente destes últimos, vão rareando; todavia encontram-se 23 soutos, 9 vezes o nome de Castanheiro — Castanheiro, Castanheirinho, Castinceira, Castanheiros Queimados, Moinho Lameiro e Regada do Castanheiro; 11 vezes, o de Carvalho, quatro avulso — Carvalhos, Carvalha, Carvalheira, Vale da Carvalheira, Carvalhinhos, Carvalhedo.

Olivais, 22; 3 vezes o nome de Pinheiro e 15, o de Pinhal.

Como é elucidativa, não deixarei de fazer a enumeração das restantes espécies vegetais e dos nomes que com elas se relacionam: Abrunheiro, Agrões, Amieiro (5), Amoreira (2), Aveia, Aveleira, Baganha, Bagulho, Cardo, Cardagial, Cardoso, Cardeiros, Carregal (6), Carregueiro, Carqueijal (2), Cerdeira, Cerejeira, Cerejeiras-Novas, Cerejeirinha, Codesso, Codessal, Codassal, Codessais, Codorninhos, Conguedo, Coural, por queiroal, Ervedal, Ervideiras, Espadanal, Espinho, Espinheira, Espinheiro, Estevas, Felgueira (2), Felgueiras, Felgoa, Feital, Festais (2), Festeira, Friteiro, Fistoso, Função, Gestal (2), Giestal, Gestas, Gestoso, Gestosa, Juncal (3), Juncosa, Lastoso, Lesteiro (Lestras?), Lentisco, Terra do Linho, Linhares, Linhosas, Loureiro (4), Louriceira, Macieira, Macieirinha, Maias, Marmeleiro, Meal, Micheres, Murtinheira, Nabos, Nespereira, Nogueira, Nogueirinha, Orgueira, Painço, Painçais, Panascosa, Penisco, Pereira (10), Pereiras (3), Pereiro (4), Pereirinho, Eirados, Pêssegos, Ramalhal, Rameiro, Ramalhete, Relva, Relvinha, Relvão, Romeira, Rosa Roseira, Rosmanihal, Sabugosa, Salgueiro, Salgueirinho, Salgueiral,

Salreiros, Silvã, Tojais, Tojeira, Tojosa, Torgas, Tortulho, Videira, Viola, Zambujeiro.

e) Dos nomes provenientes da fauna pode dizer-se o mesmo que dos nomes da flora.

Encontram-se a designar sítios, nomes de animais, só por si, ou derivados pelos mesmos sufixos; as mais das vezes porém associados a outros nomes, como vale, campo, chão, etc.

Há um nome de animal — *Corço, Corça, Vale da Corça*, que desapareceu por completo da região; não se encontra nenhum nome relacionado com *urso*, como sucede noutras regiões e o porco, certamente porco bravo, só duas vezes aparece mencionado: Fonte do Porco, Vale do Porco.

Os nomes desta classe são os seguintes: Abelhal, Abe-lheiro, Colmeosa, Asnos, Carneiro, Carrapato, Carriça, Coe-lho, Coelheira (2), Cordeirinhos, Corvo, Corval, Corveira, Crujeira (Corujeira) (1), Cucos, Estorninho, Formiga, For-migueiro, Galo, Galinheiro, Galinha, Gato, Gavião, Grilo, Lavandeira Lobo (3), Minhoto, Minhoteira, Morcego, Noi-tibós, Pata, Pataneiro, Pêga, Perdiz, Pisco, Pito, Pomba, Pombal, Pulgas, Raposa (7), Raposeira (8), Raposo, Ralo, Rato, Sapo, Sardão, Teixugueira, Trena.

f) Passo agora aos nomes provindos da cultura da terra, juntando a êstes os de extensões incultas e redu-zidas a mato bravo. Incluo também neste grupo os nomes derivados da situação das propriedades.

Aqui, como em grande parte do país, a quinta é o tipo completo da exploração agrícola, composta de ínsuas ou de terras fundas, com água de regar e limar, outras terras de sementeira, hortas e pomares, olivais, vinhas, pinhais e tes-tadas de monte. É mais vulgar, porém, casas de lavoura, mesmo abastadas, serem formadas de sub-unidades cultu-raes dispersas.

---

(1) Cf. o que atrás se disse sobre Corujeira, lugar da fre-guesia da Lageosa.

Os nomes a seguir de diversos tipos de exploração agrícola mostram o regime agrário dominante.

Só enumero os apelativos, omitindo por brevidade as denominações completas, de formação em tudo análoga às precedentemente citadas. Os números apostos aos nomes, indicam o número de vezes que se encontram repetidos na matriz.

Quintas<sup>(1)</sup> (23); Quintais (5), Vinhas (53); Bacelos (10), Lameiros (36); Hortas (28), Pomares (14); Leiras (26); Regadas (26); Prados (23); Terras (22); e Passais (6) terras anexas às residências paroquiais.

Nomes formados com o sufixo de acção — *ada*: Cavada, Derrabada, Escarmoisada, Esmoitada, Lavrada, Malhada, Pladada, Pousada, Regada, Roçadas, Vessada.

Outros nomes de terras cultas — Alqueive, Alcabinhas, Amantéus, Arroiteia, Cavadão, Cavadona, Cêrca, Cerrado, Colmeiras, Corte, Curto, Cortinhal (5), Cortinhais (5), Cortinheira, Faceira, Feijoal, Latada, Mantas, Parceria, Praçaria, Patarrêco, Patarrêgo, Pedacos, Pousas (4 feixes de pão ceifado), Pousadas, Pouso, Revolta, Rolheiros, Rompida, Seara, Sebes, Talho, Terreirinho, Terreiro, Terroal, Tôrno (4), Tornadas, Várzea, Varziela, Viveiro.

Terrenos incultos: Bouça, Charneca, Gandra, Gandarina, Longras (3), Longarina (3), Machial, Meixial, Tijosa, Tojosa, Tojais (7), Tojeira, Mata (6), Matinha, Moita, Moitadas, Moitedo, Pousio.

Situação: Alcouço, Cabo de Aldeia, Cantinho, Ao cimo do Poço, Eira de Além, Encravada, Extremadoura, Extremas, Monte-Meão, Pé-do-Bico, Recanho, Recanto, Testada, Travêso, Soalheiro.

*g)* Os nomes de caminhos aparecem nas matrizes quási sempre a indicar a situação de prédios, que muitas

---

(<sup>1</sup>) Não se encontra Quintã, nome tantas vezes empregado no Censo de 1527.

vezes são designados só pelo nome do caminho que os serve ou lhes está contíguo.

Não é raro encontrar terras de cultivo simplesmente denominadas Carril, Corredeira, À Estrada, Cabo das Quelhas, Cimo-das-Quelhas, etc.; outras vezes porém o nome de caminho vem junto a outros, como Souto do Carreiro, Pôrto da Estrada.

De uma maneira ou de outra, encontram-se êstes nomes:

Andavia, Carivelho (Carril-Velho), Carreiro (2), Carreirinha, Carril (2), Corredeira (3), Encarreirada, Estrada (3), Passagem, Passaige, Quelha (4), Quelhinhas, Ramal, Rua, Senda, Travessa, Trilheira, Cruz, a indicar intersecção (Cruz da Lama, Tondela), Forçadas (Castelões), bifurcação de caminhos. Aos nomes de caminhos ligam-se os nomes de Pontes, sós ou combinados com outros — da Eira, da Tabuaça, Ponte Velha, Eira da Ponte, Pomar da Ponte, Regada da Ponte, Pontinha, Ponchaneira.

h) A nomear sítios encontram-se nomes de construções civis ou religiosas, que muitas vezes desapareceram, deixando apenas como vestígios o seu nome; outras vezes subsistem e com mais individuação os caracterizam: Adega (Vinha da Adega, v. g.), Arca, Azenha (3), Casa (Casa Martinha, Casa da Lela, Casa da Raposa), Casarão, Caselho, Casinha, Castêlho, Castelo (2), Catraia, Cêrca, Cêrco, Cozinha, Eira, Fôrno, Fornos (da Velha), Lagar, Paço, Parede, Paredes, Paredinha, Passadiço (Casa do) Pombal (3), Porta (Chão da Porta, Porta do Carro, Vinha da Porta), Portais, Telhado, Tôrre; de carácter religioso — Almas, Cruz (7), Cruzeiro (4), Capela Velha, Igreja (4), Mosteiro (2), Adro do Espírito-Santo, Adro Velho.

Pertence a esta classe um nome de construção que denota uma das indústrias mais antigas, necessárias e por isso mais largamente representada na toponímia — a da moagem do pão. Não tem outra origem o nome da freguesia — Molelos (*Molnelos*, em documentos do século XII).

Encontra-se cinco vezes o nome de Azenha e vinte-e-cinco vezes o de Moinho, só ou com vários determinativos

— Moinho da Aveia, da Costa, Cimeiro, do Castanheiro, da Feira, da Lomba, da Laranjeira, do Tamancas, etc.

Nas indústrias que utilizam o moinho figura a do *pisão*, que prepara os panos, hoje desaparecida, mas que deixou indícios em vários sítios assim denominados: 2 em Castelões, 1 em Santiago.

A respeito dos nomes provenientes de indústrias e outras formas de actividade, incluindo os nomes de quem as exerce, é curioso notar como êles têm relativamente tão diminuta representação na onomástica local, o que denota que a terra, as suas produções, os trabalhos agrícolas foram sempre a ocupação absorvente e quasi exclusiva do povo da região.

A olaria é uma indústria multi-secular e que ocupa numerosos braços — a louça preta de Molelos é conhecida em todo o país; pois, concernentes a esta indústria, apenas se podem citar três nomes: Cova do Barro, Peço do Barro, Fornos da Telha. É claro que a condiciona a abundância da argila, mas não se pode dizer que os nomes comuns *barro*, *barreiro* e outros desta família tão difundidos na região se liguem directamente com existência desta indústria.

De outras indústrias rudimentares e de pessoas que as exercem poucos nomes se encontram. Citarei apenas Cova do Carvão, com que porventura se poderá relacionar Cabeço da Ucha, queimada, que lembra outros nomes existentes — Rasquinho, o mesmo que rasquido, Borrallas, Borrallais, Borrallheira; Cabeço do Ferro, Ferreirinho, Pedreira, Chão do Pedreiro, Pelame (2), Plame, Peliteiro, Parrameira, Regada da Sapateira, Teceloa, Carniceira, Cangueirão (alcunha) (?), Coradoiro, Lavadoiro, Malhapoa, e nada mais.

*i)* Nas matrizes, os nomes de sítios em que se reflecte a vida colectiva, a organização social, instituições, a hierarquia civil e religiosa, não são muito numerosos.

Alguns dêles demandariam explicações fornecidas pela história local, que transcenderiam os limites que me impus nestas ligeiras notas, por isso limitar-me-ei a pouco mais do que a uma mera enumeração.

Assim, em Tondela, a *Enforcadiça*, pela forma da palavra, sita no alto do Pendão, que domina a vila, indicaria porventura o sítio destinado a execuções capitais; a pouco mais de um quilómetro, *Castelo*, no Carvalhal, seria a residência senhorial de D. Amberto, ao qual *et uxori domne Ousende* foi dada por D. Afonso III *una hereditate q̄ habuimus in termino de Balistariis que vocatur Carvalial* (Chancelaria de D. Afonso III, L.º 3.º) (1), mas êste exame levar-nos-ia longe. Registo apenas êstes nomes; Bandeira, Curral do Concelho, Vinha do Concelho, Coracizes, Couso, Couto, Vale da Fôrca, Paradela, Paranho, Reguenga, Roda (de expostos) (2), Sotorre, Sogeira, Alferes, Bispos, Cavaleiro, Várzea da Dona, Boa-Madre, Fidalga, Infante, Rainha, Pinhal do Rei, Vale do Rei.

j) Em nomes de carácter místico e religioso e provenientes de culto de santos, vêem-se:

Almas, Cruz (8), Cruzeiro (4), Adro do Espírito-Santo, Bom Nome (talvez num sentido místico), Senhor da Corga, Tapada do Senhor, Senhora da Piedade, Santinhos Santa Ana, Santo Amaro, Santo António, S. Cornélio, S. Domingos, Santa Eufémia, S. Macário, S. Martinho, S. Miguel, S. Pedro, Santiago, S. Tomé.

l) Nos antropónimos, tornados nomes locativos ou que entram na formação dêstes nomes, devemos distinguir os arcaicos, caídos em desuso, dos nomes, apelidos e alcunhas, hoje de uso corrente. Êstes últimos, quando não isolados, ligam-se a nomes de prédios, indicando o seu possuidor. Os antigos, cuja origem e significação o povo desconhece, encontram-se as mais das vezes usados só por si, como se vê nestes casos:

Agontinha, Gatão, Janvaz, Pêlorenço (Pêro Lourenço) (?) Sameiro (nas Inquirições, 1258 — *Zameiro*, da Ordem do Hospital), Mendacha, Mendaires, Caparrosinha, Casal Dasco.

(1) Vide, pág 97, *Instituto*, vol. 105.º

Nos primeiros, muitas vezes, nomes comuns leva-nos a assinalar a sua proveniência de antropónimos o emprêgo da preposição ou do artigo; assim — Regada do Penalva, Chão dos Reis, Os Pereiras, etc. (1).

m) Finalmente, nomes de objectos vários: Aguços, Cabeço da Certã, Vale do Couriço, Cilha (?), Contenças, Cubos, Fole, Gaiola, Joeiro, Jôgo da Bola, Lanças, Mós (2), Mogo (Pedra do), Mogano, Nago, Pedra Fitada, Perafita, Pedrão, Pedrões, Pendão, Pêso, Pomar da Pia, Pinchos, Pipa, Rebote, Rodelas, Rodelho, Rodouço, Silhas (Pedras), Vasilha.

No que acabo de expor, pouco mais fiz do que agrupar e registar nomes. Ainda assim incompletas e imperfeitas, estas notas deixam-nos entrever o rico e vasto campo de investigação, que sôbre o assunto fica aberto aos eruditos e estudiosos, não só sob o aspecto meramente filológico, mas também pela contribuição que pode fornecer a problemas de ordem geográfica, histórica e etnológica. Estudando a origem, antiguidade, difusão, freqüência dêstes têrmos e a forma dialectal que revestem, podem fazer-se interessantes observações sôbre a fixação e distribuição da população, produções naturais, aproveitamento do solo, constituição da propriedade, instituições sociais, etc. Porém os elementos fornecidos por esta secção da onomástica só adquirem verdadeiro valor, como já disse tratando de povoações, se não nos confinarmos numa determinada região e tivermos a pos-

---

(1) Nomes, apelidos e alcunhas: Abrantes, Agostinho, Alvarinho, Alvelos, Amarais, Cova do Bento (Vento) (?), Carmo, Conceição, Constança, Diogo, Felícia, Fernão João, Ferrão, Figueiredo, Franco, Gabriel, Gago, Galego, Galhardo, Godinho, Gonçalo, Gonçalves, O Gordo, Henriques, Homem, Infante, Jacinto, Joana Diz, João Ferreira, Malheiro, Maria, Marques, Martinha, Melo, Miranda, Moça, Mutrangão, Pacheca, do Paz, os Pereiras, Pimenta, Plício, Tapada do Ramilo (Ramiro), Rabêlo, Ramos, Rangel, Rufina, Ruiva, Sebastião, Silva, Simões, Sousa, Vicente, Viegas, Viúva.

sibilidade de fazer um estudo comparativo que englobe as diferentes zonas do país dispondo de uma considerável massa de nomes devidamente alfabetados, o que só poderá conseguir-se por intervenção das estações oficiais.

O que eu fiz em relação ao concelho de Tondela, e o que outros, certamente com mais proveito e com mais competência, têm feito em relação a outros concelhos, era fácil realizá-lo por uma ordem dada nesse sentido pelo Ministério das Finanças às diferentes repartições concelhias.

A importância dêste abundantíssimo manancial onomástico já a tinha assinalado o eminente propulsor da filologia portuguesa, o saudosíssimo Dr. Leite de Vasconcelos. «Quando vou a uma vila, declara num dos seus *Opúsculos*, é meu costume, sempre que posso, copiar nas matrizes prediais das Repartições de Fazenda nomes de sítios».

«Pena é que não estejam recolhidos sistemáticamente — diz o Dr. Joseph Piel na introdução do seu valioso estudo tantas vezes citado — *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*. E acrescenta «O Ministério das Finanças prestaria um serviço inestimável à filologia portuguesa se mandasse recolher nas diferentes repartições de finanças das sedes do concelho a lista alfabética dos nomes de lugares que se encontram nas matrizes».

\*

Com estas breves notas sôbre sítios não habitados e com o voto por que as remato, ponho ponto neste estudo.

Monografias dêste género, como já notei num trabalho análogo que publiquei sôbre Coimbra e arredores, baseadas no conhecimento directo da região, das suas particularidades fisiográficas, da sua história e tradições, da vida, costumes e formas de actividade dos seus habitantes, condições agrológicas do solo e regime da propriedade, não são desprovidas de interêsse, pois constituem o preliminar indispensável para

a obra de maior vulto, de carácter geral e sintético, que ainda está por elaborar em relação ao nosso país neste capítulo tão interessante da Onomatologia. E termino, repetindo o que disse na pequena obra acima referida — «que a boa vontade de acertar e o interêsse apaixonado por tão atraentes investigações, até certo ponto desculpem as faltas e imperfeições que as pessoas especializadas nestes estudos e por isso mesmo indulgentes, encontrarem no meu modesto trabalho.

LISTA ALFABÉTICA DOS NOMES DE *POVOAÇÕES*  
MENCIONADOS NESTE ESTUDO

- |                           |                         |
|---------------------------|-------------------------|
| Abóbada, 102              | Canas de Sabugosa, 113  |
| Adiça, 119                | Caparrosa, 90           |
| Alcoba, 98                | Caparrosinha, 91        |
| Alcouce, 115, 122         | Caramulo, 98            |
| Aldeia, 107               | Carregueiro, 107        |
| Àlem-do-Ribeiro, 122      | Carvalho de Mouraz, 119 |
| Almejofa, 101             | »    da Mulher, 105     |
| Alvarim, 123              | »    Sandeu, 78         |
| Almofala, 101             | Carvalhinho, 100        |
| Anaia, 113                | Casaínho, 113           |
| Arnosa, 97                | Casal, 84, 107, 115     |
| Arrifana, 86              | »    Dasco, 88          |
| Bairro da Estação, 119    | »    de Baixo, 107      |
| Bairro Novo, 106          | »    de Cima, 107       |
| Barreiro, 97              | »    de Maças, 88       |
| Barrô, 88                 | »    de Tonda, 117      |
| Barrocal, 88              | »    do Rei, 113        |
| Batôco, 86                | »    Novo, 84           |
| Belazeima, 101            | Caselho, 100, 103       |
| Beléria, 84               | Castelo, 103            |
| Besteiros, (Campo de), 85 | Castelões, 93           |
| Boa-Aldeia, 92            | Ceidão, 100             |
| Boi, 105                  | Chancela, 124           |
| Borrhalhal, 96            | Coelhoso, 95            |
| Botulho, 83               | Colmieiras, 79          |
| Braçal, 104               | Cornias, 92             |
| Cadraço, 99               | Corte, 86               |
| Caldas de Sangemil, 116   | Cortiçada, 95           |
| Campo de Besteiros, 85    | Corujeiro, 116          |

- Corveira, 97  
 Costa, 95  
 Couço, 119  
 Covelo, 117  
 Cunha, 117  
 Daires, 103  
 Dardavaz, 123  
 Demenderes, 103  
 Devaguinha, 112  
 Dilhalva, 124  
 Dornas, 102  
 Eiras, 96  
 Ermida, 78  
 Estação, 79  
   » do Caminho de Ferro,  
   112  
 Falerca, 96  
 Feira, 79  
 Feitais, 124  
 Fermentelos, 86  
 Ferreirós do Dão, 121  
 Fial, 112  
 Figueiral, 96  
 Fontainhas, 96  
 Fraga, 105  
 Fráguas, 108  
 Frei Moninho, 105  
 Freixeda, 108  
 Fundo da Aldeia, 87  
 Furadouro, 116  
 Gándara, 122  
 Gonta, (Parada de), 112  
 Guardão, 99  
 Janardo, 100  
 Jueus, 87  
 Laceiras, 100  
 Ladeira, 96  
 Laje, 117  
 Lajeosa, 115  
 Lapa, 122  
 Lapadega, 122  
 Linheiro, 96  
 Litrela, 89  
 Lobão, 114  
 Lomba, 79  
 Lourosa, 89  
 Malhapão de Baixo, 105  
   » de Cima, 105  
 Mançores, 102  
 Marrocos, 81  
 Marruge, 97  
 Mata, 84  
 Matadegas, 103  
 Molelinhos, 83  
 Molelos, 79  
 Mosteirinho, 104  
 Mosteiro de Fráguas, 108  
 Mouraz, 118  
 Múceres, 95  
 Muna, 89  
 Naia, 113  
 Nandufe, 105  
 Outeiro, 96  
   » de Nandufe, 106  
   » de Tonda, 117  
 Outeiros, 124  
 Paço de Molelos, 84  
 Parada de Gonta, 112  
 Paranho, 91  
 Paredes, 100  
 Paz, 84  
 Pedra da Vista, 84  
 Pedronhe, 89  
 Pego-Negro, 97  
 Penedo, 116  
 Ponte, 71  
 Portela, 87, 89  
 Portelada, 89  
 Portodínho, 111  
 Pousadas, 97  
 Pôvo, 122  
 Póvoa, 77, 107  
   » de Alagoa, 107  
   » do Arcediago, 113  
   » de Baixo, 119  
   » da Catarina, 112  
   » de Lobo, 105  
   » do Meio, 119

- Póvoa do Rodrigo Alves, 117  
    » da Sardinha, 124  
Quintal, 95  
Quintãs, 84  
Raposeira, 122  
Rebello, 100  
Rebordosa, 122  
Ribeira, 122  
    » do Souto  
Ribeiro, 96, 110  
Redonho, 87  
Rojão, 122  
Sabugosa, 112  
Saldonas, 119  
Salgueiral, 116  
Sameiro, 109  
Sangemil, (Caldas de), 116  
Santa Eulália de Besteiros, 85  
Santa Ovaia de Baixo, 114  
    » de Cima, 114  
Santiago de Besteiros, 88  
Santo Aleixo, 113  
Santo Amaro, 117  
São João do Monte, 101  
São Miguel de Outeiro, 111  
Seixo, 87  
Silvã, 84  
Silvares, 105  
Souto, 96, 104  
Souto-Bom, 91  
Tapada, 106  
Teixo, 104  
Teomil, 116  
Tojal do Moinho, 114  
Tojosa, 97  
Tonda, 117  
Tondela, 75  
Tourigo, 97  
Vale, 97  
Valedasna, 104  
Vale de Lobo, 104  
    » do Porco, 97  
Valeiroso, 104  
Vales, 96  
Valverde, 114  
Varzea de Cavalos, 115  
    » de Homem, 124  
Vela, 83  
Venda, 108  
Vila, 101  
    » Jusã, 115  
    » Nova da Rainha, 121  
    » de Tonda, 117  
    » do Rei, 96  
Vilar de Besteiros, 107  
Vinhai, 116

## AFINIDADES ENTRE LAS LENGUAS PORTUGUESA Y CATALANA

Suele considerarse a Portugal como un país esencialmente marítimo, atlántico: sus costas, sus navíos y sus hombres de mar así lo acreditan. Los descubrimientos y conquistas que realizaron los portugueses, llevando a los más apartados confines, la Cruz y su espada, han señalado el destino de esta nación, creando indeleblemente su personalidad y situándola entre los países que más contribuyeron a la civilización cristiana. Motivos son estos que explican y justifican sobradamente su ser y razón de ser. Bien puede asegurarse que Portugal es el territorio europeo extravertido por excelencia. Incluso la civilización de tipo continental frecuentemente le llega primero por sus playas que por el interior, produciéndose así una competencia hegemónica entre los habitantes de los puertos (antes muchos más numerosos y además pasos obligados del tráfico naval de Europa) y los de las viejas ciudades interiores. Los intereses de su burguesía marítima y comercial, profundamente cosmopolita, fueron antagónicos con los de aquellos últimos; pero triunfaron los hombres del mar sobre los de tierra adentro y se marcó definitivamente, de esta manera, el camino que había de seguir Portugal en el mundo.

La influencia cultural europea recibida por el mar es análoga a la que desde tiempos remotísimos pesaba sobre el Levante de nuestra Península. Veía-se pues toda España sometida a dos civilizaciones: interior y autóctona la una; la otra periférica y extranjerizante. Se debe a esto, sin duda, el que las lenguas habladas en el oriente y poniente

ibéricos tengan características comunes que no se encuentran en el español; más rebelde y progresivo, dispuesto siempre a introducir sonidos que antes no existían o bien que provenían del latín, extendiéndolos y difundiéndolos, al paso de sus conquistas, por la mayor parte de las tierras peninsulares. Mas no consiguió modificar el habla de las dos citadas regiones, que estaban sometidas a una influencia de Francia, paralela y casi semejante, durante este primer periodo de formación, influencia política y cultural que tanto ha repercutido en la arquitectura de las lenguas hispánicas.

Nos hemos fijado en el portugués y en el catalán por la similitud fonética y morfológica que guardan, y por qué son los dos, con el castellano, dejando aparte el misterioso *euskaro*, los únicos que tienen categoría lingüística. Quisiéramos aquí señalar, muy brevemente, algunos casos de esta sorprendente analogía, lo mismo que otros en que igual palabra de raíz latina, sigue diferentes rumbos al modernizarse.

Nuestro criterio y procedimiento resulta en gran parte aplicable al gallego, que si en un principio (Galicia fué mucho antes liberada de los árabes que Portugal) poseía un romance relativamente mas desarrollado, se dejó posteriormente influir por el portugués, más que por los dialectos usuales en Leon, Asturias y Castilla, de los que durante un largo periodo se mantuvo aislada.

Sabido es que los visigodos llegaron a la Península completamente romanizados, tras larga convivencia con la civilización latina: sus fuerzas incluso sirvieron de tropas auxiliares del Imperio. No obstante la cultura germánica era más superficial que profunda y hubo de afianzarse notablemente al ponerse en contacto con los elementos indígenas hispano-romanos. El año 589 se llega a una completa identificación entre tan dispares elementos, al abjurar Recaredo el arrianismo ante el III Concilio de Toledo.

Esta raza mixta, en la que predominaba en calidad de elemento esencial el pueblo hispano romano, se valió como

medio de expresión del latín escolástico: él fué la lengua oficial de la Corte y de los hombres de ciencia. Las personas de cultura media debían de hablar un bajo latín muy romanceado, y un llano romance sería lo mas generalizado en la intimidad y en todas las classes sociales. Su léxico y su exacta naturaleza gramatical apenas si nos son conocidos por carecer de testimonios literarios coetaneos. Lo que si parece seguro es que no tenía los rasgos esenciales del castellano, y sí, en cambio, muchos de los distintivos del portugués, del gallego y del antiguo leonés en Occidente, así como en Levante del aragonés, del valenciano y del catalán.

La causa de tan curiosa semejanza ha sido atribuida, de um modo exclusivo, a una pervivencia de la continuidad lingüística visigótica: el mismo romance sirvió entonces con seguridad para toda la Península. Alguien, (no muy acertado a nuestro juicio), atribuye este fenómeno a la irradiación cultural del Toledo metropolitano sobre el resto de la España, no conquistada aún por los herederos y sucesores de Pelayo; otorgan así una menor antigüedad originaria a esta comunidad de voces semejantes. Nos sentimos inclinados a aprobar el primer criterio, admitiendo luego cierta continuidad filológica entre ambos extremos periféricos peninsulares, que se prolonga hasta los mismos tiempos modernos, pero sin el foco irradiador de Toledo.

Opinamos, en cambio, que fué casi siempre Francia la que desempeñó esta misión decisiva, ya que mantuvo en todo tiempo con Portugal y con Cataluña, las relaciones marítimo-comerciales más arriba indicadas: Nadie ignora como los condes de Barcelona, tributarios de la nación vecina o independientes, buscaron de continuo el apoyo de los reyes franceses para combatir y rechazar a la morisma.

La otra razón importante que han tenido las dos lenguas para mantener su tendencia conservadora de formas tradicionales, se debe a una reacción natural y espontanea ante el impulso biológicamente asimilador del castellano. No encontró éste en su expansión más que dos nucleos

serios de resistencia: uno oriental catalán-valenciano y otro en occidente constituido por el gallego-portugués. Quizá era y es de los dos el gallego-portugués el más apegado al común origen latino. Recordemos su tenacidad en respetar el diptongo *ei*, procedente del latín *ai*, cuando en el castellano y aún en el catalán, se tarda poco en resolverlo en *e*: Del lat. *laicu* > *leigo* (forma intermedia portuguesa) y *lego* en castellano. De la misma forma en el siglo XIII se decía en las costas de Levante *çabatair, febreiro*, designando lo que hoy en portugués se dice *sapateiro, febreiro*. En la toponimia portuguesa se hallan multitud de nombres que siguen esto: Junqueira puede servir de muestra. En Granada, al llegar los Reyes Católicos, se conservaba todavía la primitiva pronunciación mozárabe *ai*, aún hoy día la guardan los árabes en vocablos de remoto origen peninsular.

Al sobrevenir la invasión mahometana (711) las ciudades romano-godas más importantes como Mérida, Toledo, Tarraco, etc... quedaron sometidas a la influencia árabe durante cuatro o cinco siglos. La opinión antigua suponía que la romanidad desapareció rápidamente de la Península, pero los filólogos modernos aducen ejemplos y razonamientos que sacan a luz algo de lo que, pese a tan largo dominio, se conservó de los primitivos romances.

Los mozárabes más cultos hablaban indistintamente la lengua de los invasores y la propia, que al pasar el tiempo se fué modificando y aproximando a la primera.

Después de rendirse Toledo a los Califas un desaliento general parece apoderarse de toda la Península. Los mismos cristianos aceptan en muchos lugares las costumbres de sus dominadores y desde luego bastantes elementos de su civilización; llega un momento en que la voz *spani* sirve para designar exclusivamente a los mozárabes. Entonces Almanzor aparece en el escenario histórico y su genio político y militar parece que va decidir el resultado final de la Reconquista: sus huestes llegan hasta el mismo Santiago de Compostela (997), capital espiritual de la España cristiana.

Con el mozárabe Sisenando, originario de Coimbra, se nos presenta una muestra de la falta de solidaridad racial de aquella época, pues combate a sus hermanos de religión a las órdenes del Rey moro de Sevilla; hasta que recibido luego en la Corte de Fernando I de Castilla, ayuda a éste en la reconquista de Portugal. Coimbra en 1064 les abre sus puertas y lo mismo aquí, que en todas las ciudades los reconquistadores, son ayudados en gran manera por los mozárabes.

A partir del año 1090 empiezan las invasiones de las razas africanas: los almoravides primero, más tarde los almohades y benimerines. Todos ellos se caracterizan por su bárbaro fanatismo; la convivencia con los cristianos sometidos se hace más difícil y son cada vez más frecuentes las persecuciones y deportaciones en masa, como principio político.

A fines del siglo XI ocurre también la reforma cluniacense, restauradora del latín escolástico en toda la cristiandad. Como consecuencia de ella los romances se estacionan en su natural evolución e incluso llegan a retrotraerse algunos fenómenos lingüísticos. Pero esto es sólo un momento y pronto Castilla dá categoría literaria a su lengua y la difunde por amplios y lejanos territorios conquistados.

Cuando el Conde de Portugal Enrique de Borgoña toma posesión de sus tierras, los monjes cluniacenses le acompañan y gozan de su favor. La tendencia arcaizante del portugués es fácilmente compatible con la restauración erudita del latín. Mas al surgir la idea nacionalista, es natural que los lusitanos prefiriesen su lengua a cualquier otra y que se precaviesen contra el castellano, en cuya influencia y gran poder asimilador veían un futuro enemigo. Por eso desde luego, rechazan sistemáticamente las formas léxicas características del mismo.

Gobernaba Enrique desde las inmediaciones del Vouga hasta el Minho, mientras que su primo y cuñado Raimundo regia toda la parte occidental que limitaba el Tajo. Muerto Alfonso VI y heredado el reino por su hija doña Urraca,

el borgoñón ve que el momento es propicio para alcanzar la independencia y hace todo lo posible por asentar los fundamentos de ella, si bien hasta su sucesor Alfonso Enriquez no logra ser completa, al conseguir del pontífice, tras la batalla de Ourique, el definitivo reconocimiento de la nacionalidad.

No alcanzó pues al idioma portugués ningún reflejo del romance español, desarrollado en gran parte contra la corriente de Cluni, apartándose más y más del primitivo romance visigodo de que surgió. El latín y el francés tuvieron por el contrario una honda influencia en la lengua lusitana.

Con mayor claridad aún se ve la influencia de los francos en la región del Noroeste. Los ejércitos de Carlomagno se batieron al lado de los naturales en la conquista de Gerona (785). Bajo sus auspicios se funda la Marca Hispánica, satélite del Imperio transpirinaico. Ludovico Pío continúa la reconquista, ocupando en el año 811 Barcelona. Wilfredo el Velloso (898) es el primer conde independiente de los francos. Al caer la ciudad condal, vencido el siglo x, en manos de Almanzor, los franceses ayudan a recuperarla y restaurarla. No dejan de intervenir todos los condes en la política de los califas y en cuantas ocasiones se les ofrece en la Provenza. La promulgación a mediados del siglo xi de los «*Usatges*» por Ramón Berenguer el Viejo, demuestra el desarrollo que había alcanzado la lengua catalana. Alfonso II de Aragón y I de Barcelona, reúne el gobierno de los dos países y el de las tierras provenzales. La política es cada vez más de aproximación a Navarra y contraria a la incipiente influencia de Castilla. Su hijo Pedro interviene constantemente en los asuntos de más allá de los Pirineos, ejercitando los derechos que como señor de la Galia meridional le correspondían. Trata de anexionarse con este pretexto las regiones más fértiles de Francia. Muere en 1213, cuando los romances tienen ya cierta mayoría de edad y se escriben con frecuencia, tratando de suplantar al latín.

Expuestas someramente estas razones de tipo histórico que abonan nuestra tesis, vamos a señalar algunas de las fundamentales características existentes entre el portugués y el catalán frente al castellano. Conviene tener siempre en cuenta, como ya hemos indicado, la índole esencialmente evolutiva y transformadora de esta lengua, cada vez más apartada de la originaria estirpe latina.

Por lo pronto la *f* inicial que empieza a desaparecer o a reemplazarse por *h* en las regiones próximas al País Vasco y en época imprecisa (¿durante la romanización?), se conserva en los idiomas que tratamos de comparar. Las personas doctas rechazaron el anterior fenómeno como un vulgarismo peligroso y por ellas se conserva la *f* de una manera general en la lengua escrita de Castilla hasta el siglo xv. Recordemos el *Laberinto* de Juan de Mena: «por dos deshonestas *feridas* llagado». Poco tiempo después ya dice Jorge Manrique: «Ya con el *Hijo* de Dios / para subirnos al cielo / descendió». La generalidad de los romances coinciden en conservar esta *f*, no sólo en Portugal sino desde su N. E. hasta Oviedo. En Cataluña y fuera de ella abarca una zona comprendida entre el Sur de Valencia y Jaca. Así se dice respectivamente en latín, portugués y catalán: *factum, facto, fet; fundus, fundo, fondo; y filum, fio, fil, etc....* Por rara excepción transpasa la *h* española la frontera política portuguesa en: *faetibundus, hediondo*; la palabra catalana busca en este caso otra raíz; *corrumpit*. Únicamente la lengua de Castilla conserva la *f* ante su diptongación peculiar: *Fonte > fuente, forte > fuerte*.

Otra característica es la no diptongación de las vocales tónicas, diptongación que inicia el castellano hacia el siglo x. En el Sur de la Galia, en Tarraco ni en Lusitania se siguen las diferentes clases de diptongación que desenvuelven en el resto de España hasta fijar las formas *ue, ie* en lugar de las de *o* y *e* breves latinas. Más tarde, en los primeros siglos de la Reconquista, por impulso de Castilla se reducen dichos grupos vocálicos (*uo, ue, ua*), empleados en el

Norte, al de *ue* y después, al aislarse completamente el Este del Oeste, conservan las regiones objeto de nuestro estudio, la falta de diptongación. El anónimo autor del poema de *Mío Cid* no vacila al emplearlos: «Cid do son vuestros esfuerzos». Son prueba de que el portugués ni el catalán adoptan esta innovación el que los vocablos latinos *portus, focus, terra* produzcan *porto, fogo, terra* y *port, foch, terra* respectivamente, en contraposición a los castellanos *puerto, fuego, tierra*.

También el sonido de la *j* se identifica en el Este y en el Oeste de la Península, en oposición a lo más usual en Castilla, coincidiendo así con las demás hablas romances. El fonema castellano tiene su foco de irradiación en Burgos, hacia la fecha capital del siglo x, derivando de los encuentros latinos *l y, c'l, g'l*. Tarda tanto en imponerse en las regiones conquistadas, que en el dialecto montañés del Norte de Castilla se escribe durante largo tiempo la grafía *gg* en lugar de *j* y en el reino de Valencia se sigue la pronunciación de la *y*: *conelyo* en lugar de *conejo*; y esto a pesar de la larga convivencia entre cristianos y musulmanes. Lo más probable es que todos los españoles residentes en la ciudad del Turia se retirasen con la viuda del Cid, cuando decidieron abandonar Valencia y que al ser ésta nuevamente ocupada por los moros no se hablase ya en ella ningún dialecto mozárabe. Incluso en Toledo, que es donde más claramente está probada la existencia de un romance arcaico cristiano, se siguió pronunciando durante varias generaciones *velyo* por *viejo*. Paralelamente prosigue la continuidad lingüística multiseccular entre Portugal y Cataluña: del latín *januarius* tenemos *janeiro* y *janer*. Otras muchas palabras se asemejan en el sonido: *orelha, ovelha, palha* y *orella, abella, palla*. La *j* intervocálica conserva el sonido largo que tenía en latín tanto en una como en otra lengua: *maior* de *major*, se escribe *major* en catalán. El habla mozárabe no conocía pues la *j* y en su lugar empleaba la *y* o *ll*, al igual que todos los idiomas romances, fuera del castellano.

La *g* inicial delante de *e* y de *i* no acentuadas, es común a la mayor parte de los romances, pero en algunos casos se la ve desaparecer e convertirse en *h* en uno, mientras que perdura en el otro: *germanus*, *irmão*, *germá*.

La *ch* castellana procedente del latín *c*, *ct*, *ult* pierde, como sucede a los casos anteriores, su fuerza expansiva al aproximarse a las costas atlánticas o mediterráneas. Su origen es de fecha imprecisa, pero la refracción de los romances ibéricos a aceptarla es del siglo XI, periodo tal vez el más interesante en la historia de la formación de los dialectos latino-ibéricos, pues en él se les ve tomar normas lingüísticas bien definidas y completamente estables. La mayor parte de ellos se deciden en este caso por la *t*: *multus*, *muíto*, *multo*; *facto*, *facho*, *fet*; *nox*, *noite*, *nit*; *lac*, *leite*, *llet*.

El grupo *sci* latino se convierte en *x* en casi todos los romances. Así del latín *pisce* tenemos en portugués y en catalán *peixe* y *peix*; en castellano antiguo *pexe* o *peje* (recuérdese el famoso *peje* Nicolao de que nos habla Mexía en su *Silva*). Otros ejemplos: *fascis*, portugués *feixe*, catalán *feix*, castellano *haz*; de *fascia fava* y *faixa* en portugués; *faixa* en catalán; castellano *faja*. Nótese en los dos primeros ejemplos la tendencia versificadora y personalista del castellano que resuelve en estos casos *sci* en *z*, antes escrita *ç*: *pez*, *haz*.

Indicaremos también algunas de las ocasiones en que el portugués y el catalán marchan por derroteros distintos. Como ejemplo de esto se puede señalar el resultado *m* del grupo latino *mb* que coincide en catalán y en castellano, en contraposición con el portugués mantenedor del encuentro consonántico y que nos indica así su carácter fundamentalmente conservador. De *lumbu* tenemos en catalán y castellano *llomb* y *lomo*; en lusitano *lombo*. *Plumbu* latino origina en castellano y catalán *plomo* y *plom*, en portugués *plombo*, *chumbo*.

Muestra de este apego a la estructura latina de las palabras, que hace al portugués apartarse del catalán, es el

gran respeto de aquél por los diptongos decrecientes *ei*, *ou*: *carreira* en latín sigue siendo *carreira* en portugués, mientras que en catalán y en castellano da *carrer* y *carrera* (carretera) respectivamente. De *coutus* (resultado de *cultus*?) en portugués *couto*, en catalán y castellano *coto*. Conviene señalar que en todos estos casos el portugués coincide con el antiguo leonés, mostrándonos los dos su próximo parentesco en su índole respetuosa y arcaizante. Sabido es lo impreciso de los antiguos dialectos mozárabes y por eso no podemos fijar bien las relaciones entre estas dos lenguas en lejanos tiempos.

En cuanto a la palatalización de la *l* que algunos filólogos extranjeros quieren hacer en España distintiva del catalán, no se da desde luego en portugués, aun cuando parece que este fenómeno lingüístico no anduvo muy alejado de Portugal (se usó en Galicia oriental). El latín *locu* da en portugués y en castellano *logo* y *lugar*, mientras en catalán es *lloch*. De *lactis* tenemos las formas, *leite*, portuguesa contra *llet*, catalana.

Interesante es el cambio de sonidos en *cadira*, catalán, *cadeira*, portugués y ambos del latín *cathedra*. El castellano expresó esta idea por otra raíz que también tienen el catalán y portugués en *sella*, *silla*.

Como no podía ser por menos el portugués sigue en la formación de muchas de las palabras que constituyen su léxico una raíz latina distinta de la tomada en catalán para la voz sinónima. De este fenómeno tan corriente, se podrían aducir multitud de ejemplos. Fijémonos en alguno de los más vulgares: El portugués, como el castellano, emplea la palabra *mesa*, sacada del latín *mensa*; el catalán por el contrario se vale del vocablo latino *tabulam* para decir *taula*. Mientras que los lusitanos dicen *manta*, *levar*, *pequeno*, los habitantes del noreste se valen de las expresiones: *flasheda*, *portar*, *petit*.

Insistiremos en señalar como característica fundamental del portugués, en contraposición con el castellano y aun con los demás romances ibéricos, su próximo origen latino. Lo

evidencian casi todos los ejemplos que llevamos expuestos. En el uso de las toponimias se hace esto más claro todavía, sin duda por el carácter perdurable de los nombres geográficos que resiste la acción del tiempo y de las razas.

Aunque ajeno a nuestro propósito, indicaremos el interés que encierra el antiguo dialecto de Miranda do Douro. Nos denota la supervivencia al oeste de Zamora, de una lengua mozárabe leonesa del tiempo de la reconquista. Explica este hecho lingüístico, el haber pertenecido Miranda al convento jurídico asturicense. Y por eso no reflejan las actuales fronteras políticas la diversificación de las lenguas primitivas. En el mismo dialecto salamanquino se advierte no poco influjo portugués.

En territorios muy alejados de Portugal encontramos voces toponímicas portuguesas que sorprenden a simple vista, sin duda por qué desconocemos las causas políticas que las motivaron. Fueron casi siempre producidas por razones de tipo emigratorio, en territorios reconquistados. Así hallamos en las provincias de Granada, Málaga, Almería e Murcia, nombres geográficos de tan claro sabor portugués como *Capileira*, *Pampaneira*, *Junqueira*, *Beila*, *La Fausilla*. También suelen explicarse buscando una común raíz mozárabe, que adopta sufijos muy semejantes en las más alejadas comarcas.

El portugués y el catalán tuvieron a su vez épocas en que ejercieron su influencia sobre la lengua de Castilla, principalmente durante los siglos XIII, XIV y XV, cuando el castellano todavía débil se hallaba en periodo de formación. Basta recordar el origen galaico-portugués de la lírica española, también enriquecida por la literatura provenzal y catalana. Otras circunstancias de tipo histórico han presionado al español por oriente y occidente, produciendo una magnífica pleyade de escritores bilingües... Recordemos las *Cantigas* del Rey Sabio, escritas en la lengua lirico-peninsular de su tiempo, a Gil Vicente, inimitable en las dos lenguas, Camoens, Saa de Miranda, Faria y Sousa, por sólo mencionar los más notables. Al utilizar las fuentes

bibliográficas portuguesas clásicas de Anselmo, Inocencio da Silva o Aranha, se ve el gran caudal de impresiones hechas en idioma castellano que se debieron a autores lusitanos. Quizá sean más numerosas que las que por entonces salen de las prensas catalanas.

Las razones de tipo histórico han perdido toda realidad en el momento presente, en que tiende a cerrarse el ciclo formativo de las lenguas y de los pueblos de la península Ibérica. Constituidos y fijados con indudable claridad sus límites geográficos, pueden tal vez influirse todavía, mas nunca absorberse ni anularse.

Existen pues, entre la lengua portuguesa y catalana analogías y puntos de contacto que nacen de su misma formación y estructura filológica y de causas políticas externas. Interesantísimo resultaría este estudio, que nosotros no tratamos de abordar, ni aun modestamente teniendo en cuenta sus muchas dificultades limitandonos simplemente a senalarlo.

Y aquí al concluir se nos ocurre algo de lo que chispeaba en la desmantelada frente del licenciado Vidriera, de Cervantes, cuando un estudiante le preguntaba si era poeta y él le respondía que no se consideraba tan necio ni tan venturoso. Como no lo entendiese, aclaró que no lo era tanto para creerse lo primero, ni lo segundo para serlo. Y ya que los aciertos de los locos suelen ser mejores que las razones de los equilibrados y este acierto nos parece venir a nuestro propósito nos aplicamos el cuento y ponemos punto final.

MANUEL DE FORONDA

## LA CURE THAUMATURGIQUE ET BALNEAIRE DES ALIÉNÉS EN FRANCE AU MOYEN-AGE

Grâce aux savantes recherches des docteurs Libert et Serieux <sup>(1)</sup> et de Mme le docteur H. Bonnafous-Serieux <sup>(2)</sup>, on connaît maintenant les méthodes thérapeutiques appliquées aux aliénés par les frères de Saint Jean de Dieu dans leurs établissements, au 18<sup>ème</sup> siècle.

Dans une communication au premier Congrès international d'histoire de la médecine à Anvers (1920), j'ai donné d'autre part quelques détails sur le traitement des aliénés sous l'ancien Régime <sup>(3)</sup>.

A Paris ils étaient reçus dans deux salles installées à l'Hôtel-Dieu en 1660, saint-Louis pour les hommes et sainte Geneviève pour les femmes; ou on ne les gardait d'ailleurs que trois mois, améliorés ou non, après les avoir soumis à un régime de bains, douches, saignées, purgations et vésicatoires aux jambes; passé ce délai on les renvoyait à la Salpêtrière (logis sainte Catherine), à Bicêtre (quartier saint

---

<sup>(1)</sup> Notamment *le quartier d'aliénés du dépôt de mendicité de Soissons* (1932). *Le traitement des maladies mentales dans les maisons d'aliénés* (1920), etc....

<sup>(2)</sup> Une maison d'aliénés et de correctionnaires au 18<sup>ème</sup> siècle: *La Charité de Senlis*, Paris, 1936, avec une abondante bibliographie.

<sup>(3)</sup> *Liber Memorialis*, Anvers, 1921, p. 133.

Prix), ou aux Petites Maisons, ou ils étaient hospitalisés comme incurables. Au 18<sup>ème</sup> siècle, l'Hôtel-Dieu de Lyon et l'Hôpital Général de Rouen possédaient des chambres particulières pour aliénés d'après *les Mémoires* de Tenon.

Au moyen-âge la plupart des Maisons-Dieu écartaient les aliénés. L'interdiction de les recevoir est formelle dans le règlement de l'hôpital Saint Jacques de Valenciennes de 1434, qui spécifie que le grand dortoir qui venait d'être construit était réservé aux «agravez des maladies curables, et vraisemblablement sannaes, comme des bleschures, navrures, cassuelles, fistules, accès de fièvre chaude, maladie et autres semblables à l'exclusion des langoureux, chartriers paralytiques, *frénétiques*, et autres maladies horribles et incurables».

A Paris à l'Hotel-Dieu, les «frénétiques» étaient admis puisqu'on trouve mention en 1389 de quatre malades en chartre; ils étaient soigneusement ligottés et copieusement saignés, et, dans les intervalles propices, envoyés en pèlerinage, comme nous le verrons, à Saint Marthurin de Larchant.

Mais ailleurs quel était leur sort? Beaucoup restaient enfermés, comme des prisonniers, dans les tours des fortifications de leur ville natale; plusieurs de ces tours ont acquis une triste célébrité, comme la tour Chatimoine à Caen (1), ou la tour Rosendael (puis du Lysel) à St Omer (2).

Les privilégiés eurent cependant l'espoir d'une guérison ou d'un réconfort grâce à leur envoi à un sanctuaire réputé.

Dans le Nord le plus célèbre était Gheel, dont la survivance s'est prolongée jusqu'à nos jours, au cœur de la Campine, aux confins de la Belgique et des Pays Bas. L'his-

---

(1) A. Joly; *les aliénés en Basse-Normandie*, Caen, 1868.

(2) J. du Pas: *le traitement des fous à St Omer*, St Omer, 1934, aux xv et xvi s.<sup>e</sup> — B.<sup>in</sup> Soc. Antiq. Morime, t. xv.

toire en est bien connue<sup>(1)</sup> et nous ne nous attarderons pas. Au tombeau de Ste Dymphne, fille d'un roi d'Irlande (aux désirs incestueux, qui vivait au VII<sup>ème</sup> siècle, où envoyait dès le XII<sup>ème</sup> siècle toutes sortes d'insensés, de simples innocents, et en particulier des possédés, qu'elle avait le pouvoir de délivrer. Ne la représentait-on pas avec un démon enchainé? Les patients étaient d'abord reçus dans quelques cellules dépendant de l'église, ou ils demeuraient pendant la neuvaine, et confiés à des infirmières, deux pour quatre malades. Puis en raison de leur affluence, il fallut les loger chez les habitants, et c'est encore aujourd'hui le système qui est demeuré, celui de la colonie d'aliénés libres. Il dut y avoir des déboires, car au XV<sup>ème</sup> siècle, le bailli Jean Von Roye stipula que les aliénés ne seraient reçus que sur demande expresse de leurs familles et après avoir fait passer par le collège des échevins les accords interviennent avec ces dernières pour le placement et le séjour.

En sus des neuvaines on pratiquait à Gheel des exorcismes réservés aux cas de possession diabolique bien caractérisés (*stigmata diaboli*); ils étaient confiés au collège des dix vicaires, plus tard remplacés par les chanoines de Sainte Dymphne.

Dans les Flandres le sanctuaire le plus réputé était celui de Saint-Nazaire, dans la petite cité d'Ablain.

Il s'y trouvait un hospice d'aliénés fondé vers 1270 par Hugues d'Ablain, chapelain de la cathédrale d'Arras; il existait encore au XVI<sup>ème</sup> siècle<sup>(2)</sup>. D'autres saints d'ailleurs étaient invoqués dans la région, Saint Hermès à

---

(1) Janssens, Gheel, 1900 (en flamand) — Meeus et Masoin. Notes et documents sur le Gheel ancien (*An. Soc. de méd. de Gand* 1902); Masoin et H. Meige, Les possédés de l'église Ste Dymphne à Gheel, (*Nouv. Icon. Salpêtrière*, t. XVI, 1909. Carton de Wyart, Chez les innocents, La colonie des fous à Gheel, in *le Correspondant*, 10 nov. 1921.

(2) J. Glay, *Recherches historiques sur les anciens hôpitaux ruraux du Nord de la France*, Lille, 1858.

Renaix, où l'on montre encore dans l'église le banc où l'on attachait les déments; Saint Achaire à Haspres, Saint Gilles à Neuf-Berquin. À Notre-Dame des fous, à Escœuilles, dans le Boulonnais, on trouve encore trace de cellules dans un bâtiment spécial au bas de l'église, qui leur était réservé pendant la durée de la neuvaine annuelle (1).

En Bretagne on trouve également près de certaines chapelles de petits bâtiments qui paraissent avoir servi à loger des pèlerins, des malades, et parmi eux des aliénés, et dans les chapelles même des locaux leur auraient été réservés, mais il a pu se glisser des erreurs d'interprétation à ce sujet, et c'est ainsi que l'on aurait pris, à la cathédrale de Dol, l'ancien enfer de l'évêque Jean du Boas pour une cellule d'aliéné (2).

Nous connaissons mieux ce qui se passait à Saint-Dizier, près de Delle, où le culte de ce saint rouergat fut introduit par les bénédictins de Munbach à la fin du XIII<sup>ème</sup> siècle, avec celui de Reinfroid, son filleul; il y venait des pèlerins de Franche-Comté, des Vosges, du Jura bernois, de l'Alsace (3). Le séjour commençait par un interrogatoire du curé sur la situation du malade, puis on lui indiquait une famille pour le loger. Pendant la neuvaine il était soumis à un régime alimentaire soigné, pain de froment et vin d'Arbois, puis on l'emmenait au val S.<sup>t</sup> Dizier prendre des bains froids dans de grandes auges de pierre. On passait aussi sous de mausolées; nous rencontrons ici la coutume des rites de passage, célèbres dans le folklore de

---

(1) J. du Pas, *Bull. historique*, 1910, t. XII, p. 875.

(2) L. Maitre, Le logement et le traitement des fous dans les églises, in *Bull. Soc. arch. de Nantes*, 1916, ps. 171-185, et H. Waquet, La chapelle de N. D. de Kerinec, et les hôpitaux des chapelles bretonnes, in *B.<sup>m</sup> Soc. arch. d'Ille-et-Vilaine*, t. XLVI, 1919, ps. 153-167.

(3) Abbé J. Faivre, *Saint-Dizier*, Delle, 1899 et Tallon, Le traitement hydrothérapique des fous à St-Dizier, *Rev. d'Alsace*, 1885, t. 36, ps. 236-44.

diverses provinces <sup>(3)</sup>, enfin on pratiquait aussi l'application d'un fer rond autour de la tête, dit fer de Saint-Dizier, qui paraît avoir une analogie avec les couronnes d'imposition en fer forgé, usitées dans la médication populaire.

Dans un village de la Meuse, à Bonnet, où l'église était dédiée à Saint-Florentin, le traitement paraît avoir été plus sévère, et réservé surtout à la folie furieuse. On coupait les cheveux du patient en signe de pénitence; on le revêtait d'une robe blanche ou rouge comme celle dont Jésus dit-on avait été revêtu dans la maison d'Hérode. Les trois premiers jours de la neuvaine on célébrait la messe pour demander la guérison. La messe achevée, le prêtre lui passait son étole autour du cou et prononçait les prières d'exorcismes.

Puis on le conduisait à la fontaine de Saint Florentin, où on lui versait de l'eau sur la tête. Du 4<sup>e</sup> au 6<sup>e</sup> jour il était attaché à l'un des trois «berceaux» composés de quatre énormes planches de chêne et placés dans une chapelle de la partie inférieure de l'église, et où il restait nuit et jour. Les trois derniers jours se passaient à peu près comme les trois premiers: messe, exorcisme, ablutions, mais en outre on le faisait passer trois fois par jour sous le tombeau du saint <sup>(1)</sup>.

Il est temps d'aborder maintenant un sanctuaire auquel sa proximité de Paris a valu une notoriété devenue proverbiale, celui de Saint-Mathurin, à Larchant, petite ville du Gâtinais, près de Nemours <sup>(2)</sup>. L'expression «fol mathe-lineux» désignait en effet au xv<sup>e</sup> s. le fou furieux.

Pierre de Luxembourg, mort phtisique en 1387, devait

(1) A. Van Gennep. *Les rites de passage*, 1909.

(2) *Bull. du comité historique des arts et monuments*, IV, 224.

(3) Thoison, *St Mathurin de Larchant*, Paris, 1897. Bellier de la Chavignerie, *Chronique de St Mathurin de Larchant*, Pithiviers, 1863; Saintyves, *St Mathurin, Æsculape*, 1912.

s'y rendre à pied ainsi qu'à N. D. du Puy, S.<sup>t</sup> Benoit sur-Loire, N. D. de Chartres, Amiens (pour y vénérer le chef de S.<sup>t</sup> Jean Baptiste), N. D. de Boulogne, et le tombeau de S.<sup>t</sup> Thomas à Cantorbéry.

Nous savons qu'il existait à Paris une chapelle ou aumônerie Saint-Mathurin, rue S.<sup>t</sup> Jacques, à laquelle était annexé un petit hospice pour les pèlerins, et une confrérie de ce nom (peut-être à l'église S.<sup>t</sup> Sauveur, voisine des Halles), mentionnée dans un testament du 20 août 1409, de Jeanne la Héronne, marchande de poisson qui lui lègue «vi sols parisis».

D'après les indications fournies par Thoison, la diffusion du culte de ce saint aurait été antérieure aux Trinitaires, institués en 1198, et qui n'ont pris leur nom de Mathurins qu'après leur installation à l'aumônerie de la rue S.<sup>t</sup> Jacques vers 1210; nous le trouvons dans les diocèses de Sens, de Beauvais, de Rouen, à Saint Vivien où de l'hôtel-Dieu de cette ville on envoie en 1555, Jeanne Guisbond ou Guibet, insensée, pour laquelle on dispose un lit, et que les administrateurs laissent 9 jours, après s'être engagés à payer 4 sous par jour à son gardien<sup>(1)</sup>, et dans bien d'autres lieux encore en Anjou et en Bretagne, où il existait un pèlerinage fréquenté à Moncontour. Ce qui explique que l'on venait à Larchant non seulement de Paris et de l'Ile de France, mais de ces provinces alors lointaines.

Les registres de l'Hôtel-Dieu de Paris (1508-1509) mentionnent l'envoi à Larchant d'une religieuse, soeur Robine Lemberge, qui, passé 12 ans était «encensée» (insensée), moyennant cent sous tournois.

Quand la guérison, au cours de la neuvaine à Saint

---

(1) Arch. Seine-Inf. G. 1246, et Note sur le premier registre de l'H. Dieu de Rouen, dans *Précis des travaux de l'Académie de Rouen*, 1869-70, p. 402.

Mathurin tardait à se manifester on avait recours dans certains cas à l'exorcisme, dont les cérémonies et les formules figurent au chapitre v du Rituel romain<sup>(1)</sup>, *De exorcisandis obsessis a demonio*. Le moyen-âge en effet n'a pas, comme on se l'imagine trop souvent, cru que tous les aliénés étaient des possédés, et les arrêts du Parlement de Paris conservés sous le nom d'*Olim* (1254 1318) on distingue les *stulti, fatui, idictae prodigi, dissipatores*, qui forment des catégories distinctes de névropathes, et auxquels on applique un régime<sup>(2)</sup> légal, calqué sur la législation romaine.

Une décrétale du synode de Reims n'avertit-elle pas que les exorcistes sont trompés par des esprits mélancoliques, lunatiques, ou bien rendus malades par des arts magiques qui disent être possédés ou tourmentés du démon, et qui ont plus besoin des secours de la médecine que des exorcismes?

L'exorcisme, mentionné dans un procès-verbal du curé Grosbal, au début du xvii<sup>ème</sup> s., paraît avoir comporté une durée exceptionnelle. Commencé le 6 avril 1601, il n'était pas encore terminé le 15 septembre. Le démon fut successivement adjuré par Jean Masson, curé d'Escuelles, près Moret, un cordelier réformé de Limoges, un cordelier de Savoie. Le 10 septembre passent trois pèlerins, un espagnol et deux écossais, et le démon est interrogé dans ces deux langues. Le 11 l'adjuration a lieu, le 13 un pèlerin d'Evreux et le curé de Chatenoy parlent en breton au démon, et semble-t-il, sans meilleur résultat.

L'affluence des malades dans l'église de Larchant donnait lieu parfois à de comiques incidents, comme celui qui nous est rapporté par du Moulinet, peut-être avec quelques

---

(1) Voir article: *Exorcisme*, du *Dictionnaire de Théologie* de Vacant (Letouzey, éditeur).

(2) Voir article: *Aliénés* (médecine légale), par Linar dans le *Dictionnaire de médecine*, de Dechambre.

enjolivements <sup>(1)</sup>: «Mr. Roger, procureur général, allant trouver le grand roy François à Fontainebleau arriva à Saint Mathurin de Larchant pendant que son disner s'apprestoit à l'hostellerie, s'en alla seul à l'église pour y faire ses dévotions, où, de cas fortuit, messieurs les folz s'estoient deschainez, tandisque leurs gouverneurs estoient à banqueter, et, ne pouvant s'accorder, conclurent que Mr Roger estant à genoux, chanteroit pour tous; sur les espaulles du quel coups de poing pleuvaient dru comme gresle tandis que leur obéissant par force, il s'accoustra en prêtre pour dire la messe, et falut bon grè malgré qu'il chantait; mais ce qui les accusa et découvrit le mistère, furent qu'ils se mirent à sonner les cloches, au son extraordinaire desquelles on accourut, et furent les fols resserrez, au rang desquels on mettoit Mr Roger, nonobstant toutes ses allégations, tant qu'il fut reconnu par ses gens qui estoient accourus comme les autres. On peut penser comme il fut ry par ce bon prince oyant cette adventure...»

Sur la façon dont les malades étaient amenés aux sanctuaires, nous avons quelques renseignements à propos des neuvaines de Château-Porcien. Le 14 mars 1430 <sup>(2)</sup> les vicaires généraux du diocèse de Reims déclarèrent après enquête, et par devant notaire, que depuis plus de 20 années, des hommes, des femmes, des enfants en bas âge ou adultes, tourmentés par des esprits immondes étaient le plus souvent amenés pieds et poings liés sur des chevaux ou sur des voitures dans l'église dans le monastère de Berlant de Chaumont, à Château-Porcien, étaient délivrés en grande partie après la neuvaine. Du moins devons nous les croire sur parole faute d'autres témoignages.

En Normandie le pèlerinage à Saint Hildevert de Gour-

---

<sup>(1)</sup> Du Moulinet, *Facétieux devis et plaisants contes*, publiés en 1640, ed. Téchener, 1829, II, 29.

<sup>(2)</sup> Morlot, hist. de Reims, cité par du Broc de Segange, *Les saints patrons des corporations*, 1887, I, 479.

nay, alors diocèse d'Amiens, paraît avoir précédé celui de Larchant, car nous savons que saint Louis s'y rendit le 12 avril 1259. A Paris un bâtiment attenant à l'église Sainte Croix avait été affecté sous l'invocation de cet évêque de Meaux à l'hospitalisation des «frénétiques» et des épileptiques. Au compte de l'Hotel-Dieu en 1378 on lit que le 22 avril «la prieure fut en pèlerinage à Monsieur saint Hildevert de Gournay et fit chanter une messe pour soeur Hondré et ses offrandes et neuvaines, et pour ce, 28 sols».

Deux siècles plus tard, en 1566, nous voyons le garde des malades de saint Hildevert, Nicolas Fesdey, recevoir une somme de 10 l. t. pour avoir prié et faite la neuvaine d'un nommé Nicolas Fourgat, «qui estoit malade et alyéné de son esprit en ensuivant l'arrest de la court de Parlement» (1).

Rendons-nous maintenant en Bourbonnais dans la petite ville de Saint-Menoux, ou se trouvait une abbaye bénédictine, et où l'église romane garde encore les anciennes stalles. Cet irlandais qui vivait au VII<sup>ème</sup> siècle et fut évêque de Quimper (Menulphe) y faisait des miracles après sa mort, mais ceux-ci étaient aidés par des pratiques balnéaires. On y trempait en effet les aliénés dans la fontaine aux fous avec une corde pendant qu'on récitait des prières (2). Selon le rite traditionnel on mettait aussi la tête du malade dans un trou pratiqué au tombeau du Saint, «la debredinoire», (dérivé du mot bredin, désignant les psychopathes en Bourbonnais).

Dans le Périgord, Saint-Front à Périgueux, paraît avoir eu son heure d'efficacité — mais n'est-ce pas à cause de son nom? — au début du XVI<sup>ème</sup> siècle, si on s'en rapporte

(1) Sur St Hildevert, v. Duplessis, *hist. de l'Église de Meaux*.

(2) J. J. Moret, *hist. de St-Menoux*, 1907, et H. Meige, *St-Menoux*, in *bull. soc. hist. méd.*, 1904, p. 471. C'est à St-Menoux que mourut le 27 Mai 1707, M.<sup>me</sup> de Montespan.

à une supplique des chanoines au pape en 1427: «Propter miracula quae inibi per eosdem sanctos Frontem et Memoriam (saint Mémoire) cotidie fiunt, maxime super furiosissime mente captis dolorem capite patientibus, incarceratis, ab inimicis captis et quam plurimis aliis infirmitatis et malis.» Mais c'est le seul texte qui nous soit parvenu sur cette spécialité thaumaturgique<sup>(1)</sup> du saint.

A l'abbaye bénédictine de Saint Tibéry, dans le diocèse d'Agde, se faisaient également des neuvaines pour les fous, à la fin de chaque messe, accompagnées d'un traitement que nous ne rencontrons que là: on faisait boire, de gré ou de force, au patient un verre d'eau dans lequel on avait auparavant trempé une dent du saint<sup>(2)</sup>.

En Gascogne, on signale d'autre part des cryptes anciennes qui auraient servi à renfermer des fous, au Mas d'Aix (culte de sainte Quitterie) et à Hagetmau, dans les Landes (culte de saint Girons).

Nous ne saurions d'ailleurs reprendre ici la nomenclature des aliénés qui figurent dans les deux volumes de du Broc de Segange; dans un article sur les saints guérisseurs de la folie, Saintyves les a envisagés uniquement du point de vue folklorique, et les divise en trois catégories: les héritiers des pratiques païennes en raison du rite de passage, comme saint Menoux ou saint Florentin; ceux dont on utilisait les reliques du chef ou les objets l'ayant touché, comme saint Hildevert ou saint Tibéry, enfin et, c'étaient les plus nombreux, ceux qui avaient fait leur preuves par leurs miracles pendant leur vie<sup>(3)</sup>.

Tout autre était notre but: rechercher les cas où la cure hydrothérapique complétait la cure thaumaturgique, de manière à montrer que les aliénés au Moyen-Age, n'étaient

---

(1) Cité par Denifle, *Désolation des églises...*, ps. 156-64.

(2) *Jodoci sinceri itinerarium Galliae*, Amstelodami, 1649, in 16, p. 118.

(3) *Æsculape*, année 1912.

pas tous, comme on l'a souvent répété, abandonnés à leur triste sort. Malheureusement, les documents trop peu explicites, ne permettent pas d'apprécier l'efficacité des méthodes employées. Erasme<sup>(1)</sup> dit qu'il n'a jamais vu d'ex-voto où quelqu'un convint d'avoir été miraculeusement guéri de la folie; ce n'est là qu'une boutade. Nous arrivons à une époque où la cure de la folie, comme dans le tableau de Jérôme Bosch, au Prado, se présente sous la forme de la pseudo-opération des pierres de tête, qui attirera la verve des artistes de la Renaissance. Le charlatanisme a remplacé la thaumaturgie.

MARCEL FOSSEYEUX

---

(1) *Eloge de la folie*, éd. de 1728, p. 96.

## BOLETIM DO INSTITUTO DE COIMBRA

### ASSEMBLEIA GERAL DE 25 DE MAIO DE 1945

No dia 25 de Maio de 1945 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Professor Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por propor um voto de sentimento pelo falecimento do Presidente do Instituto de Coimbra, Professor Doutor Francisco Miranda da Costa Lôbo, de quem fez o elogio.

Os sócios presentes associaram-se a êste voto, tendo o sócio Doutor Gumersindo da Costa Lôbo agradecido estas manifestações de pesar pelo seu pai. A seguir foram presentes as cartas e telegramas de pêsames enviadas ao Instituto de Coimbra por diferentes instituições científicas e sócios do Instituto de Coimbra a que oportunamente se fará referência.

Tratou-se da eleição do Presidente, tendo-se resolvido, de harmonia com o estatuto, que a Direcção eleita em Dezembro de 1944 continue em exercício até à nova eleição em Dezembro de 1946, assumindo a presidência o vice-presidente.

De nada mais se tratou nesta sessão da qual eu, Gumersindo da Costa Lôbo, lavrei a presente acta.

*Anselmo Ferraz de Carvalho*

*Gumersindo Sarmiento da Costa Lôbo*

## ASSEMBLEIA GERAL DE 19 DE JULHO DE 1945

Aos 19 de Julho de 1945 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra sob a presidência do Professor Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho.

O Presidente começou por apresentar uma proposta com o fim de facilitar a reunião diária dos sócios do Instituto de Coimbra mostrando o valor destas reuniões para intensificação da vida académica desta instituição. Para efectivar o mais rapidamente possível esta proposta, lembrou o Professor Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho que fôsse aproveitado um aposentado, que comparecesse diariamente no Instituto de Coimbra e prestasse algum auxílio no expediente e na limpeza. Só nestas condições, que não comportassem grande despesa, se poderia dispor de verba.

O Tesoureiro Dr. Amadeu Ferraz de Carvalho apresentou as contas esclarecendo que estavam asseguradas as despesas principais, absorvidas pela revista na sua quasi totalidade, e os sócios presentes, reconhecendo a necessidade destas reuniões, aprovaram a proposta do Presidente.

Passou depois o Presidente a referir-se à organização, a que estava a proceder, das conferências, e anunciou que estavam já asseguradas para o próximo ano as conferências do Comandante Alvaro Morna, do Coronel Belisário Pimenta, e do Doutor J. Ramos Bandeira.

O Professor Doutor Diogo Pacheco de Amorim comunicou que o Professor D. Olegário Fernandez Baños lhe prometera realizar também no Instituto de Coimbra uma conferência no próximo ano.

Algumas individualidades estrangeiras, apesar das comunicações ainda não serem fáceis, já se dirigiram ao Instituto de Coimbra oferecendo a sua colaboração, prometendo interessantes artigos e a realização de conferências e comunicações.

A seguir o Presidente referiu-se às obras de restauração e adaptação do edifício destinado a sede do Instituto

de Coimbra, no novo plano da cidade Universitária, comunicando que o sócio Doutor Gumersindo da Costa Lôbo se tinha avistado com o Ex.<sup>mo</sup> Reitor da Universidade, Professor Doutor Maximino Correia, que o informara de que estas obras seguiam normalmente, demonstrando o Ex.<sup>mo</sup> Reitor o interesse que sempre lhe merece o Instituto de Coimbra.

Por fim procedeu-se à eleição de novos sócios, que deu o seguinte resultado:

SÓCIOS EFECTIVOS

Torquato Brochado de Sousa Soares

Alfredo Fernandes Martins

Álvaro Júlio da Costa Pimpão

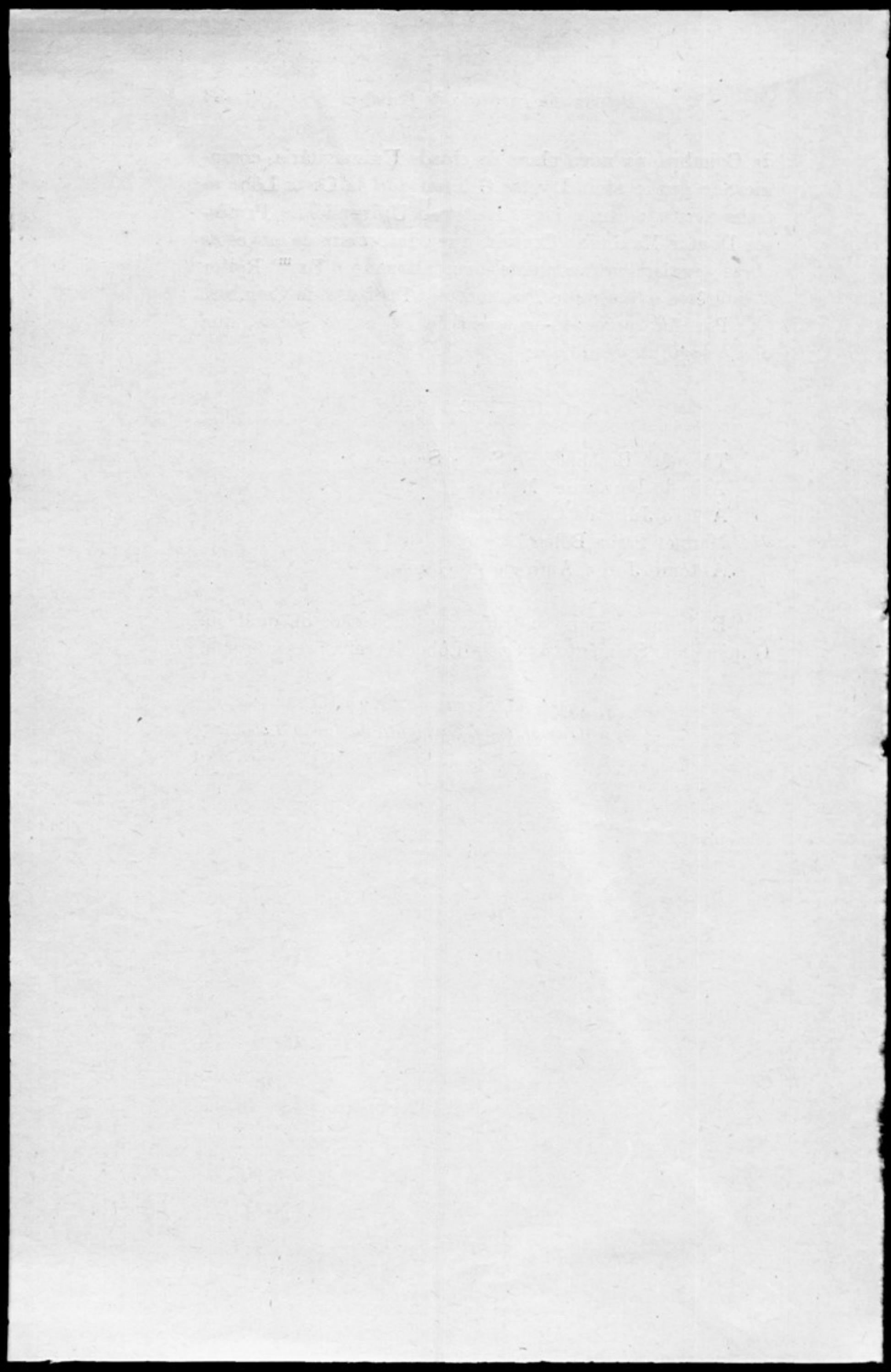
Manuel Paiva Boleo

António Jorge Andrade de Gouveia

E de nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Gumersindo Sarmiento da Costa Lôbo, lavrei a presente acta.

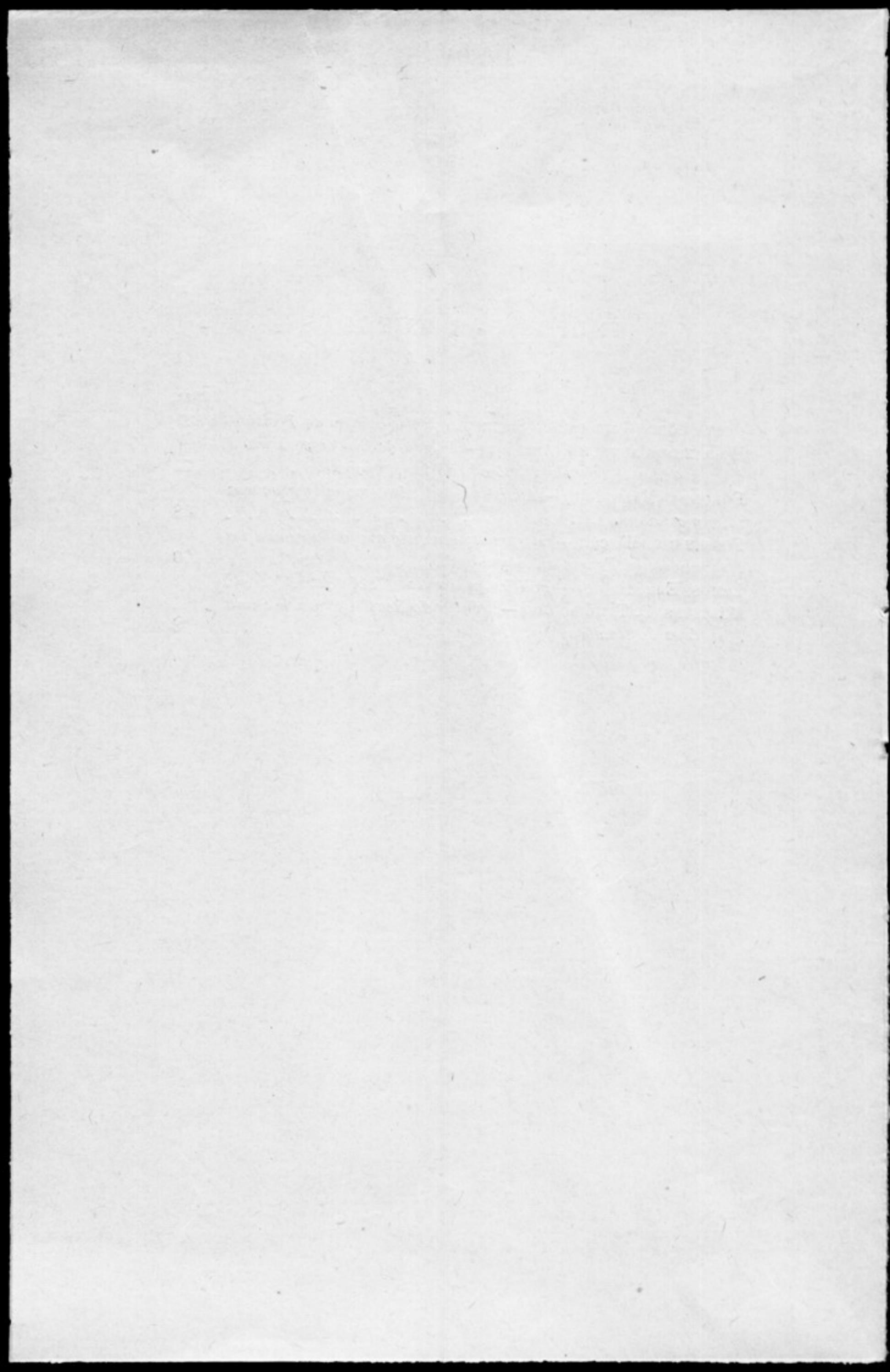
*Anselmo Ferraz de Carvalho*

*Gumersindo Sarmiento da Costa Lôbo*



## ÍNDICE POR AUTORES

	Págs.
COSTA LÔBO (Gumersindo Sarmento da) — <i>Boletim do Instituto.</i>	181
FERRAZ DE CARVALHO (Amadeu) — <i>A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela (Esbôço histórico e toponímico).</i> . . . .	71
FORONDA (Manuel de) — <i>Afinidades entre las lenguas portuguesa y catalana.</i> . . . . .	158
FOSSEYEUX (Marcel) — <i>La cure thaumaturgique et balneaire des aliénés en France au moyen-age.</i> . . . . .	170
LEMONS (Eugénio de) — <i>Política peninsular (1820-1822)</i> . . . .	1
MÁRTIRES (D. Timóteo dos) — <i>Crónica do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra</i> . . . . .	28



## ÍNDICE POR ARTIGOS

	Págs.
<i>Afinidades entre las lenguas portuguesa y catalana</i> , por MANUEL DE FORONDA . . . . .	158
<i>Boletim do Instituto</i> , por GUMERSINDO SARMENTO DA COSTA LÔBO	181
<i>Crónica do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra</i> , por D. TIMÓTEO DOS MÁRTIRES . . . . .	28
<i>Cure (La) thaumaturgique et balneaire des aliénés en France au moyen-âge</i> , por MARCEL FOSSEYEUX . . . . .	170
<i>Política peninsular (1820-1822)</i> , por EUGÉNIO DE LEMOS . . . . .	1
<i>Terra (A) de Besteiros e o actual concelho de Tondela (Esbôço histórico e toponímico)</i> , por AMADEU FERRAZ DE CARVALHO.	71

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

